

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

Bernardo Sávio Campos

CRÍTICA À PRECARIEDADE DUALISTA: O EXÉRCITO DE RESERVA NA
INFORMALIDADE PERIFÉRICA

Rio de Janeiro
2025

Bernardo Sávio Campos

CRÍTICA À PRECARIEDADE DUALISTA: O EXÉRCITO DE RESERVA NA
INFORMALIDADE PERIFÉRICA

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Economia da
Universidade Federal do Rio de Janeiro,
como requisito parcial para a obtenção
do título de Mestre em Economia.

Orientador: Profº Drº Iderley Colombini
Neto

Rio de Janeiro
2025

FICHA CATALOGRÁFICA

C198c Campos, Bernardo Sávio.
Crítica à precariedade dualista: o exército de reserva na informalidade periférica
/ Bernardo Sávio Campos. – 2025.
94 f.

Orientador: Iderley Colombini Neto.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de
Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia da Indústria e da Tecnologia,
2025.
Bibliografia: f. 84 - 94

1. Precarização do trabalho. 2. Pensamento econômico – América Latina. 3.
Exército industrial de reserva. I. Colombini Neto, Iderley, orient. II. Universidade
Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

CDD 342.6

Bernardo Sávio Campos

CRÍTICA À PRECARIEDADE DUALISTA: O EXÉRCITO DE RESERVA NA INFORMALIDADE
PERIFÉRICA

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-graduação em Economia da
Universidade Federal do Rio de Janeiro,
como requisito parcial para a obtenção
do título de Mestre em Economia

Dissertação apresentada em 15/08/2025.

BANCA EXAMINADORA

Profº Drº Iderley Colombini Neto - Orientador

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Profº Drº Carlos Pinkusfeld Bastos

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof.^a Dr.^a Bianca Aires Imbiriba Di Maio Bonente

Universidade Federal Fluminense

Às minhas irmãs.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu orientador Iderley Colombini Neto pela sua inesgotável atenção, inúmeros ensinamentos e acima de tudo uma gentileza ímpar. Agradeço também pelas contribuições da banca do projeto de dissertação, composta pelos professores Bianca Bonente e Carlos Pinkusfeld. Ambas figuras transformadoras na minha trajetória acadêmica e de vida cujas boas críticas elevaram enormemente a qualidade do trabalho final.

Agradeço à minha família, em especial meus pais Daniel Campos e Silvia Sávio cuja avidez pelo conhecimento, amor e respeito à intelectualidade levarei pelo resto da minha vida. Às minhas irmãs Cecília Campos e Stella Chataignier que me enchem de esperança nos dias futuros. Às minhas avós Vera Maciel e Márcia Pereira de Souza que ainda rezam por mim. À inesquecível memória das minhas bisavós Davina e Aymê, cujo amor ainda guardo. Ao meu amigo, professor e padrasto Gustavo Chataignier.

Agradeço à minha companheira Marina Mainhard, cuja humanidade e empatia permeiam a integridade do trabalho. Alguém que através de um período conturbado foi capaz de ser um porto seguro na tempestade do mestrado e à cuja vasta alma retornarei sempre. Aos meus sogros Cássia Almeida e Christian Mainhard, de generosidade imensa e que me acolhem sempre no seu lar.

Agradeço aos meus amigos do mestrado: Marcos Tigre, Bruno Schneider, Isabela Marques e Letícia Inácio, com quem compartilhei textos, opiniões, frustrações e fofocas nos corredores do palácio e que foram bálsamo para todas as dificuldades desse período. Aos meus amigos da escola, movimentos sociais e demais eras passadas: Guilherme Hasslocher, João Terra, Julia Camargo, Felipe Pinkusfeld, Julia Borges, Tomás Paes de Carvalho, Felipe Bitar e Gabriel Millman.

Por fim, registro meus agradecimentos ao Programa de Pós Graduação em Economia da Indústria e da Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e à CAPES pela bolsa de estudos que financiou esta pesquisa.

RESUMO

Esta dissertação analisa a precariedade laboral na periferia mundial como característica estrutural do capitalismo periférico, contrastando com perspectivas eurocêntricas que a veem como exceção neoliberal. Focando no Brasil e América Latina, o estudo combina a categoria marxista do Exército Industrial de Reserva com o pensamento econômico latino-americano para examinar como legados coloniais, desenvolvimento dependente e reformas neoliberais moldaram padrões distintos de trabalho precário. A pesquisa desconstrói o binômio trabalho padrão/precário, demonstrando como o exército industrial de reserva de Marx se manifesta nas particularidades das economias periféricas. Através de três dimensões analíticas, revela: a formação histórica de superpopulações relativas via expropriação fundiária e urbanização informal; as contradições de governos progressistas que combinaram políticas sociais com modelos extrativistas; e como plataformas digitais transformaram trabalhadores precários em reservas laborais permanentemente disponíveis. O estudo inova ao integrar análise estruturalista com perspectivas do capitalismo racial, mostrando como o legado escravista brasileiro perpetua a marginalidade laboral racializada. Estudos de caso com trabalhadores de plataforma demonstram como a gestão algorítmica intensifica a exploração e inadvertidamente cria novas redes de solidariedade. Os resultados desafiam estudos laborais convencionais ao mostrar como a precariedade opera via inclusão no mercado de trabalho do capitalismo neoliberal, excluindo simultaneamente do trabalho formal, garantia de direitos e organização.

Palavras-chave: trabalho precário, exército de reserva, pensamento econômico latinoamericano.

ABSTRACT

This dissertation examines labor precarity in the global periphery as a structural feature of peripheral capitalism, contrasting with Eurocentric perspectives that frame it as a neoliberal exception. Focusing on Brazil and Latin America, the study combines the marxist category of the Industrial Reserve Army with Latin American economic thought to analyze how colonial legacies, dependent development, and neoliberal reforms have shaped particular patterns of precarious labor in the region. The research deconstructs the standard/precarious work binary, demonstrating how Marx's reserve army manifests in the specificities of peripheral economies. Through three analytical dimensions, it reveals: the historical formation of relative surplus populations via land dispossession and informal urbanization; the contradictions of progressive governments that combined social policies with extractivist models; and how digital platforms transform precarious workers into permanently available labor reserves. The study innovates by integrating structuralist analysis with racial capitalism perspectives, showing how Brazil's slaveholding legacy perpetuates racialized labor marginality. Case studies with platform workers demonstrate how algorithmic management intensifies exploitation while inadvertently fostering new solidarity networks. The findings challenge conventional labor studies by showing how precarity operates through inclusion in neoliberal labor markets while simultaneously excluding workers from formal employment, rights guarantees, and collective organizing.

Keywords: precarious labor, reserve army, latin american economic thought.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
2. PRECARIEDADE LABORAL ESTRUTURAL E EMERGENTE	11
2.1 Relações de trabalho emergentes no capitalismo neoliberal	13
2.2 Crítica à precariedade dualista: trabalho distante do welfare state	19
2.3 A inexorável constituição do Exército Industrial de Reserva	23
2.4 Novas interpretações do Exército Industrial de Reserva para o século XXI	28
3. RELAÇÕES ENTRE A INFORMALIDADE E SUBDESENVOLVIMENTO	32
3.1 Heterogeneidade estrutural e emprego na periferia sul americana	34
3.2 Francisco de Oliveira e as especificidades da forma brasileira de subdesenvolvimento	41
3.3 Clóvis Moura e a marginalidade racializada na sociedade brasileira	46
4. O EXÉRCITO DE RESERVA BRASILEIRO NO SÉCULO XXI	51
4.1 Sul da fronteira, oeste do sol: movimentos de descolamento econômico e expansão do exército de reserva periférico na virada do século XXI	55
4.2 A Valsa Brasileira: políticas sociais, crescimento e distribuição durante o boom das commodities e a pink tide social-democrata	61
4.3 O passo para o lado: formalização limitada e continuidade no padrão de acumulação brasileiro nos governos do Partido dos Trabalhadores	71
4.4 A nova roupagem do trabalho subordinado: o infoproletariado e o debate do precariado	74
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	84

1. INTRODUÇÃO

O trabalho precário tem sido frequentemente analisado a partir de perspectivas centradas nas experiências do Norte Global, onde é compreendido como um desvio em relação a um suposto padrão estável e regulamentado de emprego (RODGERS & RODGERS, 1989; BECK, 2000; HARVEY, 2006; SENNETT, 2006). Essa visão, no entanto, ignora as dinâmicas estruturais das economias periféricas, onde a precariedade nunca foi exceção, mas sim uma característica constitutiva do desenvolvimento capitalista dependente. Esta dissertação busca repensar as teorias sobre precarização laboral da fase atual do capitalismo denominada de neoliberalismo, deslocando o eixo analítico para a periferia mundial e, em particular, para a América Latina, onde a informalidade e a marginalidade têm raízes históricas profundas, vinculadas ao colonialismo e ao subdesenvolvimento.

O primeiro capítulo problematiza as interpretações tradicionais da precariedade, mostrando como a dualidade "padrão versus precário" é insuficiente para compreender realidades onde o trabalho nunca foi plenamente regulamentado ou protegido (WILSON, 2019; BREMEN & VAN DER LINDEN, 2014). Em vez de um fenômeno recente, a precariedade é aqui entendida como inerente ao capitalismo periférico, onde o exército industrial de reserva (EIR) – categoria central em Marx (2013[1867]) – assume formas particulares de controle e exploração (COLOMBINI, 2025). Discutimos ainda como as transformações neoliberais reconfiguraram o EIR no século XXI, integrando massas marginalizadas de modo flexível e inseguro, sobretudo através das estruturas hierárquicas internas das diversas indústrias contemporâneas e inerentes às cadeias globais de valor (FOSTER et al., 2011; BASU, 2013).

No segundo capítulo, voltamos para as especificidades da periferia latino-americana, utilizando o marco teórico do estruturalismo cepalino (FURTADO, 1995; PINTO, 1976) e as críticas de Francisco de Oliveira (2003) e Clóvis Moura (1984, 1988, 2014) para analisar o mercado de trabalho regional e, em mais detalhes, brasileiro. Nesse debate, Oliveira demonstra como o "moderno" e o "atrasado" coexistem de forma simbiótica no capitalismo brasileiro, Moura destaca a racialização da marginalidade, mostrando como a herança escravista conformou uma classe trabalhadora fragmentada e subalternizada. Essas contribuições são essenciais para entender por que a precariedade no Brasil não é um desvio, mas um traço estrutural, amplificado pelo neoliberalismo.

O terceiro capítulo da dissertação analisa a reconfiguração do Exército Industrial de Reserva (EIR) no século XXI, explorando suas novas dinâmicas e funcionalidades no contexto periférico e, com mais profundidade, brasileiro. Aborda-se, primeiramente, a expansão do exército de reserva transnacionalizado, destacando o papel do agronegócio e a integração de economias pós-socialistas como fatores que reforçam a precarização do trabalho nas periferias globais (FOSTER et al., 2011; BASU, 2013). Em seguida, examina-se o paradoxo da "maré rosa" latino-americana, que, apesar da limitada redistribuição de renda, manteve uma dependência contínua de atividades extrativistas, revelando os limites das reformas sociais em contextos de dependência econômica (LOUREIRO, 2019; LAVINAS, 2017). A análise prossegue com a discussão das mudanças no conceito e na estrutura do exército de reserva no capitalismo digital, mostrando como novas formas de trabalho, facilitadas por tecnologias disruptivas, consolidam a precarização e a flexibilização. Por fim, o capítulo propõe reflexões sobre o impacto dessas reconfigurações na relação entre o trabalho formal e informal, enfatizando a crescente fluidez das categorias de trabalho e a ampliação do exército de reserva como mecanismo central de reprodução do capital (ANTUNES & ALVES, 2004). Ambas as discussões são desdobramentos dos debates do capítulo dois, em que estabelecemos os elementos fundadores estruturais das desigualdades no mercado de trabalho brasileiro.

Esta dissertação se insere, portanto, no debate crítico sobre as transformações do trabalho, oferecendo uma perspectiva que articula a teoria marxista com as particularidades históricas da periferia com foco no Brasil da década de 2000. Seu objetivo é demonstrar que a precariedade não é um acidente do capitalismo, mas um mecanismo central de sua reprodução, especialmente nas economias subordinadas. Buscamos elucidar como os movimentos do capitalismo global interagem com características regionais e finalmente nacionais, com foco no contexto brasileiro, e como é nessa escala que germina a reversão dessa tendência, partindo do aprofundamento da exploração no espaço de trabalho para inverter a dinâmica cíclica da atividade econômica.

2. PRECARIEDADE LABORAL ESTRUTURAL E EMERGENTE

As interpretações tradicionais do trabalho precário têm um claro enfoque na Europa, partindo de um sentido de exceção com relação ao trabalho regulamentado, estável e com proteções sociais garantidas nos *welfare states* (RODGERS et RODGERS, 1989; BECK, 2000; HARVEY, 2006; SENNETT, 2006), marcando uma ruptura desse arranjo na virada neoliberal dos anos 1980, após a recessiva década de 1970. Segundo a conceituação

mainstream do trabalho atípico, a perda da estabilidade de emprego (traço marcante desse suposto contrato padrão) foi prejudicial aos trabalhadores de muitas indústrias em que essas formas de emprego predominavam até a onda de desregulamentações da década de 1980.

De fato, grande parte desta narrativa que invoca o trabalho precário contra uma relação de emprego normativa ou "tradicional" ignora as variadas experiências de trabalho em diferentes partes do mundo. É necessário, portanto, reavaliar a atual centralidade destas narrativas no debate sobre trabalho precário, partindo da sua genealogia político-acadêmica e incorporando críticas de modo a ampliar o poder analítico do conceito à atualidade e amplitude de contextos que não são contemplados em sua versão original.

A universalidade do sistema capitalista compreende a mercantilização do trabalho tanto em regiões centrais à dinâmica de acumulação como periféricas, em uma unidade totalizante baseada na exploração do trabalho não só na Europa e América do Norte, mas também em toda a denominada periferia mundial. Muitos dos autores que descrevem a precariedade do trabalho com um sentido de excepcionalidade com relação às formas “padrão” de trabalho no Estado de Bem-Estar Social europeu ignoram que o trabalho precário muitas vezes é regra na periferia capitalista. Suas análises partem desta premissa equivocada, “como se o trabalho instável e desregulado, com baixos níveis salariais e altas taxas de desemprego, só tivesse origem a partir da década de 1970” (COLOMBINI, 2019).

Portanto, compreende-se que a relação salarial assume uma ampla gama de formas em diferentes contextos espaciais e políticos na economia mundial. Consequentemente, a noção de *trabalho precário*, tal como definida em relação a um padrão normativo, permanece limitada, motivando, assim, acadêmicos, pesquisadores e ativistas a repensar e ampliar analiticamente a concepção de trabalho precário de maneiras que possam manter sua saliência descritiva e, portanto, política.

Primeiramente, é necessário ter clareza acerca do que emerge desde a virada neoliberal e o que não podemos atribuir a ela. Tanto a participação de imigrantes, que historicamente foram privados dos benefícios dos *welfare states* no mercado de trabalho europeu, quanto características estruturais das economias periféricas, oriundas de processos históricos de colonização e escravidão, estão entre os elementos elencáveis na segunda categoria.

Com relação à primeira, investigaremos na primeira seção deste capítulo as particularidades do capitalismo neoliberal no que tange às relações de trabalho, explicitando o contexto histórico de surgimento dessas relações dadas as necessidades do capitalismo à época. A partir da análise desse período emergem as conceituações tradicionais da

precariedade laboral, fundamentadas na justaposição entre essas formas de trabalho emergentes e um suposto contrato padrão keynesiano-fordista.

Na seção subsequente, incorporamos as críticas à precariedade dualista “padrão x precário”, pautadas em um sentido de excepcionalidade do contrato padrão fordista em perspectiva histórica global. Essa seção desvela a necessidade de olhar para o cerne do fenômeno, avaliando que aspectos sistêmicos mantêm a existência dessas formas de trabalho ao redor do mundo, a despeito de análises que as encaram como resíduos pré-capitalistas erradicáveis pelo desenvolvimento linear da produção.

Nossa análise nos leva à inexorável constituição do exército industrial de reserva, postulado por Marx (2013), de onde extraímos a noção de que a persistência e crescimento dessas formas de trabalho é pressuposto, não resíduo, da acumulação de capital. Tratamos também de revisar vertentes da teoria econômica que focam em aspectos distributivos e sociais da categoria, cotejando aspectos distributivos e de acumulação com propostas centradas na pressão por proletarianização e constituição social.

Por fim, tratamos das formas históricas específicas de manifestação da categoria de EIR, em particular no neoliberalismo periférico. Destacamos a crescente fluidez entre trabalho ativo e inativo, atualmente emaranhados na simbiose do trabalho por plataformas e empresas terceirizadas, além do “empreendedor de si”, que subjetivamente mercantiliza o resultado do dispêndio da sua força de trabalho, e já tem introjetada na sua psique a sociabilidade capitalista.

2.1 Relações de trabalho emergentes no capitalismo neoliberal

O capitalismo se desenvolve de maneira específica, em situações históricas específicas. Se nosso objetivo, portanto, é analisar o fenômeno da precarização do trabalho, não podemos deixar de olhar concretamente para a maneira como o capital se expande no século XX e cria as condições que possibilitaram o crescimento dessas formas de trabalho precarizado. A dificuldade, nesse caso, consiste em estabelecer os marcos desse processo. Diante da impossibilidade de resgatar aqui toda a história do século XX, em suas múltiplas e variadas dimensões, vamos nos ater às transformações que a crise dos anos 1970 provocam no âmbito industrial, levando à falência empresas fordistas-tayloristas, cujas formas de organização não se adaptaram aos novos tempos e as implicações disso nas relações de trabalho neoliberais.

A crise de 1973-1975 resultou em ataques crescentes às garantias estatais de assistência social, à medida que as economias globais enfrentavam uma recessão intensa. O

modelo econômico dominante, representado pela combinação de keynesianismo e fordismo, estava perdendo espaço no palco mundial, abrindo caminho para uma nova forma de acumulação com menor intervenção governamental. Este cenário estimulou o surgimento de novas formas de luta da classe trabalhadora, direcionadas não apenas contra o capital, mas também contra o Estado, cujo papel como provedor de emprego e renda diminuiu significativamente (CLARKE, 1992). Coube ao Estado pós-fordista “criar um bom clima de negócios”, para atrair o capital financeiro transnacional e global, contendo a fuga de capitais com reformas que desmontaram as conquistas dos trabalhadores ao longo do século XX.

Essa mudança na forma de estado surge assim que os custos da criação de um ambiente estatal estável para a acumulação aumentaram e o salário se tornou cada vez menos eficaz como meio de canalizar a revolta contra o trabalho alienado e o descontentamento social em geral (HOLLOWAY, 1996). A socialização do capital via *welfare state*, fundamental na expansão do Estado pós-segunda guerra mundial, tinha a alienação do trabalho como preço, em um *contrato social* que paulatinamente desagradava mais tanto os trabalhadores quanto os capitalistas ao longo dos anos da “Era de Ouro”:

A “crise do keynesianismo”, como é frequentemente chamada, não é simplesmente uma crise da teoria econômica ou da formulação de políticas econômicas: essas são manifestações de uma crise na relação entre capital e trabalho, uma crise no padrão específico de contenção do poder do trabalho. (HOLLOWAY, 1996, p. 22)

Assim como a produção fordista aumentou a contradição entre o potencial da criatividade humana e a forma alienada imposta a essa criatividade na produção de valor, a expansão do Estado como *welfare state* aumentou a contradição entre o potencial de organização social consciente e a forma imposta a esse potencial no capitalismo, ou seja, a institucionalização das organizações trabalhistas, alojando-as no estado. Havia, no entanto, crescentes sinais de que essas contradições e antagonismos do keynesianismo não podiam mais ser contidos.

Diante das tensões crescentes, a negociação salarial tornou-se o foco tanto das mudanças gerenciais quanto do descontentamento dos trabalhadores, mas a monetarização do conflito tornou-se cada vez mais problemática à medida que o poder produtivo do trabalho se expressava em padrões de vida mais elevados. As reclamações sobre a perda de controle gerencial sobre o local de trabalho tornaram-se cada vez mais comuns no final da década de 1960 e início da década de 1970 (HOLLOWAY, 1987). Ao mesmo tempo, as dificuldades em estabelecer um controle efetivo e o poder da resistência à imposição de novas práticas de trabalho se expressaram em demandas salariais crescentes, muitas vezes acompanhadas de

ameaças ou ações de greve reais para aplicá-las (ARMSTRONG et al., 1984). O controle salarial e a contenção do que era visto como poder sindical tornaram-se uma preocupação dominante do período.

É importante destacar que o que mudou não foi o fato de a taxa de exploração ter diminuído, mas sim o fato de a exploração ter se tornado mais cara para o capital: para explorar um trabalhador de forma eficaz, o capital precisava investir uma quantia cada vez maior em maquinário e matérias-primas. Isso é indicado, por exemplo, pela desaceleração do crescimento da produtividade em todas as principais economias entre 1968 e 1973, apesar do crescente investimento em mecanização (ARMSTRONG et al., 1984, p. 249). Assim, a taxa de lucro (a taxa de retorno sobre o capital total investido) diminuiu, apesar do aumento da taxa de exploração.

A revolta contra o trabalho e as lutas por salários mais altos tiveram um efeito imediato, tanto na contenção da exploração quanto no aumento dos custos. Também tiveram um efeito menos imediato ao levar o capital a contornar a “mão refratária do trabalho”, introduzindo máquinas para substituir os trabalhadores indisciplinados e pouco confiáveis (HOLLOWAY, 1996). O capital prospera usando o poder produtivo do trabalho contra o trabalhador, pois embora a necessidade de mecanização seja imposta aos capitalistas individuais na forma da pressão econômica da concorrência, a mecanização não é uma “tendência econômica” separada da luta de classes, mas parte da luta incessante do capital para sobreviver: os custos crescentes da exploração expressam as dificuldades da reprodução capitalista (BONEFELD, 1990).

As dificuldades crescentes de acumulação se expressaram em uma crise crescente das estruturas institucionais do keynesianismo, tanto no nível da empresa individual quanto no nível do estado, desde o final da década de 1960. No lugar das indústrias que não lograram superar a subsequente década de crise, surgem novos empreendimentos nos marcos do que Harvey (2006) denominou indústria flexível ou toyotismo. Essa reestruturação, necessária para recompor as condições da acumulação de capital, foi marcada por uma maior “flexibilidade dos processos de trabalho, mercados de trabalho, produtos e padrões de consumo” (HARVEY, 2006, p. 140), implicando constante inovação comercial, tecnológica e organizacional para atender precisamente à demanda por produtos ou serviços em um novo regime *on-demand* ou *just-in-time* (DE STEFANO, 2016).

Essa *acumulação flexível* gerou níveis relativamente altos de desemprego estrutural, ganhos modestos de salários reais e o retrocesso do poder sindical – uma das colunas políticas do regime fordista. Também o mercado de trabalho passou por uma radical

reestruturação pois diante da forte volatilidade do mercado, do aumento da competição e do estreitamento das margens de lucro, as empresas se aproveitaram do enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão-de-obra excedente (desempregada ou subempregada) para impor regimes e contratos de trabalho mais flexíveis (HARVEY, 2006).

Muitos intérpretes das transformações sociais deste período destacam o papel de novas relações de trabalho, que apresentaram uma tendência crescente à desproteção contra maus tratos e irregularidades no emprego dada a marcante ausência de regulação. Rodgers et Rodgers (1989) denominaram essas práticas de *trabalho precário*, contrastando-o com o *contrato padrão*, que provia estabilidade social ao crescimento econômico no período keynesiano-fordista. Entre esses intérpretes, Ulrich Beck (2000) e Richard Sennett (2006) enfatizam a perda de emprego estável e seguro nos marcos da sociedade neoliberal. Beck (2000, p. 1) previu a “Brasilização do ocidente”, em consequência da implementação do receituário neoliberal, resultando em empregos “de curto prazo e facilmente encerrados”, e Sennett (2006, p. 24) enfatizou o declínio de instituições burocráticas, levando ao fim dos “empregos para toda a vida”.

Portes e Sassen-Koob (1987, p. 41) também afirmam que tanto os países desenvolvidos quanto os em desenvolvimento possuem uma economia informal em crescimento desde a década de 1970, quando há competição crescente entre os países desenvolvidos e o terceiro mundo, que acumulava déficits na balança comercial (PORTES & SASSEN-KOOB, 1987, p. 53). Situando essa concorrência no contexto da globalização, eles sustentam que a informalização no terceiro mundo faz parte de uma tentativa de sair da estagnação econômica por meio de uma estratégia orientada para a exportação, mas tende a promover uma informalização semelhante no mundo desenvolvido, onde a concorrência faz com que os setores afetados lutem pela sobrevivência.

Muitos autores identificam a origem da precarização contemporânea no Norte Global à década de 1970, ou ao início da globalização neoliberal, um contexto de concorrência crescente e do surgimento da necessidade de “flexibilização” da força de trabalho europeia (HARVEY, 2006; KALLEBERG, 2009, 2011; STANDING, 1989, 1999). No trabalho seminal de Guy Standing (2011) sobre o precariado - grupo que o autor descreve como uma classe em formação - é enfatizado o desaparecimento de condições, sistemas e padrões de emprego presentes nos países europeus, por vezes apoiados nesta mesma forma de estado supracitada.

Standing (2011, p. 10) escreve: “Para nossos propósitos, o precariado consiste em pessoas que não têm as sete formas de segurança relacionadas ao trabalho [...] que os

social-democratas, os partidos trabalhistas e os sindicatos buscaram [...] após a Segunda Guerra Mundial”. Estas formas de segurança incluem “um compromisso do governo com o ‘pleno emprego’, ‘proteção contra demissões arbitrárias’, ‘proteção contra acidentes e doenças no trabalho’ e ‘garantia de um rendimento estável adequado’, protegido através, por exemplo, de mecanismos de salário mínimo (STANDING, 2011, p. 10-11). No entanto, o conhecido trabalho de Guy Standing (2011) sobre um suposto precariado enfatiza o desaparecimento de padrões de emprego que “simplesmente nunca existiram em grande parte do mundo - e mesmo nos países capitalistas mais avançados não existiram durante a maior parte dos últimos séculos” (CHOONARA, 2020, p. 428).

A definição do precariado é complexa e comporta diferentes interpretações. Standing (2011) descreveu os trabalhadores precarizados como uma “classe-em-desenvolvimento”, um grupo socioeconômico distinto do proletariado tradicional no sentido marxiano. Enquanto o proletariado, para Standing, descreveria uma classe constituída por “trabalhadores com empregos de longo prazo, estáveis, com horários fixos e rotas de progressão estabelecidas, sujeitos à sindicalização e a acordos colectivos, com títulos profissionais que os seus pais e mães teriam compreendido, enfrentando empregadores locais cujos nomes e características com os quais eles estavam familiarizados”, o precariado seria “composto por pessoas que têm relações de confiança mínimas com o capital ou com o Estado [...] e não têm nenhuma das relações de contrato social do proletariado” (STANDING, 2011).

Kalleberg (2009) por sua vez argumenta que o reforço das relações mediadas pelo mercado, característico do neoliberalismo, tornaram a precariedade e a insegurança em onipresentes na força de trabalho, ressuscitando formas contingentes de emprego que existiam antes do *New Deal*. Esta visão é a de um pêndulo que oscila da precariedade para a estabilidade e de novo para a precariedade em perspectiva histórica, em uma teoria dinâmica dual do mercado de trabalho em que se sustenta que suas formas neoliberais tendem à precariedade.

Essas abordagens tradicionais, muitas vezes referindo-se a processos limitados ao continente europeu, traçaram os primeiros contornos do conceito de precarização como o entendemos hoje. Estas análises consideraram o *trabalho precário* como um produto específico do capitalismo neoliberal e o identificam como aquelas formas de trabalho que rompem com uma suposta forma quintessencial, regulado pelo *contrato padrão* e com acesso aos benefícios do *welfare state* (LAMBERT et HEROD, 2016; SCHRAM, 2015).

Com efeito, a perda da estabilidade de emprego (traço marcante desse suposto contrato padrão) foi prejudicial aos trabalhadores de muitas indústrias em que esses vínculos predominavam. Sobre isso, Vasapollo (2006) afirma que a contratação flexível contém claras rupturas com relação às características de um suposto *contrato padrão*: em relações de trabalho regidas pelas novas medidas normativas mais flexíveis, aumenta a liberdade do empregador em manejar a quantidade de horas a serem contratadas, as responsabilidades do empregador são diminuídas e aumenta a busca das empresas em descaracterizar a relação de emprego. Assim, os empregadores têm maior facilidade para despedir e utilizar o trabalhador de acordo com as necessidades dos seus negócios. Passa-se do contrato com certa previsibilidade e de longo prazo para contratos caracterizados por maior fluidez e adaptados às características do capitalismo flexível (SENNETT, 2005).

Essa flexibilização das relações de trabalho termina por eliminar alguns entraves à atuação do capital, à mercantilização do trabalho e da natureza, e permite que as leis gerais da acumulação capitalista atuem de maneira mais ampla, em sentido extensivo e intensivo (COLOMBINI, 2023, p. 4). Dado que a relação capitalista tem como propósito a valorização em escala crescente, os seres humanos e a natureza tornam-se simples objetos dessa valorização, razão pela qual a dinâmica capitalista intrinsecamente tende a destruir os seres humanos e a natureza. Se o objetivo central do processo de acumulação não é alcançar uma melhor distribuição dos ganhos oriundos do seu crescimento material e da crescente produtividade do trabalho; se o objetivo central é a expansão de mais-valor, que depende da expansão da dominação e exploração de seres humanos, esse processo é reiterado na esfera concreta por meio da flexibilização e precarização do trabalho (BONENTE et al., 2023).

Dentro do quadro de reestruturação produtiva neoliberal, o desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação permitiu a internacionalização da produção de mercadorias de forma sem precedentes, contribuindo para a formação das cadeias globais de valor (MILBERG & WINKLER, 2013). Essa tendência à ampliação da dispersão industrial e o fenômeno recente do trabalho por plataforma constituem dois processos de expansão da superpopulação relativa mundial, incorporando grandes populações ao exército de reserva capitalista (FOSTER et al., 2011). Essa categoria é central ao processo de precarização, de forma que posteriormente denotamos a relação entre sua formulação original e contribuições recentes com as relações contemporâneas de trabalho.

Sobre a conceituação da precariedade laboral como uma particularidade do capitalismo neoliberal europeu, é necessário elencar críticas importantes que qualificam o debate das novas formas de trabalho. Ao teorizar sobre o novo, não podemos perder de vista

aspectos estruturais da realidade periférica, tampouco a essência mistificada do trabalho no capitalismo, inerentemente precário. A seguir tratamos dessas críticas à visão tradicional dualista que conceitua a precariedade emergente como uma ruptura com um contrato padrão de trabalho difundido nos *welfare states* (HARVEY, 2006; KALLEBERG, 2009, 2011; STANDING, 1989, 1999), tanto aquelas que contestam quanto as que qualificam a precariedade.

2.2 Crítica à precariedade dualista: trabalho distante do *welfare state*

Como vimos na seção anterior, o termo *trabalho precário* é muitas vezes associado a obras fundadoras que o associam ao neoliberalismo e um sentido de excepcionalidade e ruptura com um *contrato padrão*. No entanto, contribuições recentes, algumas até mesmo participantes das tradições analíticas inauguradas pelo conjunto das obras anteriormente citadas, têm qualificado o debate e criticado as limitações desses escritos fundadores com base no eurocentrismo das suas narrativas. Dessa forma, reunir os argumentos dessas contribuições recentes de forma a consolidar as transformações necessárias para garantir maior precisão ao conceito de *trabalho precário* nos parece imprescindível ao esforço de qualificá-lo, incorporando formas de trabalho da totalidade do sistema econômico mundial.

A perspectiva dualista ‘padrão x precário’, é nitidamente limitada pois não é possível generalizar a forma de produção fordista e suas relações industriais para a totalidade das economias capitalistas, mesmo durante o seu período de maior relevância e difusão na Europa e Estados Unidos, a chamada “Era de Ouro”. De fato, Wilson (2019) contesta a prevalência destas relações de trabalho mesmo nas economias centrais no auge do fordismo, afirmando que os contratos “padrão” com que se rompe na reestruturação produtiva dos anos 1970 são as verdadeiras relações atípicas de trabalho em perspectiva histórica, argumento ecoado em outras obras críticas contemporâneas (BREMEN & VAN DER LINDEN, 2014).

Mesmo durante o apogeu do pacto keynesiano/fordista foram identificadas formas de trabalho precário por autores que endossam análises duais do mercado de trabalho e propõe uma dicotomização entre um mercado de trabalho principal e um secundário (REICH, GORDON & EDWARDS, 1973). Segundo eles, embora a força de trabalho do setor principal das economias centrais fosse em grande parte sindicalizada, a força de trabalho secundária não era. As firmas do primeiro grupo eram tipicamente monopolistas, e as do segundo, empregadoras de grupos marginalizados, tinham as características de empresas periféricas, que competem acirradamente e, portanto, são mais suscetíveis às volatilidades de mercado, dispensando trabalhadores pouco organizados de acordo com suas necessidades.

Notavelmente, desde a década de 1970, as empresas monopolistas centrais desenvolveram uma estrutura dual internamente, com trabalhadores centrais e periféricos, o primeiro grupo gozando de estabilidade no emprego e o segundo com empregos precários, muitas vezes terceirizados (WILSON, 2019).

A narrativa tradicional da precariedade laboral parte das proteções sociais garantidas por um estado de bem-estar social da era keynesiano-fordista, seguida da erosão, no neoliberalismo, desta relação de trabalho com o capital e estado por meio do enfraquecimento dos mecanismos legais para proteção dos direitos dos trabalhadores. Estas conceitualizações proeminentes do trabalho precário são, em muitos aspectos, sintomáticas daquilo que Ahmad (1997) designa como a condição "pós", na medida em que é normalmente identificada contra um cenário normativo peculiar (HUSSAIN, 2017). Mais precisamente, o trabalho precário é estreitamente identificado com uma "relação de emprego padrão" (HEROD et LAMBERT, 2016) como afirmamos anteriormente.

Essa leitura é originária das narrativas de modernização linear ou, mais fundamentalmente, da "espacialização do tempo" que orienta a sua lógica de funcionamento (FERGUSON, 2006; MITCHELL, 2000). Nestas histórias as experiências de trabalho supostamente homogeneizaram-se ao longo do tempo em diferentes partes do mundo à medida que o desenvolvimento capitalista se enraizou e expandiu. A sua lógica pressupõe uma generalização gradual da figura de um trabalhador normativo da "Idade de Ouro" que supostamente prevaleceu nas potências industriais do pós-guerra, suportando simultaneamente os frutos sócio-políticos da democracia liberal contra o comunismo de Estado (LEWIS, 1954; ROSTOW, 1991 apud HUSSAIN, 2017).

Desde os anos 2000, tem-se proposto uma ruptura com a versão normativa da definição de trabalho precário. Uma subestirpe dessas propostas está fundamentada na tese de Neilson e Rossiter (2008) sobre o "Fordismo como exceção". Este argumento destaca a história da relação de emprego padrão como uma experiência excepcional mesmo nos países industrializados do Atlântico Norte. Eles argumentam que uma considerável quantidade de trabalho produtivo e reprodutivo no "fordismo" ocorria fora do âmbito da relação de emprego padrão, centrada na figura do "trabalhador quintessencial", conforme descrito por Rose (1997), e observam que as exclusões normativas, grupos sociais cujo trabalho não foi contemplado pelas regulações durante a "Era de Ouro", frequentemente estão relacionadas a questões de gênero, raça e cidadania (HUSSAIN, 2017).

Mesmo nos núcleos de maior implementação do fordismo no Atlântico Norte, esses discursos e práticas incluem uma série de exceções. Estas exceções consistiram

principalmente em separações como a divisão trabalho-casa/produtivo-reprodutivo nas estruturas familiares, exclusões racializadas nos mercados de trabalho, no baluarte ideológico da "ética do trabalho" individualizada contra reivindicações políticas coletivas que invocam o padrão normativo e regimes de inclusão diferenciada no mercado de trabalho através de rigorosos controles de cidadania e imigração (ARNOLD et BONGIOVI, 2012; FEDERICI, 2012; FERGUSON et McNALLY, 2014; WEEKS, 2011). Como resultado, qualquer noção de trabalho precário que não leve em consideração a natureza e implicações dessas chamadas exceções é inerentemente limitada. Essas críticas argumentam que tal noção perpetua uma descaracterização categórica dos processos históricos que constituem o trabalho como uma atividade socialmente diferenciada e geradora de excedentes.

Uma segunda abordagem, centrada na mesma marginalidade das experiências históricas do "trabalhador quintessencial", explora explicitamente o contexto da produção econômica mundial pós-Guerra ao longo da divisão global Norte-Sul (HEROD et LAMBERT, 2016; JONNA e FOSTER, 2016; SCULLY, 2016; VAN DER LINDEN et ROTH, 2013; VAN DER PIJL, 2015). Nessa abordagem há um reconhecimento de que, embora a relação salarial tenha se expandido significativamente nesse período para algumas ocupações nas regiões centrais, ela sofreu mudanças distintas em outros contextos. Esse fenômeno é especialmente evidente haja vista a expansão da indústria de transformação no "Terceiro Mundo" e nos países do ex-bloco comunista, especialmente na China.

Há também concepções duais do mercado de trabalho que partem do modelo de Lewis (1954) de absorção do excedente populacional do campo pela urbanização e industrialização nas economias periféricas, com um eventual esgotamento da superpopulação relativa rural. Ocorreria, neste modelo neoclássico, uma gradual melhora salarial urbana através dos mecanismos de mercado, na medida em que a demanda por trabalho urbana cresceria abaixo do nível de crescimento da oferta até o chamado "ponto de virada de Lewis", em que essas trajetórias se invertem graças a um esgotamento da população rural. Apesar da ampla difusão que obteve, esse modelo nitidamente perde de vista as dinâmicas de poder e forças sociais que afetam os rendimentos do trabalho, privilegiando uma concepção mecânica e portanto limitada da formação dos salários e distribuição de renda (OLIVEIRA, 2003).

Há também releituras do conceito na macroeconomia do século XX (KEYNES, [1936]; KALECKI, 1971), herdadas recentemente pelos pós-keynesianos (DUTT, 1990, 2011; LAVOIE, 2014), neo-kaleckianos (ROWTHORN, 1981; BHADURI; MARGLIN, 1990) e sraffianos (CICCONE, 1986; GAREGNANI, PALUMBO, 1997). Dentro dessa abordagem da macroeconomia heterodoxa, a 'dualidade lewisiana', como resultado da

dinâmica de acumulação, ganha importância pelo seu impacto distributivo, dado que o desemprego exerce uma pressão para a redução da taxa de salários na medida em que aumenta a substitutibilidade do trabalho e mina o poder de mobilização do trabalho em uma economia política de conflito de classes.

É importante notar que os salários nessas abordagens não são índices de escassez de mão de obra, mas estão associados ao poder político da classe trabalhadora que impõe uma rigidez nominal dos salários através da mobilização coletiva, constituindo uma força social importante reconhecida nas teorias de Keynes e em seus pronunciamentos públicos. De fato, a promoção da estabilidade social através de políticas de pleno emprego e seguridade social foram instrumentais na batalha contra os socialistas à época das obras seminais de Keynes e durante a Era de Ouro do capitalismo central, sendo descartadas súbita ou paulatinamente desde a virada neoliberal.

No entanto, muitos modelos heterodoxos de crescimento e distribuição ignoram a luta social pela constituição da relação de produção capitalista, focando na questão mais aparente dos movimentos trabalhistas e a taxa salarial. Em vez de compreender o processo de constituição e reprodução dessa luta através da concretude das relações sociais e produtivas, apenas o aceitam como dado, como elemento social reificado. Em vez de entender a acumulação como um momento da luta de reprodução da relação capitalista, as variáveis macroeconômicas são transformadas em entidades automoventes na sua aparência reificada (COLOMBINI, 2025). Ou seja, mesmo os estudos centrados nos processos de exclusão restringem-se muitas vezes à sua relação com os ritmos de acumulação de capital, diminuindo a sua importância como processo gerador da luta de classes, que veremos na seção seguinte.

Essa temática também tem sido abordada nas contribuições recentes do debate crítico (HUSSAIN, 2017; COLOMBINI, 2019; CHOONARA, 2020; WILSON, 2019), onde se interpreta as novas formas de trabalho, ditas precárias, sob o prisma das distinções geográficas inerentes às suas manifestações. Nessas contribuições se destaca a importância da trajetória da periferia do capitalismo de subordinação às grandes potências econômicas, em suas variadas formas, cujos esforços colonialistas e imperialistas deixaram chagas duradouras. Nestes locais onde a superexploração¹ está profundamente alojada, vidas

¹ Segundo Marini (2000), a superexploração da força de trabalho se estabelece mediante a intensificação dos mecanismos de exploração da força de trabalho — particularmente, o incremento da jornada de trabalho, a intensificação do trabalho e a redução do consumo do trabalhador — em condições de transferência estrutural e permanente dos valores gerados internamente nos países dependentes para a economia internacional, o que resultaria na cisão das fases do ciclo do capital nas economias dependentes.

precárias sob condições desumanas de trabalho nunca foram excepcionais como descreve parte do atual debate sobre trabalho atípico.

Nessa mesma direção, sustento que conceituar uma precariedade como estritamente emergente no capitalismo neoliberal é ignorar a história dos povos periféricos, maioria cujo "trabalho nunca foi nada mais do que uma base precária da vida vivida no fio da navalha da despossessão" (PALMER, 2014, p. 44), e que o tipo de trabalho descrito pelo termo 'precariedade' sempre foi a norma na periferia mundial, tanto durante épocas em que as relações predominantes eram "pré-capitalistas" quanto no século XX e XXI. Na verdade, "é o fordismo e o Estado de Bem-Estar Social que constituem a exceção à regra, numa perspectiva global" (MUNCK, 2013, p. 752).

Desde perspectivas que relacionam a precarização e o neoliberalismo até críticas que sublinham a importância de considerar as distinções geográficas nas relações de trabalho, as múltiplas perspectivas confirmam a necessidade de se considerar os fatores históricos de exclusão social presentes no cenário laboral. De fato, sustento que a precarização não é um fenômeno homogêneo, mas sim um processo intrincado em uma teia de relações sociais e econômicas, marcado pela instabilidade e fluidez.

Adicionalmente, no que há de novo no cenário laboral há o mesmo antigo conteúdo: a sociabilidade capitalista de exploração e subordinação do trabalho ao objetivo alheio de valorização do valor, inerentemente precária. Portanto, retornemos à teoria marxiana para buscar explicações sobre a persistência dessas formas de trabalho apesar da crescente produção de riqueza e grau sem precedentes do dito 'desenvolvimento' econômico. De fato, as circunstâncias nos levam a crer que a emergência do trabalho precário é uma nova forma historicamente determinada da inexorável constituição do Exército Industrial de Reserva postulado por Marx.

2.3 A inexorável constituição do Exército Industrial de Reserva

No cerne da precarização/informalização da força de trabalho está a expansão do exército global de reserva de mão de obra, a maioria dos quais luta para sobreviver por meio de qualquer atividade econômica disponível. Marx (2013[1867], Cap. 23) desvelou a categoria do exército de reserva em *O capital*, relacionando-a aos ciclos da acumulação como uma força contínua que promove a mercantilização da força de trabalho. Essa superpopulação relativa possui não só formas de manifestação diferentes (flutuante, latente e estagnada), mas também formas históricas distintas de realização concreta (COLOMBINI, 2025), sendo um momento de constituição da classe trabalhadora. Dessa forma, os trabalhadores ativos e

inativos são impactados pelas transformações do trabalho no neoliberalismo, em uma relação social dos chamados informais e precários, somados aos desempregados, com os trabalhadores ditos ativos, com maior estabilidade e direitos garantidos, em que o último grupo teme tornar-se o primeiro e se submete a disciplinamentos e uma parcela menor do excedente produtivo para não ficar deslocada como superpopulação relativa.

Como demonstra no Livro I de O capital, além de sua tendência expansiva, o capital tende a revolucionar a produção, combinando momentos de expansão em sentido extensivo (em que subordina uma quantidade maior de trabalhadores a seu domínio) e em sentido intensivo (aumentando a produtividade do trabalho através do uso de tecnologias “poupadoras de trabalho”). Através desse processo, o capital absorve trabalhadores e os “expulsa” constantemente do processo de trabalho, dando origem a uma “superpopulação relativa ou exército industrial de reserva”.

Mesmo que não diminua em termos absolutos o emprego da força de trabalho (considerando que o capital também se expande), diminui a participação do capital variável (trabalho vivo) em relação ao capital constante (trabalho morto) empregado no processo de produção. Nos termos do autor (MARX, 2013, p. 705): “A acumulação capitalista produz constantemente, e na proporção de sua energia e seu volume, uma população trabalhadora adicional relativamente excedente, isto é, excessiva para as necessidades médias de valorização do capital e, portanto, supérflua”.

Mantida constante a composição do capital, quando se aumenta o capital, aumenta na mesma proporção a demanda por força de trabalho. À medida que a procura por trabalho aumenta em razão das necessidades de acumulação, chega-se a um ponto em que a oferta de trabalho torna-se menor que sua demanda, e os salários a serem pagos aos trabalhadores também crescem de acordo com o ritmo de crescimento do capital, de modo que este aumento age como um “mecanismo de ajuste”. Então, a ampliação nos salários é também função do ritmo de crescimento do capital a partir do momento em que a demanda por trabalho supera sua oferta, o que significa que, com um menor número de pessoas dispostas a vender sua força de trabalho, o salário pago àquelas que estão efetivamente empregadas tende a crescer quando cresce também a massa de capital constante, ou quando se amplia a acumulação de capital (CARCANHOLO & AMARAL 2008).

Simultaneamente, dada a concorrência intercapitalista, é imperativo aumentar a produtividade e, portanto, que a composição orgânica do capital contenha uma parcela progressivamente maior de trabalho morto. Ou seja, aumenta-se a massa de capital constante relativamente à massa de capital variável. Dessa forma, a expansão do capital depende de que

a força de trabalho seja continuamente incorporada a ele fazendo com que acumular capital signifique necessariamente aumentar o proletariado em termos absolutos, inclusive porque o trabalho vivo por ele exercido é o único capaz de criar valor adicional, ao passo que o trabalho morto corresponde à parte constante do capital total que apenas transfere valor para o produto final.

Deste modo, a elevação de salário se explica justamente “pelo acréscimo de trabalho pago, que se dá em função de uma ampliação na velocidade de acumulação de capital fruto de uma também ampliação na própria quantidade de trabalho gratuito fornecido pela classe trabalhadora” (Ibid., p. 168). À medida que este processo se acelera, a oferta de força de trabalho torna-se inferior à demanda e, portanto, os salários se elevam, ou, visto sob um outro ângulo, diminui o trabalho não pago.

No entanto, o preço do trabalho ficaria limitado ao ponto onde ficam assegurados os fundamentos do sistema e sua reprodução em escala crescente, ou seja, no ponto em que a parcela de excedente produtivo apropriada pelos capitalistas é insuficiente para reproduzir a acumulação de capital. Entretanto, esta relação não se dá exclusivamente nos termos antes estabelecidos, como se variações nos salários ocorressem apenas como resposta a um movimento natural dos mercados. Por detrás destas questões está contida a causa fundamental que provoca, em regra, a queda nos salários dos trabalhadores, qual seja, a formação de um exército industrial de reserva, uma superpopulação relativa de trabalhadores, cuja função social é garantir a reprodução da acumulação capitalista.

Como Marx enfatiza em sua obra, essa superpopulação é não apenas produto da dinâmica capitalista como um pressuposto necessário, e de fato “condição fundamental de existência do próprio modo de produção capitalista” (Ibid., p. 168). Dado seu caráter expansivo, o capital precisa encontrar esses trabalhadores disponíveis, “em espera”, para atender as necessidades de valorização. (MARX, 2013, p. 707-708). Além disso, o contingente crescente de trabalhadores disponíveis (exército industrial de reserva) possui um efeito “disciplinador” sobre o exército de trabalhadores ativos (ocupados diretamente pelo capital), ainda que seja cada vez mais tênue a linha que separa o exército da ativa e o exército de reserva nos dias de hoje. O exército de reserva deve ser entendido também como uma relação social de pressão para proletarização, não tendo apenas a forma fixa de um grupo social, dado ser uma relação historicamente construída, com particularidades entre os diferentes períodos do capitalismo.

Marx (2013) demonstra como a acumulação capitalista inevitavelmente conduz à expansão de uma força de trabalho “excedente”, especialmente à medida que são introduzidas

novas tecnologia “poupadoras” de trabalho, e como a existência desse exército de reserva é necessária do ponto de vista da acumulação de capital – pois contribui para o rebaixamento dos salários e “proporciona ao capital um depósito inesgotável de força de trabalho disponível” a ser recrutada nos períodos de expansão econômica. Segundo o autor, essa superpopulação relativa assume três formas: flutuante, latente e estagnada; também considerando os pauperizados como o quarto e mais baixo nível do exército de reserva (Ibid., p. 716-720).

Primeiramente, Marx expõe que a reserva flutuante entra e sai do emprego de acordo com os ciclos econômicos de expansão e contração. Em diversos períodos, muitos são demitidos quando avanços tecnológicos reduzem a demanda relativa por mão de obra. Essa parte do EIR se assemelha à explicação de Keynes (1936) do desemprego friccional, razão pela qual o autor criticava a literatura do seu tempo que postulava o pleno emprego como um estado usual da economia.

A segunda parte da análise de Marx é que o exército de reserva latente se encontrava na agricultura, onde a demanda por mão de obra, escreveu Marx, “cai absolutamente” assim que a produção capitalista a assume. Portanto, havia um “fluxo constante” de mão de obra da agricultura de subsistência para a indústria nas cidades: “O movimento constante em direção às cidades pressupõe, no próprio campo, uma população excedente latente constante, cuja extensão só se torna evidente naqueles momentos excepcionais em que seus canais de distribuição estão amplamente abertos. Os salários do trabalhador agrícola são, portanto, reduzidos ao mínimo, e ele sempre está com um pé no pântano do pauperismo” (MARX, 2013, p. 873).

A terceira forma de exército de reserva, o EIR estagnado, formava, de acordo com Marx, “uma parte do exército de reserva ativo, mas com emprego extremamente irregular”. Isso incluía todos os tipos de trabalho em tempo parcial, casual (e o que hoje seria chamado de informal). Pode-se dizer que os salários dos trabalhadores dessa categoria “afundam abaixo do nível normal médio da classe trabalhadora” (ou seja, abaixo do valor da força de trabalho). Esse é o destino da maior parte das massas despedidas pela indústria e pela agricultura de larga escala. De fato, esses trabalhadores representavam “uma parte proporcionalmente maior” do “aumento geral da classe trabalhadora do que os outros elementos” do exército de reserva.

À medida que o capitalismo se expande, portanto, uma maior proporção da força de trabalho pertence a esta categoria. Uma parte da reserva pode ser vista flutuando de um empregador para outro e, talvez, de um setor para outro. O trabalho subcontratado, assim

como o trabalho temporário, pode ser visto como a institucionalização de uma reserva flutuante (WILSON, 2019). A reserva estagnada, com profunda instabilidade de emprego e renda, corresponde às conceituações tradicionais de trabalho precário supracitadas (OIT, 2013; VALENZUELA, 2011).

Por fim, a reserva latente descreve uma parte importante dos trabalhadores urbanos migrantes do campo, com efeitos distributivos e nas condições de trabalho na história recente dos países subdesenvolvidos (COLOMBINI & NOGUEIRA, 2024). Também através das plataformas digitais, cada vez mais utilizadas em diferentes ramos e atividades, são constituídas novas formas capitalistas concretas de mercantilização e controle do trabalho, tendo como elemento central uma nova separação dos trabalhadores dos meios de produção e o seu controle através da imposição de sistemas algorítmicos. Esse processo incorpora também uma enorme fluidez ao processo lógico de constituição de exércitos de reserva, impedindo que haja uma divisão clara entre trabalhadores ativos e inativos (COLOMBINI, 2023).

Para evitar que esta procura crescente de mão de obra contraísse a oferta disponível de trabalhadores, forçando assim o aumento dos salários e a compressão dos lucros, era necessário criar uma força contrária que reduzisse a quantidade de mão de obra necessária para qualquer nível de produção. Isto foi conseguido principalmente através de aumentos na produtividade do trabalho com a introdução de novo capital e tecnologia, resultando na deslocação da mão de obra.

Assim, o sistema capitalista é capaz de reproduzir uma superpopulação relativa ou um exército de reserva de mão de obra, que compete por empregos com os do exército ativo de trabalhadores. “O exército industrial de reserva”, escreveu Marx (2013, p. 867), “durante os períodos de estagnação e prosperidade média, pesa sobre o exército ativo de trabalhadores; durante o período de sobreprodução e atividade intensa, trava as suas pretensões. A população excedente relativa é, portanto, o pano de fundo contra o qual a lei da procura e da oferta de trabalho opera. Ele confina o campo de ação desta lei aos limites absolutamente convenientes ao impulso do capital para explorar e dominar os trabalhadores”.

O exército industrial de reserva é, então, vital para o “bom funcionamento” da produção capitalista e deve ser independente do incremento natural da população, no sentido de que deve existir mesmo que a população não cresça – ou, levando ao extremo, mesmo que a população decresça. Apenas deste modo é possível que o capitalista explore de maneira crescente os assalariados, seja em termos de extensão da jornada de trabalho, seja em termos de intensificação do trabalho numa mesma jornada. Assim, a lei geral de acumulação do

Capital de Marx, incorporando o papel crucial, como pressuposto e resultado, do Exército de Reserva, pode ser descrita nos seguintes termos:

Quanto maiores a riqueza social, o capital em função, a dimensão e energia de seu crescimento e consequentemente a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital. A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce portanto com a potência da riqueza, mas, quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho. E, ainda, quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior, usando-se a terminologia oficial, o pauperismo. (MARX, 2013, p. 747)

Diante da sólida fundação teórica de Marx, onde se afirma o papel fundamental do EIR na perpetuação da acumulação, destacamos também que o Exército Industrial de Reserva não é uma categoria estática, e suas ramificações: flutuante, latente e estagnada têm definições tradicionais e reformulações recentes. As formas históricas do EIR sofreram mutações ao longo do tempo, correspondendo a novas formas de trabalho permitidas pelo desenvolvimento tecnológico e particularidades geográficas. Dessa forma, é necessário avançar na caracterização das formas emergentes de trabalho cotejando distintas conceituações do EIR para traçar paralelos entre as fundações teóricas da categoria e reformulações. Nos aprofundaremos neste debate no segundo capítulo, mas antes é necessário organizar o debate recente sobre o EIR, em que são analisadas as novas formas do velho sentido do trabalho à luz de tecnologias disruptivas de informação e comunicação com profundos impactos na constituição do exército de reserva.

2.4 Novas interpretações do Exército Industrial de Reserva para o século XXI

Dentro do campo crítico, à luz das transformações recentes no mundo do trabalho com a introdução de novas tecnologias de controle da jornada, há abordagens que destacam a pressão por proletarização que essa superpopulação relativa proporciona. Destaca-se nessas contribuições, como a consolidação dessas novas formas de trabalho no contexto contemporâneo do capitalismo, a classe trabalhadora, em sentido amplo, composta tanto pela parte ativa quanto pelo exército industrial de reserva, adquire uma configuração mais fluida, onde as distinções entre esses grupos se mesclam. As categorias clássicas de Marx, como o exército industrial estagnado e flutuante, agora se institucionalizam e se mimetizam como padrões de trabalho ativo (COLOMBINI, 2024).

Nesse contexto, nosso objetivo nesta seção é abordar as especificidades históricas do EIR no século XXI dado que as relações laborais sofreram enormes transformações nas

últimas décadas. Grande parte da literatura que vimos em seções anteriores se concentra em uma noção equivocada de precarização, que exclui a ideia do exército de reserva como mecanismo constitutivo das relações de trabalho e das classes sociais como um todo. Por isso, este trabalho se propõe a analisar o exército de reserva como uma relação social, não apenas reduzida a um efeito da acumulação, mas também como sua causa e condição. Através da noção de exército de reserva como uma relação social, torna-se possível compreender suas diferentes formas concretas de realização, como é o caso do atual momento histórico do neoliberalismo.

Os novos padrões de produção estabelecidos para garantir a acumulação no contexto pós-guerra, como vimos anteriormente, são marcadamente mais fluidos. Os altos custos do controle humano são diluídos com a normalização do “indivíduo como empreendedor de si mesmo”². Nessa sociedade neoliberal, o indivíduo se torna seu próprio realizador, responsável por gerar suas especificidades por meio do mercado, munido de novos instrumentos de concorrência, que exigem constante “autoaperfeiçoamento” ou “autocapacitação”.

O controle e a disciplina do trabalho concreto, que antes eram impostos por meio de regras e normas na fábrica, agora ocorrem na própria constituição do sujeito. As divisões anteriores entre trabalhadores formais e trabalhadores de reserva estão sendo diluídas nessas novas formas sociais de controle do trabalho. Na luta de classes atual, a imposição da subsunção ao capital na própria constituição do ser social como indivíduo capitalista, a necessidade de separação entre formal e informal para o controle do trabalho tende a se dissolver (Ibid., 2024). Com o surgimento de novas formas de controle e disciplina do trabalho, as formas concretas de realização do exército de reserva e a superpopulação relativa também mudam.

A constituição desse trabalhador como um “empreendedor autônomo” depende da intensificação e da expansão da concorrência de mercado em todas as esferas da vida desse ser social. É nesse quadro que cresce a tendência do chamado trabalho precário, com modalidades de contratos “zero hora”, “uberizados”, “pejotizados”, “intermitentes” e “flexíveis”, em que o trabalhador, acreditando ser um “empreendedor de si”, fica

² “A principal inovação tecnológica neoliberal consiste precisamente em conectar diretamente a maneira como uma pessoa 'é governada de fora' à maneira como 'ela se governa de dentro'. [...] No novo mundo da 'sociedade em desenvolvimento', os indivíduos não devem mais se ver como trabalhadores, mas como empresas que vendem um serviço no mercado” (DARDOT & LAVAL, 2010, p. 4).

permanentemente disponível (ANTUNES, 2018), sendo remunerado apenas pelas horas trabalhadas e podendo acumular uma grande quantidade de empregos diferentes.

Felix (2022) demonstra que, diferente do observado em formas de resistência anteriores, as mobilizações de motoristas, entregadores e outras classes uberizadas se dão muitas vezes a partir de iniciativas espontâneas, com organização e difusão através das redes sociais e de grupos de mensagens. Ainda em 2016, motoristas da Uber dos Estados Unidos entraram em greve junto a profissionais do setor hoteleiro e enfermeiras demandando o pagamento mínimo de quinze dólares por hora de trabalho (ABÍLIO, 2020). Em maio de 2019, após anúncio de abertura de ações da Uber na bolsa de valores de Nova Iorque, foi organizada a primeira paralisação global, reivindicando melhores condições de trabalho e melhores pagamentos (FELIX, 2022).

Enquanto a realidade impõe sobre uma parcela dos trabalhadores condições cada vez mais precárias e inseguras de trabalho, os trabalhadores precarizados ainda busca entender e difundir sua identidade enquanto “classe-que-vive-do-trabalho”, resultando no nascimento de novas formas de representação. Os primeiros sindicatos e associações começam a surgir e inúmeras manifestações vêm sendo organizadas em diferentes regiões, evidenciando os limites do controle do trabalho por plataforma e colocando em xeque o discurso de empreendedorismo proposto pelas empresas-aplicativo.

No Brasil, o contingente de trabalhadores precarizados criou, em 2016, o Sindicato de Motoristas de Aplicativo de São Paulo, a Associação dos Motoristas Autônomos por Aplicativos e o Sindicato dos Motoristas de Transporte Privado Individual de Passageiros do Estado de Pernambuco (ABÍLIO, 2020). Foi ainda durante a pandemia de COVID-19, no dia 1º de julho de 2020, que entregadores de aplicativo organizaram a primeira greve nacional do setor: o “breque dos Apps”. Na ocasião, a categoria entregou às empresas Loggi, iFood, UberEats e Rappi uma série de exigências que buscavam melhorar as condições de trabalho dos entregadores e a relação entre empregadores e empregados (CARVALHO, 2021).

Nesse contexto, empregos realizados por meio de plataformas digitais, novas leis trabalhistas permissivas e empresas terceirizadas, muitas vezes com contratos informais ou de curto prazo, embora constituam a força de trabalho ativa e legalmente regulamentada, também podem ser entendidos dentro da noção de exército de reserva como uma relação social de pressão para a proletarianização. A precarização e a informalização do trabalho, em suas chamadas formas neoliberais, representam um momento na geração desse novo exército de reserva, impactando a dinâmica da constituição das classes trabalhadoras. Essa forma concreta do exército de reserva “não representa apenas um aumento de formas estagnadas e

irregulares, mas sua própria simbiose com formas ativas, aprimorando os mecanismos de pressão para a proletarização” (COLOMBINI, 2024, p. 17).

Essa forma concreta do exército de reserva obviamente apresenta peculiaridades entre as diferentes regiões, principalmente entre o centro e a periferia do capitalismo. No entanto, é fundamental enfatizar que, embora os processos de informalização e precarização sejam elementos historicamente constitutivos dos mercados de trabalho periféricos, isso não implica uma manutenção estática nas formas dessas relações. Nesse debate é crucial destacar abordagens mais diretamente ligadas à tradição marxista que consideram maior complexidade ao diferenciar entre fenômenos no 'norte e sul global'. Grande parte do debate marxista contemporâneo sobre o exército de reserva se concentra nas características 'periféricas' da formação dessa superpopulação relativa no contexto do capitalismo neoliberal (CARCANHOLO & AMARAL, 2008; FOSTER, MCCHESENEY & JONNA, 2011; NEILSON; STUBBS, 2011; BASU, 2013; MUNCH, 2013; JONNA & FOSTER, 2016; PATNAIK, 2019). Também na periferia mundial, há uma reconfiguração de novas formas de informalidade e precarização. Se antes a precarização ocorria principalmente por meio de processos de segregação e exclusão direta, agora há uma maior inclusão relativa nos mercados de trabalho, embora seguindo os padrões dessas relações neoliberais.

A formação do capitalismo periférico é marcada por uma forte segregação de parte de sua população, seja por mecanismos econômicos, raciais ou regionais. A constituição dessa superpopulação relativa originada de processos históricos, como a colonização, escravidão e imigração, está internalizada na própria lógica da reprodução social capitalista na periferia. Houve uma enorme intensificação das relações capitalistas na periferia nas últimas décadas, com a incorporação de uma enorme massa de trabalhadores nos mercados globais (FOSTER et al., 2011).

Entretanto, esse processo não significa apenas a incorporação de parte dessa população como trabalhadores ativos e a outra parte como exército de reserva. A grande maioria desses trabalhadores é inserida nos mercados de trabalho e de consumo por meio dessas novas formas neoliberais de exército de reserva, que se caracterizam por serem precárias e informais. Uma parte significativa das chamadas “novas classes trabalhadoras” na Ásia e na América Latina é composta de atividades por meio de novas leis trabalhistas permissivas, empresas terceirizadas e plataformas digitais (COLOMBINI & NOGUEIRA, 2024).

De acordo com a teorização do exército de reserva como forma social de disciplinamento, nas formas de trabalho onde os trabalhadores se veem como seus próprios

chefes, é cada vez mais difícil distinguir quem está trabalhando regularmente e quem está na reserva, ou diferenciar entre empregos estáveis e precários. Trabalhos em plataformas digitais, novas leis trabalhistas flexíveis e empresas terceirizadas com contratos informais ou temporários fazem parte tanto da força de trabalho regular quanto contribuem para formar um exército de reserva que pressiona a proletarianização. O fenômeno aparente da precarização e informalidade crescentes do trabalho são fases na criação desse novo exército de reserva, afetando como as classes trabalhadoras se constituem.

De fato, a pressão exercida pela superpopulação relativa para a extensão e intensificação do trabalho não se limita mais ao risco competitivo de se tornar parte de um exército de reserva; no século XXI, a própria dinâmica do trabalho incorpora a formação desse excedente. Por exemplo, todos os trabalhadores contratados através das plataformas digitais, mecanismo recente e amplamente difundido de trabalho informal, enfrentam a constante ameaça de se tornarem parte da reserva, participando do vasto contingente de superpopulação relativa após a conclusão de uma atividade laboral. Além disso, o trabalhador ativo, dentro dessas novas relações trabalhistas, passa a conviver rotineiramente com a pressão social exercida pelo exército de reserva. Não é que o exército de reserva, em formas precárias e informais, tenha apenas crescido; como relação social, ele se torna mais internalizado mesmo nas chamadas formas ativas de trabalho.

Avançaremos nas conceituações do exército de reserva no capítulo seguinte e na exposição das formas mistificadas em que se trata dessa categoria no debate atual sobre as novas formas de trabalho. Em particular, a forma neoliberal do exército de reserva na América do Sul ilustra as particularidades periféricas e históricas desse fenômeno e nos fornece uma base para investigar características transversais dos países periféricos.

3. RELAÇÕES ENTRE A INFORMALIDADE E SUBDESENVOLVIMENTO

Explicitamos anteriormente os motivos pelos quais conceituar a precariedade na periferia global como algo novo é um equívoco, uma vez que, para a maioria dos trabalhadores, o tipo de trabalho descrito pelo termo 'precariedade' sempre foi a norma, prevalecendo até hoje. Por exemplo, a informalidade na América Latina representa mais de 50% do total do emprego, em linha com os níveis observados nas economias em desenvolvimento e de mercados emergentes, mas é consideravelmente maior do que nas economias avançadas. Mesmo dentro da América Latina, o grau de heterogeneidade é grande,

com a informalidade do trabalho variando entre 30% e 70% entre as maiores economias³. Contudo, a manifestação dessa precariedade na periferia possui formas históricas específicas de ocorrência. Por isso a importância de entender inicialmente a essência dessa precariedade periférica, para na sequência analisar as especificidades neoliberais.

Ou seja, na verdade, é o fordismo e o Estado de Bem-Estar Social que constituem a exceção à regra, numa perspectiva global (MUNCK, 2013, p. 752), motivação suficiente para nos debruçarmos sobre as características dessa maioria populacional periférica. Portanto, o objetivo deste capítulo é caracterizar teoricamente a estrutura ocupacional brasileira munindo-nos da heterogeneidade estrutural postulada por Aníbal Pinto (1976) e da teoria do exército industrial de reserva de Marx (2013). Exporemos como interagem as instituições reguladoras, tecnologias poupadoras de mão de obra e de controle da jornada de trabalho e mudanças na estrutura produtiva, como codeterminantes da estrutura ocupacional ao longo do tempo na periferia do capitalismo desde uma perspectiva crítica. Mas além disso, conceituar o subdesenvolvimento desde a perspectiva do próprio pensamento periférico, nominalmente latinoamericano, também é uma das contribuições deste capítulo.

Vimos anteriormente que, ao “revolucionar constantemente os instrumentos de produção” (MARX, 2013[1867]), o sistema capitalista é capaz de reproduzir uma superpopulação relativa ou um exército de reserva de mão de obra, que compete por empregos com os do exército ativo de trabalhadores. Assim, o exército de reserva global, central à análise, está relacionado à necessidade inexorável do capital de gerar, encontrar e reproduzir uma massa de trabalhadores vulneráveis, precários, mal remunerados e em péssimas condições de trabalho. Esse processo de reprodução do exército de reserva tem dois efeitos necessários à acumulação de capital que vimos anteriormente: a estagnação salarial e pressão por proletarianização.

Munidos deste arcabouço teórico, Foster et al (2011) descrevem o contexto atual de acumulação capitalista global como um “Novo Imperialismo”, no qual o capital transnacional do Norte global extrai rendas extraordinárias do Sul por meio da exploração desenfreada dos trabalhadores periféricos. Segundo Foster esse processo tem implicações para os trabalhadores a nível global, pois o *offshoring* Norte-Sul desindustrializa o Norte estabelecendo fundações para o trabalho precário nos países centrais.

³ Fonte: Organização Internacional do Trabalho, base de dados ILOSTAT; Banco Interamericano de Desenvolvimento, base de dados Sistema de Informação sobre Mercados de Trabalho e Previdência Social (SIMS); e Banco Mundial, base de dados World Development Indicators.

Apesar de avançar na caracterização de um fenômeno global de desindustrialização no norte global, com a migração de etapas das cadeias produtivas das empresas transnacionais para países periféricos com custos de produção reduzidos (o chamado *offshoring*), Foster analisa por alto a periferia global, numa perspectiva do sistema-mundo capitalista que perde de vista as minúcias que aqui pretendemos explorar. O primeiro passo nessa investigação é entender as características estruturais da periferia, em particular no que diz respeito à convivência de setores primário-exportadores e industriais incipientes, e de serviços urbanos, questões sociais associadas a raça e gênero, e a inserção da região aqui privilegiada, a América do Sul, na divisão internacional do trabalho.

Como vimos anteriormente, o capitalismo se desenvolve de maneira específica, em situações históricas específicas, e para entender a relação entre exército de reserva, subdesenvolvimento e trabalho precário na América do Sul, é imprescindível munir-se de teorias que destacam essas particularidades. Dessa maneira, pretende-se nesse capítulo uma análise crítica sobre o debate das especificidades estruturais do capitalismo latino-americano, em especial sobre a dinâmica de formação do exército de reserva.

3.1 Heterogeneidade estrutural e emprego na periferia sul-americana

Dentre as tradições do pensamento econômico latinoamericano, reflexões da periferia sobre si mesma, o pensamento cepalino se destaca por sua influência e longevidade, sendo Raúl Prebisch e Celso Furtado seus principais expoentes. Uma vez explicitada no primeiro capítulo a necessidade de explicar as especificidades periféricas no debate sobre as novas formas de trabalho, esses teóricos do desenvolvimento e subdesenvolvimento são uma inclusão imprescindível quando tratamos das particularidades da América do Sul⁴. Celso Furtado tem sua imagem claramente associada ao chamado “desenvolvimentismo”: “Celso Furtado foi o grande economista da corrente desenvolvimentista de tendência nacionalista no Brasil [...] Tornou-se, indiscutivelmente, uma espécie de símbolo da esperança desenvolvimentista dos anos 50” (BIELSCHOWSKY, 1996, p. 132).

Para Furtado, o elemento essencial do desenvolvimento é a inovação técnica que permite o aumento de produtividade por meio de processos produtivos mais eficientes. O progresso técnico contínuo e o aumento de produtividade gerado nas “economias capitalistas adiantadas” – economias centrais – não se difundem igualmente por todos os espaços da

⁴ Não pretendemos aqui reconstruir todo o debate da formação do capitalismo brasileiro ou sul-americano, apenas apontar um recorte teórico que serve de insumo na análise sobre a especificidade do exército de reserva periférico. Para uma perspectiva mais ampla desta temática, ver Furtado (1995) e Araújo & Mattos (2021).

economia mundial. Nas economias periféricas, o progresso técnico pode penetrar sob a forma de novos produtos, independente de ter ocorrido alguma mudança nos processos produtivos (SAES, 2010). Considerando economias primário-exportadoras, a eventual abertura de mercado para um de seus produtos ou a elevação de seu preço gera um aumento de renda sem que tenha ocorrido qualquer mudança produtiva importante.

Assim, sem que houvesse progresso técnico expressivo, parcelas da população passariam a ostentar padrões de consumo dos países centrais naquilo que Furtado denominou modernização: “Chamaremos de modernização a esse processo de adoção de padrões de consumo sofisticados (privados e públicos) sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos” (FURTADO, 1974, p. 81). O processo de modernização se torna mais importante quando os países subdesenvolvidos ingressam no processo de industrialização. Após uma primeira fase, em que predominam indústrias produtoras de bens simples (consumidos pela massa da população), envereda-se para a produção dos bens consumidos pelos grupos modernizados, cuja demanda é muito mais dinâmica do que a dos bens simples. Porém, para essa produção,

[...] a tecnologia incorporada aos equipamentos importados não se relaciona com o nível de acumulação de capital alcançado pelo país e sim com o perfil da demanda (o grau de diversificação do consumo) do setor modernizado da sociedade. Dessa orientação do progresso técnico e da conseqüente falta de conexão entre este e o grau de acumulação previamente alcançado, resulta a especificidade do subdesenvolvimento na fase de plena industrialização. Ao impor a adoção de métodos produtivos com alta densidade de capital, a referida orientação cria as condições para que os salários reais se mantenham próximos ao nível de subsistência, ou seja, para que a taxa de exploração aumente com a produtividade do trabalho (FURTADO, 1974, p. 82).

Esta é, em essência, a armadilha histórica do subdesenvolvimento, segundo Furtado. O processo de industrialização, que nos países centrais havia gerado a escassez de mão-de-obra e a elevação dos salários, não se reproduz na periferia da mesma forma. Para Furtado, isso ocorre porque o progresso técnico, neste caso, penetra por meio dos novos produtos, ou seja, por meio da modernização, sendo incapaz de produzir uma melhora em termos de renda, emprego e consumo para a população em geral via produção nacional desses bens de consumo.

Em termos da teorização do subdesenvolvimento, esta foi elaborada em *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* em que postula que o subdesenvolvimento não é uma etapa em direção ao desenvolvimento que possa ser compreendido com base em um sistema fechado, sem considerar suas relações externas. Ao contrário, o subdesenvolvimento é um produto histórico da expansão do capitalismo industrial, com uma característica “grande

disparidade na produtividade entre as áreas rurais e urbanas, uma grande maioria da população vivendo em um nível de subsistência fisiológica, massas crescentes de pessoas subempregadas nas zonas urbanas etc.” (FURTADO, 1974, p. 95). Assim, Furtado descreve uma desigualdade urbano-rural, que se traduz na sua obra em dicotomias entre indústria e agricultura e portanto na dualidade formal-informal no mercado de trabalho. No entanto, as relações intersetoriais e entre os grupos sociais aparece de maneira estática, uma crítica explorada profundamente por Francisco de Oliveira, que veremos na próxima seção.

Embora possamos encontrar formulações distintas das noções de desenvolvimento e subdesenvolvimento na obra de Furtado, parece-nos que ao ressaltar o caráter histórico do subdesenvolvimento, o autor recusa as chamadas teorias das etapas do desenvolvimento. Essa proposição se contrapunha às influentes teorias etapista do desenvolvimento da sua época. Dentre elas se destaca a proposta por Walt W. Rostow no livro *As etapas do desenvolvimento econômico* (ROSTOW, 1960). Sua proposta é de que todas as sociedades deveriam passar pelas mesmas etapas, partindo da sociedade tradicional e chegando à era do consumo em massa. Assim, as “sociedades atrasadas” reproduziriam o caminho das “sociedades avançadas”, com a promessa de tornarem-se sociedades de consumo em massa, sendo possível um emparelhamento tecnológico futuro.

Se na visão de Furtado o desenvolvimento não era o destino necessário dos países periféricos que avançavam rumo à industrialização, o subdesenvolvimento não é também o caminho inevitável de todos os países periféricos. Ao analisar os casos da China, Coreia do Sul e Taiwan em *Brasil, a construção interrompida* (FURTADO, 1992), Furtado conclui que a homogeneização social é condição necessária à superação do desenvolvimento; porém, também é preciso haver a construção de um sistema produtivo eficaz com relativa autonomia tecnológica (que pressupõe descentralização de decisões, orientação do Estado e exposição à concorrência internacional). Furtado explica que “O conceito de homogeneização social não se refere à uniformização dos padrões de vida, e sim a que os membros de uma sociedade satisfazem de forma apropriada as necessidades de alimentação, vestuário, moradia, acesso à educação e ao lazer e a um mínimo de bens culturais” (FURTADO, 1992, p. 38). No entanto, cabe ressaltar que a homogeneização social deve preceder qualquer transformação no sentido do aumento da produtividade a fim de evitar que a modernização do consumo de certos grupos dentro da sociedade induzisse um processo de industrialização que perenize a heterogeneidade social tal qual a chegada da terceira revolução industrial no Brasil, no começo do século XX.

Furtado, portanto, teceu uma teoria do desenvolvimento calcada na democratização do consumo e bens essenciais, seguida de uma industrialização liderada pelo Estado, feita com cuidado de forma que o consumo de bens estrangeiros “modernos” ou “de luxo” pelos mais abastados não furte o país da reinversão dos excedentes produtivos nos setores modernos nacionais, levando a um processo duradouro de mudança estrutural que se refletirá tanto na produção quanto emprego. Parece simples, mas o autor logo problematiza essa discussão munindo-se da noção Lewisiana de excedente de mão de obra (LEWIS, 1954), que explodiu em popularidade nos anos 1950 e 1960, e foi incorporada por Furtado nos seus modelos de crescimento com excedente de mão de obra.

Primeiramente, se a possibilidade efetiva de crescimento nas economias subdesenvolvidas existir, o aumento da renda real nunca resultará para Furtado de uma ação endógena (FURTADO, 1961). Uma vez que o excedente disponível para o atendimento das inversões e do consumo diferenciado das camadas de altas rendas é insuficiente, e sempre será necessário um impulso externo de forma que, havendo a possibilidade de transferir a mão de obra excedente de ocupações de baixa ou nula produtividade a outras de maior produtividade, tal transferência – e a aceleração da expansão do produto – dependerá do comportamento da demanda externa ou, sob condições de restrição cambial, do esforço de substituição de importações (BIANCONI & COUTINHO, 2019).

Além disso, a rigidez estrutural dos coeficientes técnicos na indústria leva os países subdesenvolvidos a se industrializarem com tecnologia criada nos desenvolvidos, tendo em vista a relativa escassez de mão de obra nestes prevalecente. O maior problema dos países subdesenvolvidos residiria neste ponto: o desajuste entre oferta e demanda de fatores e a orientação tecnológica, ou a falta de convergência entre as escolhas técnicas e a dotação de fatores (Ibid., 2019). Sob tais condições, a expansão da relação capital/trabalho na indústria restringe a absorção da população disponível, criando subemprego e consolidando o excedente estrutural de mão de obra, o qual, por sua vez, contribui para manter a remuneração do trabalho a níveis baixos, como vimos anteriormente.

Em outros termos, a inevitável transposição de tecnologias industriais criadas em países com dotação diversa de fatores reforça o excedente de mão de obra, segundo Furtado (1961). Assim, os países subdesenvolvidos, mesmo quando se industrializam, mantêm uma estrutura ocupacional pré-capitalista e uma estrutura produtiva heterogênea, caracterizada pela existência de atividades com distintos graus de produtividade. O excedente – drenado pela classe mercantil, por agentes de comércio exterior e industriais, por latifundistas e pela

elite social – não necessariamente se dirige à acumulação interna, e tanto podendo ser carreado ao exterior como dissipado em “consumo de luxo”.

Finalmente, a produtividade do capital e a taxa de poupança e de investimento não asseguram um crescimento contínuo, capaz de absorver a população sobrando e/ou de fechar a brecha que separa as economias desenvolvidas das subdesenvolvidas. Dessa forma, Furtado postula uma estrutura social subdesenvolvida que não se torna minimamente homogênea, mas sim com uma *heterogeneidade* crescente, e cujas pautas de consumo não se uniformizam, em uma teoria que vai de encontro aos teóricos do emparelhamento (*catching-up*) tecnológico.

É necessário, portanto, que observemos as particularidades dessa heterogeneidade como descritas na obra seminal de Aníbal Pinto (1976) e posteriormente por Octavio Rodriguez (1998), ambos contribuintes do pensamento estruturalista latino-americano. A noção de heterogeneidade estrutural é uma elaboração de Aníbal Pinto que, juntamente com as contribuições de Prebisch, Furtado e Sunkel, prefigura uma teoria estruturalista do subdesenvolvimento latino-americano, ou seja, da condição periférica da região, noção que perpassa toda a tradição teórica cepalina.

A base conceitual da heterogeneidade estrutural pode ser encontrada na obra *Concentración del progreso técnico y de sus frutos en el desarrollo latinoamericano* (Pinto, 2001). Nesse trabalho, o autor afirma que o progresso técnico e seus frutos se concentram de acordo com as classes, os grupos e as condições de vida dos indivíduos, setores ou estratos, e também entre as regiões de um mesmo país. Isso significa dizer que a teoria de Pinto está profundamente enraizada nas particularidades regionais da América do Sul, seus desafios, geografia e povos: a realidade material e os processos históricos que desembocaram no presente em que o autor viveu.

Com base nesse trabalho, Pinto refinou sua análise no artigo "Nature and Implications of Latin American Development" (PINTO, 1965) sobre a “heterogeneidade estrutural” da América Latina, no qual ele aponta que o processo de industrialização na América Latina não eliminou o subdesenvolvimento da região, mas alterou sua forma. De fato, o crescimento gerado pela industrialização por substituição de importações reproduziu os diferenciais de produtividade por classe e estrato, como o modelo de exportação primária, e que essas assimetrias também se refletiram nas diferenças salariais entre esses grupos (PINTO, 1970).

O pensamento estruturalista latino-americano deve a Aníbal Pinto o desenvolvimento do conceito de heterogeneidade estrutural e a sua importância atemporal para a análise do subdesenvolvimento ou da condição periférica. No entanto, o conceito de heterogeneidade é anterior ao trabalho de Pinto, e já estava presente na obra fundadora de Prebisch: o

“manifesto” de 1948 (PREBISCH, 1962) e o “Economic Survey of Latin America” de 1949 (PREBISCH, 1973). Todavia, Aníbal Pinto o esclarece e desenvolve em dois artigos da primeira metade da década de 1960, que mais tarde foram fundidos num só (PINTO, 1970; 1971; 1976).

A heterogeneidade estrutural pode ser definida em termos da estrutura produtiva e ocupacional: Diz-se que a estrutura produtiva é heterogênea quando setores ou atividades em que a produtividade do trabalho é elevada ou normal (isto é, atinge os níveis permitidos pelas tecnologias disponíveis) coexistem com outros em que a produtividade é muito inferior (RODRIGUEZ, 1998). Aníbal Pinto salienta ainda que esta diferença é muito maior na periferia do que nos centros do capitalismo moderno. Esta estrutura produtiva corresponde a um certo tipo de estrutura ocupacional de maneira que uma é o espelho da outra. Numa economia periférica, há uma mão de obra empregada em condições de produtividade elevada ou normal, que constitui emprego, mas há também uma mão de obra empregada em condições de produtividade muito baixa, o que constitui o subemprego.

Em qualquer economia, mesmo nas mais modernas, há um certo grau de heterogeneidade, no entanto, uma particularidade periférica, segundo Aníbal Pinto, é a elevada porcentagem de subemprego dentre a população ocupada, tanto no total da economia como em alguns setores, nominalmente primário e terciário. Sobre isso, notável o fato de que há um Sul no Norte, ou seja, há trabalhos precários, sem direitos garantidos e de baixa produtividade nas regiões centrais do capitalismo da mesma forma que há também um Norte no Sul, no sentido de que há ocupações com direitos robustos e alta produtividade na periferia global. Um exemplo são os cargos públicos estatutários e empregos formais protegidos pela Consolidação de Leis Trabalhistas (1943) brasileiros. O argumento central aqui é que há predominância do subemprego e informalidade na periferia, numa estrutura ocupacional heterogênea que é o espelho de uma estrutura produtiva específica à qual a América do Sul foi relegada historicamente.

Para dar contornos mais concretos a este problema, Octavio Rodriguez (1998) realizou um levantamento da trajetória da estrutura ocupacional brasileira ao longo da segunda metade do século passado com dados da PNAD⁵, pesquisa realizada pelo IBGE⁶. Entre os achados do autor, está o fato de que no subemprego urbano, foram criadas atividades de baixa produtividade nos serviços pessoais, no comércio e mesmo no sector secundário, que conseguem desenvolver-se captando os rendimentos gerados principalmente nas

⁵ Pesquisa Nacional de Amostra Domiciliar

⁶ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

atividades de alta produtividade, ou seja, as que dão origem a emprego, desvelando a sua interligação. No caso do Brasil, os dados das décadas de 1960, 1970 e 1980 mostram que o subemprego urbano aumentou em termos absolutos, mas caiu proporcionalmente ao emprego total de 25% para 23% e 16% em média nas três décadas.

Ao mostrar o caso da economia brasileira, Rodriguez exemplificou como a industrialização acelerada, realizada com base num paradigma tecno-económico frequentemente denominado fordista e, por vezes, metalomecânico, pode reproduzir uma diminuição persistente e significativa do grau de heterogeneidade e o início da diminuição absoluta do subemprego estrutural.

Ao analisar a situação ocupacional da economia brasileira na década de 1980, também conhecida como ‘década perdida’, Rodriguez extrai um conjunto de fatos estilizados: queda da taxa de crescimento associada a desequilíbrios macroeconômicos, sem mudanças muito importantes no padrão produtivo e tecnológico. Também há uma inversão no sentido de que o volume absoluto do subemprego⁷ global aumentou de 11,2 milhões de empregados em 1980 para 14,4 milhões em 1991, e segundo que o grau de heterogeneidade não varia significativamente pois regista-se uma pequena diminuição de 26% para 25%. Esta relativa constância mostra que, enquanto problema global, o subemprego piora em um momento recessivo. O autor também afirma que a evolução da composição do subemprego segue a mesma tendência observada anteriormente. O peso do subemprego urbano no total aumentou de 43% para 58% de 1980 a 1991. A porcentagem de subemprego na agricultura diminuiu ou apresenta um leve aumento, conforme o tipo de emprego considerado. O setor agrícola varia, com uma estimativa que oscila de 6,4 para 6,1 milhões de trabalhadores. Por outro lado, o subemprego urbano aumenta consideravelmente em ambas as estimativas, passando de 4,8 para 8,3 milhões, conforme apresentado no mesmo quadro. Esse aumento reflete a continuidade de estratégias de subsistência, desenvolvidas nos serviços, no comércio ou no setor secundário, visando captar rendimentos de atividades de alta produtividade.

Além disso, essa elevação implica que a porcentagem de subemprego urbano na população ativa cresceu. O subemprego urbano, em percentual do emprego urbano, que vinha apresentando uma queda acentuada, aumentou significativamente na nova década, passando de 16% para 20%, dependendo da estimativa utilizada. O desemprego aberto⁸ também

⁷ Os subocupados por insuficiência de horas trabalhadas são trabalhadores que têm jornada de trabalho inferior a 40 horas semanais, mas gostariam de trabalhar mais horas e estão disponíveis para trabalhar. Fonte: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>

⁸ Pessoas que procuraram trabalho de modo efetivo nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias. Fonte: <https://www.dieese.org.br/analisepe/2009/200901pedbh/6.html>.

aumentou entre 1980 e 1991, com a taxa passando de 2% para 5% da População Economicamente Ativa (PEA) brasileira, segundo dados dos censos demográficos. Embora esses dados não sejam os mais adequados para estimar a situação, eles refletem, ao menos, o aumento do desemprego que acompanha a recuperação econômica.

Também houve uma convergência de fatores desfavoráveis relacionados ao desemprego aberto e ao subemprego urbano. A diminuição do crescimento do produto resulta em uma redução da taxa de absorção de emprego, e esse fenômeno explica esses comportamentos. Assim, tanto o desemprego quanto o subemprego aumentaram na década de 1980, tanto em termos absolutos quanto relativos. Essa é uma demonstração tanto das particularidades periféricas, como a presença persistente da informalidade no mercado de trabalho quanto da necessidade inexorável de reprodução do exército de reserva, especialmente em momentos recessivos como a ‘década perdida’ em que o ônus da recessão é enfrentado principalmente pelos trabalhadores, crescentemente desempregados e subempregados.

Rodriguez e Pinto, portanto, nos informam sobre a estrutura ocupacional latinoamericana e, mais especificamente, brasileira, em perspectiva histórica recente. No entanto, essa abordagem estruturalista também tem limitações, e as especificidades latinoamericanas merecem contornos mais nítidos. Francisco de Oliveira (2003) se destaca entre os contribuintes deste debate apontando que o dualismo centro-periferia cepalino como uma mistificação da interligação entre regiões, tanto centro-periferia quanto rural-urbano. Avançaremos nas especificidades periféricas levantadas pelo autor na seção seguinte, para além da relação entre estrutura produtiva e emprego.

3.2 Francisco de Oliveira e as especificidades da forma brasileira de subdesenvolvimento

Francisco de Oliveira (2003) identificou o subdesenvolvimento como produto da evolução capitalista, mudando a maneira de pensar a economia brasileira num tempo em que as teorias do emparelhamento gozavam de grande prestígio. Denunciava-se, àquela altura, a miséria em que vivia a maior parte da população da América Latina, mas o arsenal teórico da intelectualidade progressista se mantinha amarrado a um tipo de pensamento que procurava explicar a luta contra o subdesenvolvimento como se o país fosse um duplo, moderno e arcaico, e via os extremos de opulência e miséria como mundos estanques. Essa dualidade, segundo Oliveira, reconciliava o suposto rigor científico das análises com a consciência

moral de seus autores, levando a proposições que desconsideravam o processo de acumulação interno, que para se viabilizar concentrou renda e propriedade em escala assombrosa.

O esforço de Oliveira é de romper com o conceito do “modo de produção subdesenvolvido”, que teoricamente, representaria “uma formação histórico econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor “atrasado” e um setor “moderno” (OLIVEIRA, 2003, p. 12). Para Oliveira, essa singularidade não se sustenta, uma vez que “esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos” (Ibid., p. 12). Não existe, portanto, para este autor, uma particularidade de subdesenvolvimento em economias como a do Brasil, pois “o subdesenvolvimento é uma formação capitalista, e não simplesmente histórica” (Ibid. p. 12). A especificidade da economia brasileira articula-se portanto com o modelo geral da acumulação capitalista a nível mundial.

Como vimos anteriormente, o subdesenvolvimento, na visão dualista da CEPAL (PREBISCH, 1982; FURTADO, 1995), é o oposto polar do desenvolvimento capitalista europeu e americano, em que se justapõem setores “atrasados” e “modernos”, tanto em escala global quanto nacional. A contribuição de Oliveira é justamente destacar que o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado “moderno” cresce e se alimenta da existência do “atrasado”. A intelectualidade à sua época era proponente de uma teoria do subdesenvolvimento como uma etapa na história dessas economias que cedo ou tarde se tornariam avançadas e diversificadas. Oliveira rompe com essa formulação ao afirmar que o subdesenvolvimento é uma produção da expansão do capitalismo, que é mais algoz que bálsamo das moléstias da periferia global. Relegar aos países periféricos seu papel na divisão internacional do trabalho é, nessa perspectiva, funcional e necessário aos “avanços” do mundo desenvolvido.

Ao enfatizar o aspecto da dependência - a conhecida relação centro-periferia -, os teóricos do “modo de produção subdesenvolvido” quase deixaram de tratar os aspectos internos das estruturas de dominação que conformam as estruturas de acumulação próprias de países como o Brasil: toda a questão do desenvolvimento foi vista pelo ângulo das relações externas, e o problema transformou-se assim em uma oposição entre nações, passando despercebido o fato de que, antes de oposição entre nações, o desenvolvimento ou o crescimento é um problema que diz respeito à oposição entre classes sociais internas. Nesse ponto Oliveira é bastante elogioso do esforço de Aníbal Pinto em desvelar as contradições internas ao modo de produção teorizado pelos cepalinos. Penetrado de ambiguidade, o “subdesenvolvimento” aparece nessas teorias como um sistema que se move entre sua

capacidade de produzir um excedente que é apropriado parcialmente pelo exterior e sua incapacidade de absorver internamente de modo produtivo a outra parte do excedente que gera.

Em “O Ornitorrinco”, Oliveira destrincha sua crítica às formulações teóricas cepalinas e destaca as características que ele próprio atribui à criatura subdesenvolvida que é a economia brasileira. Primeiramente, o autor aborda o papel da agricultura de subsistência na acumulação interna de capital. Nesse ponto, afirma que a Cepal, Prebisch e Furtado enfrentaram dificuldades ao defenderem a tese de que o setor atrasado seria um entrave ao desenvolvimento. Essa ideia, bastante popular na teoria econômica contemporânea do autor, como na análise de Arthur Lewis sobre a formação de salários em contextos de excesso de mão de obra, carecia de base histórica (OLIVEIRA, 2003, p. 84). A economia brasileira, desde o século XIX, apresentou uma taxa contínua de crescimento que não encontra equivalente em nenhuma outra economia capitalista no mundo.

Furtado (1995), ao analisar as culturas de subsistência no Nordeste e em Minas Gerais, reconheceu sua "função" na formação de capital acumulado e na ampliação dos mercados a partir de São Paulo. Oliveira argumentou, então, que a agricultura considerada “atrasada” financiava tanto a agricultura moderna quanto a industrialização pois as culturas de subsistência contribuíram tanto para reduzir o custo de reprodução da força de trabalho nas cidades – facilitando, assim, a acumulação de capital industrial – quanto para gerar um excedente que, embora não fosse reinvestido diretamente, era canalizado para financiar a acumulação urbana.

Nesta interpretação, em que o moderno é identificado com o mundo industrializado e o atrasado é relacionado ao mundo rural, Oliveira levanta a hipótese de que as relações sociais no campo serviram como base fundamental para a acumulação capitalista industrial no Brasil, por isso não existiria oposição entre esses dois mundos. Essa interação entre agricultura de subsistência, sistema bancário, financiamento industrial e redução dos custos de reprodução da força de trabalho nas cidades formavam o núcleo do processo de expansão capitalista, aspecto que havia sido negligenciado pela teorização cepalino-furtadiana, apesar de seu significativo valor heurístico.

O autor, portanto, está em clara discordância com as teorias que tratavam o atraso na agricultura como um impedimento ao desenvolvimento, com as que associavam o "inchaço" das cidades à marginalidade e com aquelas que viam a legislação do salário mínimo como incompatível com a acumulação de capital. No entanto, ressaltou-se que isso não significava que essas condições fossem bases sólidas para a expansão capitalista; pelo contrário,

destacou-se que sua fragilidade residia, e ainda persiste, na má distribuição de renda, que configura um obstáculo sério para a acumulação futura.

Concomitantemente, então, eram necessárias explicações para o papel do "exército de reserva" nas cidades, composto por trabalhadores ocupados em atividades informais. Para a maioria dos teóricos, esse grupo era apenas consumidor de excedente ou simplesmente uma massa lumpen; entretanto, Oliveira (2003) argumenta que ele também fazia parte dos mecanismos de redução do custo de reprodução da força de trabalho urbana. O caso da autoconstrução e dos mutirões revelou-se crucial para explicar o paradoxo de que os pobres, incluindo os operários – especialmente aqueles pertencentes à safra industrializante da década de 1950 –, são proprietários de suas residências, ainda que essas, muitas vezes, correspondam às condições precárias das favelas. Esse cenário, apesar de suas limitações, contribui para a redução do custo monetário da própria reprodução desses trabalhadores.

O Brasil pós-1930 é um país altamente urbanizado, com pouca força de trabalho e população no campo, evidenciando a ausência de resíduos pré-capitalistas. Em contraste, há um setor agroindustrial robusto e consolidado. No setor industrial, destaca-se uma estrutura plenamente inserida na Segunda Revolução Industrial e que avança, ainda que de forma hesitante, para a Terceira Revolução, caracterizada pela molecular-digital e pela informática. O setor de serviços exibe uma dualidade: em uma ponta, ligado aos estratos de alta renda, apresenta-se diversificado, mas frequentemente mais perdulário do que sofisticado; na outra ponta, é extremamente primitivo, atendendo às necessidades dos estratos mais pobres.

A informalidade brasileira é portanto urbana, descrita como uma massa marginal (NUN, 1978) ou polo marginal (QUIJANO, 1978) de força de trabalho que o capitalismo não conseguiu absorver através do mercado de trabalho formal, dando origem ao trabalho informal. De fato, Nun e Quijano (1978) postularam que a modernização do processo produtivo capitalista em países periféricos supracitada (o “período desenvolvimentista” de 1930 a 1980), trouxe a reboque a precarização do trabalho e a formação de grandes contingentes de exército industrial de reserva. José Nun (1969) foi importante expoente do pensamento histórico-estrutural nos estudos sobre marginalidade e pioneiro ao tratar o tema como um conceito relativo ao lugar ocupado por determinados grupos sociais na esfera produtiva. Em uma perspectiva crítica de recorte marxista, Nun denunciou a formação de uma “subclasse” dentro do proletariado latino-americano composta pelo (i) exército industrial de reserva, população excedente de trabalhadores à disposição do capitalismo, com possibilidade de incorporação ao processo produtivo, e pela (ii) superpopulação relativa, constituída pela população que excede os limites da incorporação ao sistema produtivo.

Os meios de produção, e não os meios de subsistência, são os que fazem os trabalhadores ingressar na categoria de superpopulação. Nun sublinhou, ainda, a existência de um contingente populacional que não interessava ao mercado, constituindo-se na parte afuncional ou disfuncional do exército industrial de reserva. Partindo do conceito de Nun (1969), Aníbal Quijano (1978) contribuiu para o debate sobre “informalidade” no trabalho, ao definir como “polo marginal” o conjunto de ocupações ou atividades estabelecidas geralmente em torno do uso de recursos residuais, ou desligadas da produção, de caráter disfuncional ao sistema de acumulação capitalista. Quijano ampliou a discussão da tese de massa marginal ao problematizar a realidade carencial crescente no tecido social urbano.

Nun e Quijano enfatizaram a relação estrutural entre o processo de acumulação capitalista que prevaleceu na América Latina e os fenômenos da pobreza e da desigualdade social, em contraste com as tendências interpretativas da “cultura da pobreza” (LEWIS, 2006), que responsabilizavam os pobres por sua condição. Eles destacaram a fragmentação e a heterogeneidade crescente da estrutura ocupacional da América Latina e suas consequências na formação de identidades sociais; e chamaram a atenção tanto para a disfuncionalidade da população excedente ao capitalismo, como também para os mecanismos de dualização e segregação remanescentes de uma conjuntura histórica passada, cujas expressões ainda marcam o presente.

Partindo dessas interpretações, Clóvis Moura (1984, 1988, 2014) aponta a necessidade de reinterpretar a realidade brasileira com especial atenção à racialização como mecanismo de exclusão. De fato, muitas das análises fundadoras da intelectualidade brasileira ignoraram a problemática racial alegando haver uma suposta “democracia racial” causada pela miscigenação durante os séculos de colonialismo, ou então atribuírem as moléstias racializadas da miséria e informalidade laboral a uma suposta “debilidade” negra e indígena (ALMEIDA & PAULANI, 2025).

Nesse contexto, o trabalho de Clóvis Moura (1984, 1988, 2014), que propôs a existência de uma franja marginal com paralelos ao exército de reserva de Marx, é uma contribuição necessária ao debate sobre a precariedade laboral estrutural no Brasil, portanto investigaremos suas propostas teóricas sobre a questão social brasileira na seção seguinte.

3.3 Clóvis Moura e a marginalidade racializada na sociedade brasileira

As produções de Clóvis Moura foram marcadas pelo estudo da relação entre racismo e capitalismo no contexto brasileiro. Como destaca Farias (2019), suas obras têm como base os estudos sobre relações raciais e a historiografia da escravidão, o chamado “pensamento

social brasileiro" e o marxismo em sua dimensão teórica e histórica (FARIAS, 2019, p. 50). Sua primeira obra de maior sistematização foi *Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições e guerrilhas*, publicada em 1959. Essa produção buscava reafirmar os antagonismos na relação entre senhores e escravizados, entendida como um conflito entre classes sociais, além de destacar o papel de negras e negros na construção política do Brasil, como protagonistas da história. A obra representou um avanço qualitativo na historiografia contemporânea da escravidão, posicionando Moura como figura de vanguarda nesse campo (FARIAS, 2019).

As obras de Moura demonstram que a história da luta de classes no Brasil não começa no final do século XIX ou início do século XX, com a chegada de imigrantes e a formação dos primeiros sindicatos e greves operárias. Pelo contrário, essa história remonta ao período colonial, quando o sistema escravista estabeleceu uma relação de antagonismo entre a classe proprietária (senhores) e a classe despossuída (escravizados) (ROCHA, 2020). Ao abordar o Brasil sob a ótica de suas especificidades, Clóvis Moura inaugurou uma interpretação que apresenta o negro como sujeito político e protagonista nas transformações sociais e na superação do escravismo, por meio de sua rebeldia, insurgência e organização quilombola⁹.

Nessa linha, Clóvis Moura (1984, 1988, 2014) se opõe às interpretações estáticas e objetificadas frequentemente atribuídas ao africano e ao negro escravizado na historiografia e literatura da sua época. Moura confronta essas leituras em suas produções teóricas, criticando duramente o pensamento social brasileiro de base culturalista, que reforçou o mito da democracia racial durante o processo de modernização do país. Essa abordagem, ao valorizar a mestiçagem como elemento de identidade nacional, diluía as relações raciais e ocultava o racismo.

Assim, Moura (2014) contrapõe-se ao pensamento de Gilberto Freyre, destacando o racismo como componente fundamental na formação do capitalismo brasileiro, que se consolidou com o fortalecimento das estruturas de opressão racial. Sobre o mito da democracia racial, Moura afirma que “[...] toda essa produção cultural, quer científica, quer ficcional, que escamoteia ou desvia do fundamental o problema do negro nos seus diversos níveis, (o desvincula) da dinâmica dicotômica produzida pela luta de classes, na qual ele está inserido” (MOURA, 1988, p. 30). De maneira incisiva, conclui que “[...] o mito da

⁹ O debate sobre a questão racial na formação da sociedade brasileira é extremamente rico e complexo, com leituras fundamentais para a compreensão do capitalismo brasileiro, ver Florestan, Carneiro, Gonzales, Hasenbalg. A intenção desse trabalho, por uma questão de escopo e recorte analítico, não é realizar uma reconstrução desse debate, mas identificar questões centrais da construção de classes racializadas no Brasil. Por isso, a importância da obra de Clóvis Moura, dada a centralidade do negro na luta de classes no Brasil, com especial tratamento para formas específicas do exército de reserva. Para uma avaliação crítica do debate de raça e classe no Brasil ver: Colombini (2023).

democracia racial é uma ideologia arquitetada para esconder uma realidade social altamente conflitante e discriminatória no nível das relações interétnicas” (MOURA, 1988, p. 30).

Moura (2014) também faz uma crítica contundente às análises mecanicistas e esquemáticas de um marxismo eurocêntrico e dogmático, que buscavam interpretar a realidade brasileira a partir de analogias com o contexto europeu, ignorando as lutas e resistências negras, bem como os mecanismos de controle instituídos pela classe dominante. Segundo o autor, o racismo, em sua articulação com a dinâmica das relações sociais, evidencia que o problema enfrentado por negros e negras vai além da condição de classe social. Esse problema está profundamente entrelaçado com as relações étnico-raciais, mediadas por ideologias que mascaram a realidade e que, historicamente, promoveram processos de inferiorização, fragmentação e hierarquização nas relações sociais e na divisão do trabalho.

Para Moura (1994), o racismo é uma construção ideológica que serviu como justificativa para a expansão e dominação territorial de grupos e nações, alcançadas por meio de invasões, saques e violência. Essa ideologia foi utilizada como base para legitimar os "[...] crimes cometidos em nome do direito biológico, psicológico e cultural" das raças autoproclamadas superiores, que se consideravam intelectualmente, moralmente e culturalmente mais avançadas (MOURA, 1994, p. 28). Esse processo, com objetivos políticos e econômicos de expansão, resultou no extermínio de povos, na destruição de suas culturas, crenças e histórias, tudo em nome da civilização e da justificativa para o tráfico negreiro.

Na obra *Dialética Radical do Brasil Negro*, Clóvis Moura (2014) realiza uma análise aprofundada da escravidão no Brasil, enfatizando a necessidade de entender esse processo histórico que perdurou por quase quatro séculos. A escravidão no Brasil foi marcada por contradições, conflitos, transformações regionais e influências externas. Moura organiza sua análise em duas fases: o *Escravidão Pleno* e o *Escravidão Tardio*, explorando o nascimento, apogeu, decadência e decomposição desse sistema.

Na fase do *Escravidão Pleno* (aproximadamente de 1550 a 1850), consolidou-se uma estrutura centralizada e rígida, voltada para racionalizar a administração colonial e reprimir revoltas negras e indígenas. Durante esse período, a escravidão se expandiu significativamente, e a repressão foi o principal meio de conter insurreições e garantir a estabilidade social de um sistema alinhado à lógica do mercado mundial. No entanto, a resistência negra tornou-se um elemento essencial no processo de libertação e humanização dos escravizados.

Um ponto central na análise de Moura (2014) é a relação entre o sistema escravista e o desenvolvimento do capitalismo dependente no Brasil. Ele mostra que o escravismo funcionava como um circuito fechado, onde o escravo era simultaneamente produtor e mercadoria. Assim, toda a economia colonial estava subordinada ao monopólio comercial imposto pela metrópole. Essa dinâmica inseriu o sistema colonial brasileiro no capitalismo mercantil e na acumulação primitiva, elementos fundamentais para a constituição e desenvolvimento do capitalismo europeu.

Esse processo resultou na subordinação da sociedade brasileira e de sua burguesia nacional à dominação externa. As mudanças ocorridas preservaram os interesses das nações centrais no mercado capitalista global, sem promover alterações estruturais significativas no Brasil, perpetuando sua posição de dependência econômica e social.

O *Escravidismo Tardio*, por sua vez, é descrito como o período responsável pela desarticulação do regime escravista, ao mesmo tempo em que marca a formação de um novo arranjo jurídico-político na sociedade brasileira. Esse período, que vai de 1850 a 1888, tem como marco inicial a proibição formal do tráfico de pessoas negras escravizadas e como desfecho a abolição do trabalho escravo. Entre os aspectos centrais desse período estão os movimentos jurídico-políticos que antecederam a abolição, as mudanças na legislação escravista, a introdução de mão de obra imigrante assalariada e a consolidação da dependência econômica. Esses fatores remodelaram as bases estruturais da sociedade escravista, permitindo uma transição gradual para o regime de assalariamento. Contudo, essa transição foi longa e marcada pela convivência de trabalhadores escravizados e livres nos mesmos espaços de trabalho, compartilhando lutas e formas de resistência política.

Esse processo garantiu a manutenção dos interesses políticos e econômicos da oligarquia brasileira sem alterar a distribuição de poder e renda. Segundo Moura (2014), o processo de modernização, embora tenha introduzido novos valores nas relações sociais, permaneceu essencialmente subordinado aos interesses do capitalismo internacional — particularmente inglês — e à classe senhorial, que detinha o controle sobre escravizados e trabalhadores livres no sistema escravista. A inserção do negro no mercado de trabalho foi subalterna, relegando-o a posições marginalizadas que atendiam às demandas do modelo de capitalismo dependente em ascensão no Brasil.

Na transição do trabalho escravo para o assalariado, negros e negras foram sistematicamente desqualificados, enfrentando barreiras para exercer plenamente suas funções laborais. No entanto, como destaca Moura (2014), durante o escravismo, os negros desempenharam papéis significativos em setores como o manufatureiro e o artesanal. A

repressão e os mecanismos reguladores da época reforçaram uma divisão racial do trabalho: brancos ocupavam funções qualificadas e intelectuais, enquanto negros e seus descendentes eram relegados a trabalhos braçais, pouco remunerados e desvalorizados (MOURA, 1988).

Embora medidas institucionais tenham contribuído para o colapso do sistema escravista, as elites senhoriais e cafeeiras permaneceram como a classe dominante. Negros libertos foram inseridos de forma subordinada no regime assalariado, consolidando uma sociedade de classes mediada por um capitalismo dependente. Esse sistema foi estruturado a partir da compulsória inserção dos negros libertos no "exército industrial de reserva". Nesse contexto, o Brasil da segunda metade do século XIX refletia as tendências do mercado mundial e da divisão internacional do trabalho, ampliando e consolidando sua dependência econômica e social no cenário global.

Nesse contexto, as categorias de gênero e raça são fundamentais para compreender como o racismo e o patriarcado, em sua natureza estrutural, continuam a produzir efeitos neste modo de produção. Souza (2020, p. 158) destaca que, no estreitamento do mercado de trabalho, “o estrangulamento da dependência, o emprego, assim como o desemprego estrutural, o subemprego e as condições mais precárias de trabalho, também se apresentarão aos sujeitos a partir de sua racialização”.

Mesmo em um cenário de trabalho livre e igualdade jurídico-política, as relações étnico-raciais tornaram-se um mecanismo essencial para justificar a redução salarial dos trabalhadores. Moura (1984) enfatiza que:

Há, finalmente, a contradição que se estabelece entre o trabalhador negro, recém-saído da escravidão, quase sempre desempregado ou na faixa do sub-emprego, e o trabalhador branco, estrangeiro, que veio para suprir de mão-de-obra uma economia que entrava em um modelo econômico já condicionado pelo imperialismo. Por isto mesmo necessitava de um contingente marginalizado bem mais compacto do que o exército industrial de reserva no seu modelo clássico europeu. Havia necessidade da existência de uma grande franja marginal capaz de forçar os baixos salários dos trabalhadores engajados no processo de trabalho. Essa franja foi ocupada pelos negros, gerando isto uma contradição suplementar. (MOURA, 1984, p. 133).

O racismo emerge como uma contradição suplementar na conformação da classe trabalhadora, uma vez que, em um modo de produção caracterizado pela existência de uma massa de trabalhadores muito superior às necessidades produtivas, seus mecanismos estruturais falham em inserir qualitativamente essa população na "dinâmica da valorização do capital, sequer como consumidores". Essa massa marginalizada, descrita por Souza (2020, p. 154) como capaz de "forçar os baixos salários dos trabalhadores engajados no processo de

trabalho", desempenha um papel essencial na compreensão do trabalho assalariado e da luta de classes no Brasil.

Essa dinâmica é especialmente visível na transição do período pré para o pós-abolição, momento em que a população negra, diretamente impactada pela lógica de dominação burguesa, foi excluída dos postos de trabalho. Esses espaços passaram a ser ocupados por imigrantes e outros setores da classe trabalhadora, enquanto os negros libertos enfrentaram uma realidade de desemprego e subemprego permanentes.

Nas décadas seguintes à abolição, essa parcela do proletariado foi reduzida a uma massa excedente no mercado de trabalho. Homens e mulheres em idade economicamente ativa, aptos a desempenhar diversas ocupações, encontravam-se marginalizados, compondo o "exército industrial de reserva", como descrito por Marx (2017, p. 709). Essa população excedente, relativa à necessidade de valorização do capital, é, segundo Marx, uma "condição vital da indústria moderna".

O exército industrial de reserva, essencial para controlar o valor da força de trabalho e provocar a queda dos salários, ganha contornos ainda mais dramáticos no Brasil pela racialização dessa superpopulação. Nesse contexto, o racismo revela sua funcionalidade no capitalismo dependente ao racializar parte da população, perpetuar ideologias de inferiorização, e concentrar essa parcela majoritariamente nas piores condições laborais e na informalidade. Esse processo não apenas pressiona negativamente os salários e as condições de vida da classe trabalhadora como um todo, mas também afeta com maior brutalidade a população negra, que constitui a maioria da população brasileira.

A responsabilização da população negra por sua própria condição consolidou a ideia de que a sociedade não havia impedido sua ascensão. Nesse contexto, a falsa noção de democracia racial anulava a contestação das desigualdades raciais, substituindo-as por explicações pejorativas baseadas em características como preguiça, ignorância, estupidez e incapacidade. Assim, concepções raciais que atribuíam qualidades civilizatórias inatas e degradantes foram superadas pela noção de um "povo brasileiro", sustentado pela miscigenação cultural e pelas relações idealizadas de democracia racial.

Guimarães (2001) interpreta esse discurso como uma estratégia política e social do Estado moderno para integrar a população negra ao mercado de trabalho. Contudo, essa integração ocorreu de forma majoritária pela via da informalidade e subalternidade, acompanhada por uma ampliação controlada da educação formal e outras medidas que buscavam romper estigmas da escravidão, enquanto perpetuavam a lógica do capitalismo brasileiro.

A questão social no Brasil, que emergiu de forma embrionária na transição do século XIX para o XX, exige uma análise que aborde: a) os processos de lutas e resistências negras que moldaram a conformação das classes sociais no capitalismo dependente; b) os mecanismos de diluição e fragmentação política, como a ideologia da mestiçagem, que resultaram na desarticulação da consciência étnico-racial, reforçando padrões de civilização brancos impostos pela classe dominante; c) os elementos de superexploração da força de trabalho, sustentados pelo racismo estrutural.

Com base nessa abordagem inicial, fica evidente que relacionar a exploração da força de trabalho, o racismo estrutural e o patriarcado moderno como categorias interconectadas é fundamental para compreender tanto as especificidades da questão social no Brasil quanto às determinações mais amplas da formação econômico-social do país. Nesse sentido, a análise apresentada reforça a importância de articular os debates sobre racismo, capitalismo e questão social, avançando para uma crítica transformadora, rigorosa e ético-política. Tal esforço exige a superação de dogmas, a incorporação criativa de categorias marxianas e um compromisso com a investigação das contradições e desafios que permeiam a sociedade brasileira.

Dessa forma, dadas transformações neoliberais e suas limitações observadas no primeiro capítulo e as particularidades da precariedade laboral localizada via interpretações sul americanas dos mecanismos de exclusão social, é necessário coadunar as análises e avançar na caracterização das novas formas dos fenômenos sociais elencados. Esse é o objetivo do capítulo seguinte.

4. O EXÉRCITO DE RESERVA BRASILEIRO NO SÉCULO XXI

Para entender as novas formas de subordinação da periferia ao capital transnacional no período neoliberal, é necessário desvelar as múltiplas esferas de atuação do pensamento neoliberal, desde recomendações de política macroeconômica liberalizantes por organismos multilaterais até seus efeitos na subjetividade via a ideologia do empreendedorismo. No nível macroeconômico, as propostas de política econômica neoliberais partem da constatação de que a economia mundial pós Bretton-Woods é caracterizada marcadamente pela alta mobilidade de capital para então recomendar, e muitas vezes exigir, a liberalização comercial, de fluxos de capitais e da ampliação generalizada da lógica de mercado para todas as esferas da vida social. Seguindo essa cartilha, afirmam, diminuirá o risco de investimentos em economias periféricas (também chamado de “risco-país”) e será garantida a “saúde financeira” dessas economias com o objetivo de manter a estabilidade de preços. Assim, as

políticas econômicas domésticas precisam se adaptar aos interesses de curto prazo dos mercados financeiros, sob pena de enfrentar crises cambiais e de balanço de pagamentos via fuga de capitais. Dessa forma, a taxa de câmbio¹⁰ tornou-se o instrumento de política econômica mais relevante, e sua gestão pode conduzir ao equilíbrio do balanço de pagamentos, à baixa inflação, ao investimento constante, ao consumo e ao alto crescimento no longo prazo (SERRANO, 2004; SAAD-FILHO, 2005).

Nesse paradigma, o subdesenvolvimento e a pobreza das nações, de modo geral, são atribuídos às intervenções estatais, à corrupção e às ineficiências econômicas, que privam os países da possibilidade de um crescimento impulsionado pela liberalização comercial e financeira – os motores do enriquecimento na era da globalização inexorável. De acordo com o Consenso de Washington, o Estado deve se concentrar em apenas três funções: a manutenção de exércitos para a defesa nacional, a provisão de infraestrutura jurídica e econômica para os mercados e a mediação entre grupos sociais para expandir as relações de mercado. No que se refere à política fiscal e monetária, a disciplina é um princípio fundamental nessa abordagem. A eliminação do déficit público e o controle da inflação devem ser alcançados por meio de reformas tributárias, cortes de gastos e a destinação dos recursos públicos à oferta de bens públicos, como saúde e educação, em vez de setores produtivos diretamente (SAAD-FILHO, 2005).

No conjunto de “boas práticas” macroeconômicas que despontaram desde a virada neoliberal também estão inclusas recomendações à liberalização do comércio exterior e a desvalorização monetária via redução da taxa de câmbio. Segundo essa perspectiva, enquanto a primeira medida força as empresas nacionais a se tornarem mais eficientes, devido à concorrência de produtores estrangeiros (presumivelmente mais competitivos), a segunda estimula as exportações e promove a especialização de acordo com as vantagens comparativas do país. Além disso, a conta de capital do balanço de pagamentos deve ser liberalizada para facilitar a entrada de investimentos estrangeiros, os quais complementam a poupança interna e a capacidade de investimento do país (embora a liberalização também facilite a saída de capital, presume-se que isso aumente a atratividade do país receptor). Por fim, considera-se essencial a liberalização do sistema financeiro nacional, de modo a ampliar

¹⁰ Serrano (2004) explica que a política monetária ganhou centralidade no neoliberalismo com a decisão unilateral de Paul Volcker, presidente do Federal Reserve, de elevar as taxas de juros americanas. Essa medida, somada ao choque do petróleo, causou uma recessão global e a valorização do dólar até 1985 (SERRANO, 2004, p. 202). Tal evento marcou o fim de Bretton-Woods, resultando em regimes cambiais flexíveis e subordinando as políticas monetárias periféricas aos interesses do capital transnacional para garantir a estabilidade cambial e de preços.

a disponibilidade de poupança e elevar a taxa de retorno dos investimentos estrangeiros na periferia¹¹.

A "flexibilização" do mercado de trabalho também é considerada essencial, supostamente para aumentar o emprego e a produtividade do trabalho. Isso inclui a simplificação das regulamentações de contratação e demissão, a descentralização das relações trabalhistas, a redução dos direitos sindicais, a eliminação de acordos coletivos e normas de proteção, além da diminuição dos benefícios da seguridade social. Houve uma transição de contratos com certo grau de previsibilidade e de longo prazo para contratos caracterizados por maior fluidez, alinhados às dinâmicas do capitalismo flexível (HARVEY, 2006; SENNETT, 2005; 2006).

Essa combinação de políticas finda por reduzir o papel econômico do estado. Dessa forma, transfere-se aos mercados (principalmente os financeiros) a capacidade de determinar o padrão de especialização internacional e estabelecer prioridades econômicas, tanto no tempo (níveis de investimento e consumo) quanto entre setores (alocação de fundos de investimento e definição da composição da produção e do emprego).

O neoliberalismo assumiu contornos radicalmente distintos na periferia mundial, aprofundando assimetrias históricas e transformando regiões periféricas em zonas de desregulação laboral e extração de valor. Essa dinâmica é fundamental para compreender a formação de um exército de reserva transnacionalizado no século XXI, que difere qualitativamente das análises tradicionais centradas nos países desenvolvidos, como evidenciado no primeiro capítulo. Ao contrário da retórica de convergência desenvolvimentista, as políticas do Consenso de Washington implementadas a partir do final dos anos 1980 consolidaram um padrão de subordinação estrutural das economias periféricas e a liberalização assimétrica - que manteve protecionismo nos países centrais enquanto forçava abertura comercial na periferia - levou à reprimarização de economias e aumento da vulnerabilidade externa.

Outros elementos analíticos do cenário externo também são fundamentais na análise das particularidades periféricas neoliberais na virada do século. De fato, após a severa escassez de divisas da "década perdida" dos anos 1980, um volume substancial de capital externo fluiu intensamente para a periferia, que havia passado por um processo de abertura financeira. Contraditoriamente, o valor das exportações em dólares cresceu a uma taxa baixa,

¹¹ A defesa da liberalização comercial e financeira é uma pauta constante das publicações das instituições do Consenso de Washington desde sua concepção. Ver: WORLD BANK. World development report 1987: trade and industrialization. Washington, DC: World Bank, 1987.

geralmente inferior às taxas de juros internacionais, o que comprometeu a sustentabilidade do endividamento externo. Os fluxos de capital de curto prazo, cruciais para a maioria dos países em desenvolvimento — incluindo algumas das economias mais dinâmicas do Leste Asiático —, frequentemente levaram a problemas de liquidez que desencadearam crises de balanço de pagamentos. Essa situação externa foi ainda mais agravada por regimes de câmbio flutuante, liberalização comercial, privatizações e outras reformas neoliberais, que resultaram em um rápido aumento das importações e na perda de competitividade das exportações dos países em desenvolvimento.

Apesar da sequência de crises financeiras no Leste Asiático (1997), Rússia (1998) e Argentina (2002) ter gerado previsões pessimistas para o restante dos anos 2000, essas projeções não se confirmaram. Pelo contrário, observou-se duas mudanças cruciais na ordem econômica internacional: a reversão da tendência de queda dos preços relativos das commodities e dos termos de troca para a periferia exportadora; e o descolamento da tendência das taxas de crescimento do produto dos países em desenvolvimento em relação aos países centrais.

Destacamos as três causas que contribuíram para as transformações supracitadas segundo Medeiros, Serrano & Freitas (2016): as baixas taxas de juros nos países centrais, o aumento dos preços das commodities devido à demanda chinesa e a rápida expansão dessa economia em desenvolvimento. Esses elementos são essenciais ao esforço explicativo do presente trabalho, pois impactaram o crescimento dos países em desenvolvimento no período, moldando sua estrutura econômica e mercado de trabalho.

Nos anos 2000, em especial, houve uma aceleração do ritmo de crescimento econômico na China, Brasil, Índia, Rússia e África do Sul e em outros países em desenvolvimento da África e da América Latina. Os fatores citados acima contribuíram para aliviar a restrição externa ao crescimento dos países periféricos e impulsionaram o crescimento econômico nas economias em desenvolvimento. A combinação desses elementos resultou em um descolamento significativo da sua tendência de crescimento em relação aos países desenvolvidos durante a primeira década dos anos 2000 (MEDEIROS, FREITAS & SERRANO, 2016).

Tudo isso ocorreu concomitante à construção de uma nova forma de estado periférico que não se reduziu, como preconiza a doutrina neoliberal, mas reconfigurou suas funções: de um lado, garantindo a flexibilização trabalhista através de reformas que precarizam relações de trabalho e enfraquecem sindicatos; de outro, oferecendo infraestrutura e desonerando o capital transnacional. Esse desmonte gera um cenário propício para o crescimento do

individualismo e de uma ideologia empreendedora que converte o trabalhador informal e precarizado em um 'empreendedor de si mesmo', transferindo para o indivíduo a responsabilidade por seu sucesso ou fracasso financeiro (DARDOT & LAVAL, 2010; MEDEIROS & LIMA, 2023). A junção dessa dimensão subjetiva com as mudanças nas formas de controle do trabalho introduzidas com as novas tecnologias de informação e comunicação são elementos-chave para a compreensão da realidade dos trabalhadores periféricos contemporâneos que também exploraremos neste capítulo (ANTUNES, 2018).

A partir dessa contextualização, ficarão claros muitos elementos historicamente particulares da análise a seguir. Os movimentos de desregulamentação, a subordinação ao capital transnacional e a ascensão de novos jogadores no tabuleiro geopolítico, em particular vindos do outro lado da cortina de ferro, são elementos centrais à compreensão do século XXI e de porquê nesse momento específico há condições laborais tão atroz na periferia mundial. O exército de reserva neoliberal é uma expressão de uma reconfiguração geopolítica do capitalismo que mantém e intensifica assimetrias históricas, agora sob novas formas de flexibilização produtiva e controle social via mecanismos externos e internos de disciplinamento (e.g. algoritmos de plataformas digitais e a ideologia do 'empresário de si'). A compreensão dessa dinâmica é essencial para desvendar as condições laborais extremamente precárias que marcam o capitalismo contemporâneo nas regiões periféricas, tarefa a que nos propusemos neste capítulo.

4.1 Sul da fronteira, oeste do sol: movimentos de descolamento econômico e expansão do exército de reserva periférico na virada do século XXI

A compreensão das particularidades periféricas quanto às relações de trabalho passa por uma compreensão adequada dos processos históricos de colonialismo e imperialismo extrativistas deflagrados na periferia mundial, que desembocaram no importante número de trabalhadores que realizam trabalho informal/precário como uma característica marcante nessas regiões, seja através de empresas transnacionais ou por meio de cadeias de valor envolvendo empresas nacionais (FOSTER et al., 2011; BASU, 2013). Nos dias de hoje, uma nova forma de imperialismo incide sobre a periferia, haja vista a necessidade de expansão sistêmica sustentada, como explicitamos anteriormente, pelo crescimento dessas formas de trabalho precarizado, parte do inexorável crescimento do exército de reserva.

A expansão da força de trabalho global disponível para o capital nas últimas décadas ocorreu principalmente como resultado de dois fatores: (1) a desnacionalização de uma

grande parte da periferia global por meio do agronegócio que retira os camponeses da terra, com a consequente expansão da população das favelas urbanas; e (2) a integração da força de trabalho dos antigos países “socialistas de fato existentes” na economia capitalista mundial (FOSTER et al., 2011). Entre 1980 e 2007, a força de trabalho global, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), cresceu de 1,9 bilhões para 3,1 bilhões, um aumento de 63% – com 73% desse contingente localizado no mundo em desenvolvimento, sendo 40% na China e Índia somadas (OIT, 2008).

Nosso argumento aqui ecoa o de Foster (2011) e Basu (2013) de que a chave para entender essas mudanças no sistema capitalista está no crescimento do exército de reserva global - como Hymer (1976, 1979) foi um dos primeiros a perceber. O crescimento da força de trabalho capitalista global (incluindo o exército de reserva disponível) não apenas alterou radicalmente a posição da mão de obra do antigo *terceiro mundo*, mas também teve um efeito sobre a mão de obra nas economias ricas, onde os níveis salariais estão estagnados ou em declínio. Em todos os lugares, as corporações multinacionais conseguiram aplicar uma política de dividir e conquistar, alterando as posições relativas do capital e do trabalho ao redor do mundo (FOSTER et.al, 2011; BASU, 2013).

O surgimento das corporações multinacionais, primeiro nas gigantescas companhias de petróleo e em algumas outras empresas no início do século XX, e depois se tornando um fenômeno muito mais geral nos anos pós-Segunda Guerra Mundial, foi um produto da concentração e centralização do capital em escala mundial, mas envolveu igualmente a transformação do trabalho e da produção mundiais. De fato, foi o crescente domínio das empresas multinacionais sobre a economia mundial que levou ao conceito moderno de “globalização”, que surgiu no início da década de 1970, em uma tentativa da intelectualidade à época de entender a maneira como as empresas gigantes estavam reorganizando a produção mundial e as condições de trabalho.

Podemos compreender melhor as implicações desse fato observando a análise de Samir Amin sobre a pobreza mundial, pauperização e acumulação de capital, em que argumenta que “a cultura agrícola capitalista moderna - abrangendo tanto a agricultura familiar rica e de larga escala quanto as corporações do agronegócio - está agora envolvida em um ataque maciço à produção camponesa do terceiro mundo” (AMIN, 2003). Para Amin, tudo isso está ligado a uma teoria geral de troca desigual/renda imperialista. As condições que regem a acumulação em escala mundial reproduzem o desenvolvimento desigual. Elas deixam claro que os países subdesenvolvidos são assim porque são superexplorados e não porque são “atrasados”. O sistema de renda imperialista associado a essa superexploração

atinge sua forma madura e é universalizado com o desenvolvimento do “capitalismo posterior dos oligopólios generalizados, financeirizados e globalizados” (Ibid., 2003).

Prabhat Patnaik (2009; 2011) desenvolveu uma perspectiva intimamente relacionada, concentrando-se no exército de reserva de mão de obra e questionando a visão econômica *mainstream* de que é a baixa produtividade da mão de obra, e não a existência de enormes reservas de mão de obra, que melhor explica o empobrecimento dos países periféricos, visão compartilhada inclusive por muitos autores de tradição estruturalista. Segundo ele, mesmo em economias que tiveram crescimento acelerado e aumento da produtividade, como a Índia e a China, ele argumenta que “as reservas de mão de obra continuam a não se esgotar”. Isso ocorre porque, com a alta taxa de crescimento da produtividade (e deslocamento de mão de obra) associada à mudança para a produção de bens de alta tecnologia, “a taxa de crescimento da demanda de mão de obra (...) não excede adequadamente a taxa de crescimento da oferta de mão de obra” - o suficiente, isto é, para reduzir suficientemente as reservas de mão de obra e, assim, elevar os salários acima do nível de subsistência.

Central neste debate, a trajetória de desenvolvimento chinesa no período pós-reformas é de particular importância aos esforços de explicação das mudanças globais na relação capital-trabalho na virada do século XXI, tanto pela incorporação de enormes quantidades de trabalhadores à força de trabalho capitalista global quanto pelo crescimento vertiginoso da demanda por commodities, carvão na fornalha da industrialização chinesa, que inadvertidamente gestaria o *boom das commodities* latino-americanas, cujas implicações veremos na seção seguinte. Esse período também tem como grande marca as enormes ondas migratórias de urbanização e industrialização para formação da classe operária, entretanto, destoa de grande parte do referencial das ciências econômicas no debate sobre desenvolvimento com “oferta ilimitada de mão de obra” (Qi, 2019), caracterizado pelas leituras dualistas do modelo de Arthur Lewis (1954).

A formação do mercado de trabalho chinês foi marcada por uma espécie de “semi-proletarização” (PUN, 2005), com as famílias de trabalhadores migrantes tendo que se engajar tanto no trabalho assalariado urbano quanto manter a agricultura de subsistência para garantir sua reprodução, impactando na constituição de formas particulares de geração de exército de reserva e de controle e exploração das classes operárias. Quando essa relação social em torno da semi-proletarização começou a se exaurir, já estava consolidada uma nova polarização e hierarquização da classe trabalhadora, agora entre formais e informais (COLOMBINI & NOGUEIRA, 2024), ecoada globalmente via cadeias globais de valor e no

interior de multinacionais, cuja mão de obra de baixo escalão prescinde dos direitos e garantias dos seus gerentes e demais superiores.

No caso sul-americano, a inserção nas CGVs assumiu características particulares durante o boom das commodities (2003-2014), período que coincidiu paradoxalmente com a chamada "maré rosa" (LOUREIRO, 2019). A região tornou-se elo fundamental nas cadeias globais de minérios, hidrocarbonetos e *commodities* agrícolas, porém em condições que reproduziram sua posição subordinada: enquanto as multinacionais controlavam os elos logísticos, de comercialização e financeirização desses produtos, os países sul-americanos ficavam com os impactos ambientais e a precarização laboral nos elos extrativos.

A financeirização das CGVs agravou esta assimetria - as commodities se transformaram em ativos financeiros negociados em bolsas globais, descolando-se cada vez mais de sua materialidade concreta (LAPAVITSAS & SOYDAN, 2022). O caso brasileiro é emblemático: sua inserção como fornecedor de minério de ferro para a cadeia global do aço (controlada por ArcelorMittal, Vale e traders internacionais) ou como exportador de soja para a cadeia global de alimentos (dominada por ADM, Bunge, Cargill e Louis Dreyfus) (UNCTAD, 2018) revela como as CGVs operam como mecanismos contemporâneos de transferência de valor.

Nesse contexto, o crescimento econômico acelerado da China e de grandes economias em desenvolvimento, como Brasil, Índia e Rússia (os BRICS, que contribuíram com 12,4% para o crescimento global na década de 2000), impulsionou também o desenvolvimento de outros países menos desenvolvidos na África e América Latina. Essa transformação foi acompanhada por uma vasta expansão do comércio Sul-Sul, alterando significativamente os fluxos e a "nova geografia do comércio internacional" (MEDEIROS, SERRANO & FREITAS, 2016). Consequentemente, nos anos 2000, o bloco dos EUA e outros países industrializados viram seu papel como principal motor do crescimento econômico global ser diminuído e assumido pela China e por um conjunto de países em desenvolvimento.

Durante as décadas de 1980 e 1990, transformações econômicas significativas começaram a se manifestar na Ásia, impulsionadas pela dependência do mercado consumidor americano, pela reconfiguração da divisão regional do trabalho sob influência do capital japonês e pela expansão chinesa, que acelerou o crescimento regional (Ibid., 2016). Contudo, essa dinâmica de crescimento não se replicou em outras periferias globais. América Latina, África e Europa Oriental, marcadas pela crise da dívida externa nos anos 1980 e pela intensificação da abertura comercial e financeira na década seguinte, viram sua dependência comercial e financeira dos mercados industrializados se aprofundar, impondo severas

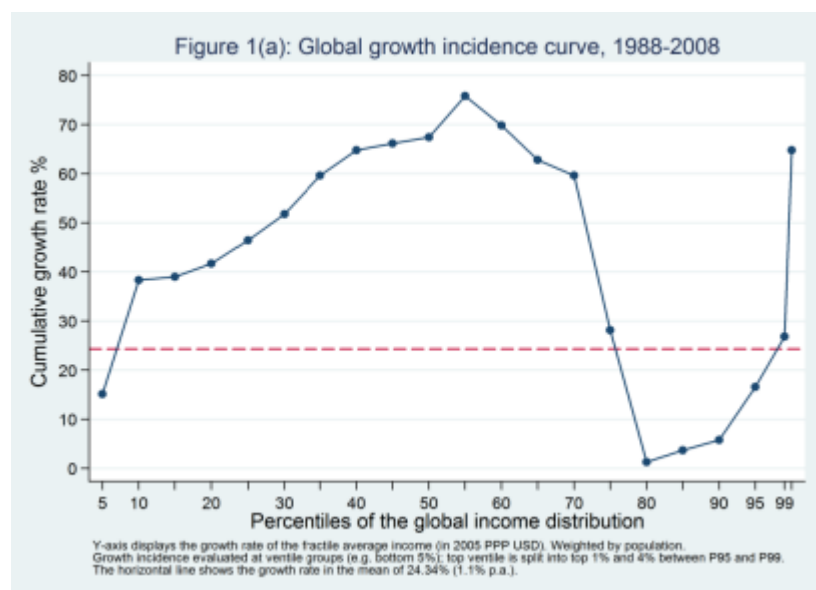
restrições à sua expansão. Consequentemente, muitos desses países experimentaram estagnação e baixo crescimento no período, estabelecendo uma fraca tendência de expansão econômica (IMF OUTLOOK, 2012).

Contrariando a perspectiva de Lewis (1980), que atribuía o descolamento das tendências de crescimento ao comportamento dos fluxos comerciais intrapereferêncicos, a década de 2000 revelou uma dinâmica diferente. Apesar do processo de integração financeira da periferia, que, intensificado pela liberalização nos anos 1990, gerou maior sincronização das flutuações econômicas globais (AKYUZ, 2012), maciços fluxos brutos de capital dos países avançados foram cruciais para o crescimento das nações periféricas, especialmente as deficitárias como Brasil, África do Sul, Índia e Turquia.

Mesmo com o impacto imediato da crise financeira global de 2008, o descolamento da tendência de crescimento das economias em desenvolvimento persistiu. China, Índia, Brasil e diversas nações latino-americanas e africanas mantiveram ou recuperaram seus ritmos de alto crescimento, com a China, em particular, impulsionando a recuperação com um grande volume de investimentos públicos. Dessa forma, apesar da recessão na zona do euro e da crescente integração financeira, a divergência na tendência de crescimento entre economias em desenvolvimento e avançadas foi mantida (MEDEIROS, SERRANO & FREITAS, 2016).

Nesse contexto, a "Curva do Elefante", desenvolvida por Lakner e Milanovic (2013), oferece uma análise detalhada do crescimento da renda média em países emergentes e da desigualdade de renda global no período. A metodologia utilizada pelos autores consegue captar tanto a desigualdade entre os países quanto a desigualdade dentro deles. Os resultados da pesquisa, que abrange o período de 1988 a 2008, revelam um crescimento significativo da renda média para os percentis intermediários (entre 40% e 70%) da distribuição global de renda. O mesmo fenômeno foi observado no percentil mais alto da distribuição. Por outro lado, houve estagnação da renda média para os percentis entre 80% e 90%.

Figura 1 - Incidência de crescimento global, 1988-2008



1213

Fonte: Lakner & Milanovic, 2013. Tradução livre.

Esse padrão, visualizado na "Curva do Elefante" acima, ilustra o aumento da renda média em países em desenvolvimento (especialmente os asiáticos) e entre a elite global. Em contraste, a classe média nos países desenvolvidos experimentou uma estagnação. Isso reforça a ideia de que o crescimento da classe média global foi impulsionado principalmente pelos países emergentes nesse período.

Assim, na década de 2000, continua a predominância do padrão dólar flexível e dos grandes fluxos de capital privado internacional que subordinam as políticas econômicas periféricas aos seus desígnios como vimos anteriormente. E no entanto há mudanças importantes como o descolamento da tendência de crescimento dos países em desenvolvimento e o aumento dos preços relativos das commodities. Ambas as transformações têm algumas importantes causas comuns nas alterações verificadas nas políticas econômicas do conjunto dos países em desenvolvimento que veremos na seção seguinte. O processo de descolamento dos países em desenvolvimento no período resultou na grande melhoria das condições externas que determinam a restrição do balanço de pagamentos da periferia nos anos 2000 em relação à difícil situação dos anos 1990.

¹² Eixo X Representa os percentis da distribuição global de renda, organizados dos mais pobres (0%) aos mais ricos (100%). Eixo Y indica o crescimento percentual acumulado da renda real per capita para cada percentil no período analisado (1988-2008). Tradução livre.

¹³ A "Curva do Elefante" ilustra como a globalização afetou a renda mundial entre 1988 e 2008, mostrando que a classe média de países emergentes e a elite global enriqueceram, enquanto a classe média de países desenvolvidos estagnou de modo geral.

Concomitantemente, os processos de expansão do exército de reserva global supracitados provocaram, na virada do século, profundas transformações tanto no Sul quanto no Norte global (FOSTER et.al, 2011; BASU, 2013). Para ilustrar essas transformações, nos debruçarmos na próxima seção sobre o exemplo sulamericano, em particular a peculiar combinação histórica do *boom das commodities* e a melhora generalizada das restrições externas periféricas que vimos anteriormente (MEDEIROS, SERRANO & FREITAS, 2016) e a chamada *pink tide* (maré cor-de-rosa), ou seja, a coincidência de governos social-democratas com ambições redistributivas e o fortalecimento sem precedentes de setores econômicos primários historicamente conservadores, com especial atenção às implicações desses movimentos históricos na estrutura ocupacional (COLOMBINI, 2018; LOUREIRO, 2019).

Observar as relações de classe nesse momento da expansão do exército de reserva global significa tirar uma fotografia de uma sociedade em que se coadunam as particularidades periféricas, em escala global, mas também sul-americanas e mais especificamente brasileiras. As contradições do regime de crescimento neoextrativista empregado na américa do sul dos anos 2000, as novas relações de trabalho neoliberais em conjunção com a informalidade estrutural da região interagem entre si na valsa brasileira (CARVALHO, 2018) da virada do século que entoaremos a seguir.

4.2 A Valsa Brasileira: políticas sociais, crescimento e distribuição durante o *boom das commodities* e a *pink tide* social-democrata

Após o retorno à democracia na década de 1990, os povos e governos da América Latina expressaram um notável apoio a políticas sociais, refletindo a nova responsabilidade dos governos em garantir direitos sociais em contraste com a repressão, arrocho salarial e demais violências da guerra fria latinoamericana. A mudança mais visível nesse cenário foi a implementação de programas e políticas de assistência e proteção social em larga escala, voltados para grupos de baixa renda e trabalhadores do setor informal em todo o continente. É importante distinguir aqui entre iniciativas de assistência social, como transferências de renda condicionadas e universais, e proteção social, que incluem políticas públicas como pensões sociais para aposentados e demais seguros sociais, o segundo termo sendo mais abrangente e incorporando o primeiro (BARRIENTOS, 2019).

Até a década de 1990 os países da América Latina dedicaram pouca atenção à assistência social como parte das políticas de proteção social. Isso pode ter sido influenciado

pela cobertura relativamente satisfatória alcançada pelos regimes de seguro social nos países mais industrializados da região até a década de 1970, bem como pela defesa dos modelos europeus de proteção social promovida pela OIT (SEEKINGS, 2008). Essa realidade começou a mudar na década de 1990 pois a restauração dos governos democráticos intensificou as demandas sociais e, nesse contexto, o Brasil se tornou um caso paradigmático da adoção de políticas de assistência social.

O retorno à democracia no Brasil levou a um consenso, resultado do processo de redemocratização e da participação de diversos setores da sociedade civil na Constituinte, em torno de uma nova Constituição, promulgada em 1988, que garantiu múltiplos direitos sociais que lhe renderam a alcunha de “Constituição Cidadã”. Por exemplo, antes de 1988, a saúde era tratada como um serviço assistencial, muitas vezes vinculado à Previdência Social e, portanto, restrito a trabalhadores formalmente empregados. A CF/88 estabelece a saúde como "direito de todos e dever do Estado", garantindo o acesso universal e igualitário às ações e serviços de saúde, com a criação do Sistema Único de Saúde (SUS). Isso marcou uma ruptura com o modelo anterior, tornando a saúde um direito fundamental da cidadania, independentemente da contribuição previdenciária. A moradia, alimentação, lazer, maternidade e infância são alguns outros tópicos cujos direitos garantidos na constituição representavam uma ampliação sem precedentes. Além disso, a Constituição de 1988 estabeleceu um sistema de Seguridade Social amplo (englobando Saúde, previdência e assistência social), com o objetivo de garantir o mínimo existencial para aqueles que não possuem condições de prover o próprio sustento ou de suas famílias. A assistência social, antes mais fragmentada, passou a ser um dever do Estado para quem dela precisar, independentemente de contribuição, exemplificado pelo Benefício de Prestação Continuada (BPC) para idosos e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade (BRASIL, 1988).

Com relação ao mundo do trabalho, durante a Ditadura Militar (1964-1985), o direito de greve era severamente reprimido, e para servidores públicos, era praticamente inexistente ou muito restrito. A CF/88 reconheceu expressamente o direito de greve aos trabalhadores em geral e, de forma inédita, estendeu-o aos servidores públicos, embora sujeito a regulamentação por lei complementar (que demorou a vir e foi suprida por decisões judiciais). A Constituição de 1988 consolidou e expandiu uma série de direitos trabalhistas que, embora alguns existissem em leis infraconstitucionais, foram elevados ao patamar constitucional, tornando-os mais sólidos e de mais difícil supressão. Entre as inovações ou consolidações importantes estão: redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas

semanais; Jornada de 6 horas para turnos ininterruptos de revezamento; Direito ao seguro-desemprego; Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) como direito constitucional; Proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual, ou entre os profissionais respectivos; Proteção do mercado de trabalho da mulher; Proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre para menores de 18 anos e de qualquer trabalho para menores de 16 anos (salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos) (Ibid., 1988).

Inicialmente, as políticas focaram na inclusão de grupos excluídos dentro das instituições de seguro social, reduzindo barreiras de entrada para trabalhadores informais em áreas rurais (BARRIENTOS, 2013). Em outras palavras, o objetivo inicial era expandir o seguro social. No entanto, logo o foco se voltou para um esquema de assistência social por meio de pensões assistenciais e, em uma inovação significativa, para a implementação de transferências para crianças e famílias por meio dos programas Bolsa Escola (2001) e PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil de 1996). Em 2003, os diversos programas de transferência de renda sob condicionalidade já instalados no governo de Fernando Henrique Cardoso foram substituídos e unificados no Programa Bolsa Família (PBF). O efeito do PBF no combate à extrema pobreza é inquestionável e de enorme importância no Brasil.

Nesse período, políticas, programas e instituições surgiram em todos os países da região, com foco em grupos populacionais de baixa renda e em situação de emprego informal, complementando as proteções sociais dos trabalhadores formais. A assistência social, financiada pelo orçamento público e por vezes condicionada, fornece transferências e serviços a grupos desfavorecidos, atingindo cerca de um terço da população da região. Esse modelo preenche uma lacuna histórica nas instituições de proteção social latino-americanas, que tradicionalmente se baseavam no seguro social bismarckiano (com cobertura apenas para trabalhadores formais, reforçando desigualdades). A mudança estrutural resultou na consolidação de um sistema dual de proteção social: de um lado, o seguro social, que cobre trabalhadores em empregos formais; de outro, a assistência social, que apoia grupos de baixa renda inseridos no mercado informal (Ibid., 2019).

As explicações para o crescimento do seguro social na América Latina durante a metade do século XX revelam uma dinâmica contraditória que reproduziu, mesmo no auge do desenvolvimentismo, a marginalização estrutural da grande massa informal que compunha o exército de reserva regional. Embora as coalizões políticas emergentes dos processos de industrialização e da expansão estatal tenham de fato ampliado a proteção social, este avanço ocorreu através de um duplo movimento excludente: de um lado, incorporando trabalhadores formais da indústria e do setor público, classes médias urbanas e segmentos do capital

doméstico; de outro, mantendo à margem os trabalhadores rurais, pequenos agricultores e, crucialmente, o vasto contingente de trabalhadores informais que já então representavam a base oculta do modelo de acumulação.

Lena Lavinas (2017) tece uma crítica contundente aos resultados do "desenvolvimentismo social" implementado no Brasil. Ela argumenta que o projeto, focado na construção de um mercado de massas como motor de desenvolvimento, fracassou devido, em parte, à privatização e financeirização das atividades e políticas públicas dos próprios governos. Além disso, a autora aponta a desatualização dessa política econômica, que, por se ancorar em preceitos do desenvolvimentismo de meados do século XX, falhou em impulsionar a indústria nacional e, em vez disso, viu o consumo ser suprido majoritariamente pelo aumento das importações. Lavinas examina detalhadamente os aspectos sociológicos, como o surgimento de "novas classes médias", e as políticas econômicas e sociais implementadas, abrangendo áreas como educação, saúde, o programa Bolsa Família, seguro-desemprego e Benefício de Prestação Continuada.

No Brasil, a expansão do crédito como forma de impulsionar o consumo e a financeirização como método de controle da exploração do trabalho enfrentaram, a princípio, desafios significativos para se estabelecerem. Embora o crédito já estivesse em crescimento nos últimos anos do governo Fernando Henrique Cardoso (1998-2002), foi somente sob o governo do Partido dos Trabalhadores (2003-2015) que essa expansão alcançou seu auge e se consolidou (COLOMBINI, 2019).

Ao longo da década de 2000, a economia brasileira testemunhou um crescimento robusto do crédito (COLOMBINI, 2019). A estratégia neodesenvolvimentista (BOITO, 2012) foi crucial para essa expansão, ligando o crédito a certos benefícios sociais e, assim, impulsionando a aquisição de bens de consumo duráveis por uma parcela maior da população. Essa dinâmica foi fundamental para estimular a demanda interna e transformar o consumo das famílias no principal motor do crescimento econômico durante esse período (BASTOS, 2012; LAVINAS, 2017).

Nesse momento o emprego industrial atingiu seu pico na América Latina, e isso ocorreu muito cedo em comparação com outras regiões: Chile (1954), Argentina (1958), Colômbia (1970), Peru (1971), México (1980) e Brasil (1986) (RODRIK, 2016). Adicionalmente, Rueda et al. (2015) argumentam que a industrialização voltada para o mercado interno, como na estratégia de substituição de importações (ISI) dominante na América Latina, criou um forte grupo de trabalhadores industriais e do setor público capaz de proteger as regulamentações como a Consolidação de Leis Trabalhistas (1943) nesse período.

Esses regulamentos, voltados exclusivamente para o trabalho público e industrial, excluíram propositalmente os camponeses em condições brutais de trabalho para não incomodar as elites agropecuárias da vasta gama de direitos angariados à época.

No entanto, concomitante à implementação em mais larga escala de sistemas de programas de transferência de renda, que como vimos alcançam principalmente trabalhadores informais, houve uma sobrevalorização dos produtos primários exportados pela região explicada pelo crescimento acelerado da economia chinesa (BRESSER-PEREIRA & MARCONI, 2008). Dessa forma, no modelo econômico adotado pelos países da América Latina durante a década de 2000, "a importância dos setores extrativistas persiste como um pilar relevante dos estilos de desenvolvimento" (GUDYNAS, 2009). Diferentemente da fase extrativista anterior, fortemente associada ao liberalismo, esse período teria sido marcado por uma maior intervenção estatal sobre os recursos naturais e sua extração. Essa intervenção se pautava por uma visão crítica à exploração conduzida por empresas transnacionais, sem, no entanto, questionar a ampliação do extrativismo em si (COLOMBINI, 2018).

Esse modelo, conhecido como neoextrativista, pode ser interpretado como um consenso das commodities¹⁴ (SVAMPA 2011; VELTEMEYER, 2013) na América Latina. O boom das importações chinesas contribuiu para a remodelação dos Estados em formas nacionais compensatórias (GUDYNAS, 2009, 2012), nas quais o Estado assumiu o papel de coordenar a expansão extrativa, destinando parte da renda gerada a políticas voltadas às classes populares. Assim, “o estado capta (ou tenta captar) uma maior proporção do excedente gerado pelos setores extrativistas. Parte desses recursos financia importantes e massivos programas sociais, garantindo novas fontes de legitimação social. Dessa forma, o extrativismo emerge como indispensável para combater a pobreza e promover o desenvolvimento” (GUDYNAS, 2009, p. 221).

Sob nossa perspectiva, o neoextrativismo não deve ser visto como algo externo à sociedade capitalista, como se representasse um interesse isolado – seja de uma fração de classe ou do Estado – em apropriar-se de uma riqueza natural para viabilizar uma acumulação primitiva. O mesmo raciocínio se aplica às análises sobre a “acumulação por desapropriação”, segundo as quais a expropriação e espoliação de populações periféricas nas cidades ou de povos tradicionais configuraria um mecanismo de acumulação forçada capaz de auxiliar o capitalismo em momentos de crise. Assim, desapropriação, espoliação e

¹⁴ Nosso objetivo é apresentar os debates em torno do extrativismo na América Latina na virada do século XXI entendendo que as perspectivas elencadas aqui revelam partes complementares e incompletas da realidade regional à época, sendo incapazes de serem generalizadas para a totalidade do continente. Para uma perspectiva crítica do neoextrativismo e o consenso das commodities, ver: Colombini (2018).

extrativismo devem ser compreendidos como formas inerentes às próprias relações sociais capitalistas em seu processo de reprodução, no qual a separação do ser humano de seus meios de vida constitui o elemento central (COLOMBINI, 2018).

O debate em torno do "locus" da desapropriação no neoliberalismo consiste, de um lado, em autores como David Harvey (2003, 2005) e Virgínia Fontes (2010), que abordam a "acumulação por desapropriação" como um mecanismo central da fase neoliberal do capitalismo e como um processo contínuo na trajetória capitalista. De outro, Werner Bonefeld (2001, 2014) e Massimo De Angelis (2001, 2007) argumentam pela "permanência da acumulação primitiva" como uma premissa imanente e constitutiva da própria reprodução do capital, e não apenas uma fase histórica ou um recurso em momentos de crise.

Harvey popularizou o conceito de "acumulação por desapropriação", que, em analogia à acumulação primitiva de Marx, descreve um processo contínuo no capitalismo neoliberal vinculado diretamente à agenda neoliberal, na qual práticas como privatizações e a financeirização expropriam ativos e riquezas do domínio público e da classe trabalhadora para concentrá-los nas mãos dos capitalistas (HARVEY, 2003, 2005).

Por sua vez, Virgínia Fontes, com seu conceito de "acumulação por espoliação", radicaliza essa análise. Ela argumenta que a espoliação não deve ser vista como uma característica apenas do neoliberalismo ou como um fenômeno esporádico. Para Fontes, especialmente no contexto do capitalismo dependente brasileiro, a expropriação de terras, recursos e trabalho é um elemento constitutivo e permanente da própria reprodução do capital. Assim, enquanto em Harvey a desapropriação ganha centralidade em uma fase específica do capitalismo, em Fontes (2010) ela é um motor inerente e incessante da acumulação desde a sua origem.

Tanto Werner Bonefeld quanto Massimo De Angelis rechaçam a ideia da acumulação primitiva como um mero estágio histórico, tratando-a como um processo contínuo, embora com focos teóricos distintos. Para Bonefeld (2001, 2014), a ênfase recai sobre a lógica interna do capital. A desapropriação é a "fundação" perene da relação capitalista, uma compulsão estrutural que força a venda da força de trabalho. Sua abordagem destaca a necessidade abstrata e imanente dessa separação para a própria existência do capital. Massimo De Angelis (2001, 2007), foca nos mecanismos concretos dessa continuidade através do conceito de "cercamentos" (enclosures). Enquanto Bonefeld foca na compulsão, De Angelis detalha como essa compulsão se materializa: pela constante privatização de bens comuns (recursos, saberes, vida social) para convertê-los em mercadorias. Assim, se para Bonefeld a

desapropriação é a premissa lógica e incessante do sistema, para De Angelis os "cercamentos" são a sua manifestação prática e expansiva em diferentes esferas da sociedade.

O processo que transcorreu na virada do século na América Latina não se limita à noção de neoextrativismo ou à exploração por desapropriação, mas sim à dinâmica da acumulação primitiva permanente, ou seja, às formas pelas quais a relação capitalista se reproduz continuamente. Essa perspectiva permite entender essas relações em movimento, evitando tratá-las como processos sociais reificados que, ao se positivarem, ocultam a verdadeira luta de classes em seu interior.

Mais do que apenas descrever a expropriação e a espoliação, é fundamental analisar como esses processos se manifestam na reprodução social no território, mantendo conexões internas com a constituição de classe no mercado mundial. A questão não se reduz a uma relação centro-periferia de caráter dependente e imperialista, mas sim à forma como a acumulação primitiva permanente se constitui como parte essencial das relações sociais capitalistas em reprodução no mercado global. Isso implica compreender o Estado-nação não como uma entidade objetificada e naturalizada, mas como um processo dialético contínuo de construção social (COLOMBINI, 2018).

Assim, o “neodesenvolvimentismo” ou “social desenvolvimentismo”¹⁵ pode ser compreendido como “o desenvolvimentismo da era do capitalismo neoliberal” (BOITO, 2012), ou seja, um conjunto de políticas de desenvolvimento econômico viáveis dentro do modelo neoliberal. Nesse contexto, observa-se a continuidade das políticas monetárias convencionais, com um aumento da intervenção estatal restrito a setores específicos e a políticas sociais voltadas ao combate à pobreza e à desigualdade, sem, contudo, modificar a estrutura econômica ou as formas de acesso à renda.

Originado principalmente a partir das formulações de economistas ligados ao crescimento dos “tigres asiáticos” (CHANG, 2003; AMSDEN, 2004), o neodesenvolvimentismo foi rapidamente incorporado ao receituário macroestruturalista latino-americano como uma solução para o desenvolvimento, assumindo diferentes variações. Algumas abordagens enfatizaram a questão cambial (BRESSER-PEREIRA, 2011; OREIRO, 2012), enquanto outras destacaram a importância dos setores sociais (MERCADANTE, 2010; BOITO JR., 2012) ou do crescimento do consumo, da demanda interna e do investimento (POCHMANN, 2012; SERRANO & SUMMA, 2012; MEDEIROS, 2015).

¹⁵ No neodesenvolvimentismo, a exportação de commodities no Brasil é um desafio a ser gerenciado, não uma vantagem a ser celebrada passivamente. Para uma análise crítica do conceito de neodesenvolvimentismo, ver: Colombini (2018).

Em *Valsa Brasileira: do boom ao caos econômico* (2018), a autora Laura Carvalho descreve como a trajetória econômica dos governos do Partido dos Trabalhadores esteve intrinsecamente ligada à sua relação com o chamado tripé macroeconômico: 1) metas de inflação, 2) câmbio flutuante e 3) compromisso com superávits primários para o controle da dívida. Em seu primeiro mandato, o governo Lula, contrariando as expectativas de uma ruptura, optou por manter e até mesmo aprofundar a disciplina do tripé, construindo uma sólida credibilidade no mercado. A grande virtude desse período, aponta Carvalho, não foi apenas a manutenção da estabilidade, mas a capacidade de combiná-la com um novo e potente motor de crescimento: a inclusão social. Através da valorização real do salário mínimo, da expansão de programas de transferência de renda como o Bolsa Família e da ampliação do crédito, o governo fomentou um robusto mercado consumidor interno que, somado a um cenário internacional favorável de alta das commodities, permitiu um ciclo virtuoso de crescimento econômico com redução das desigualdades.

O Brasil passou por um período de crescimento e redistribuição durante a maior parte das administrações do Partido dos Trabalhadores (PT) (2003-2016), o que permitiu a inclusão de grandes segmentos da população no mercado como consumidores. Entre 2003 e 2013, a renda per capita cresceu cerca de 56%, a porcentagem de pessoas em extrema pobreza diminuiu de 12,7% para 4,9% da população e o índice de Gini da renda per capita das famílias caiu de 0,58 para 0,53. Diversas outras informações corroboram o mesmo fenômeno, indicando que não se tratou de um erro estatístico, mas sim de um processo abrangente de aumento da renda monetária das camadas mais baixas da pirâmide social. Nesse contexto, a pobreza caiu de 33,9% para 13,9% da população, enquanto a razão de Palma – ou a relação entre a participação da renda apropriada pelos 10% mais ricos e pelos 40% mais pobres – diminuiu de 5,2 para 3,8 (LOUREIRO, 2019).

Ao mesmo tempo, o PIB cresceu, em média, 3,8% ao ano, incluindo uma recuperação rápida da crise econômica mundial de 2008, em comparação com uma taxa média de 2,5% durante a década de 1990. Por volta de 2010, o entusiasmo em relação ao desempenho econômico brasileiro era generalizado, tanto no âmbito nacional quanto internacional. Durante os anos do governo Lula, o Brasil apresentou um crescimento econômico consistentemente superior ao do governo FHC (Fernando Henrique Cardoso), mesmo diante da crise financeira de 2008. Diferentemente dos países desenvolvidos, a América Latina, de modo geral, e o Brasil, em particular, atravessaram o período mais crítico da crise de forma relativamente estável, o que conferiu respaldo e incentivo às políticas de maior intervenção estatal e expansão econômica.

Enquanto as economias centrais do sistema capitalista enfrentavam dificuldades, o Brasil registrava um crescimento considerado robusto, com inflação sob controle e melhorias na distribuição de renda. O índice de Gini, por exemplo, apresentou uma redução significativa, passando de 0,5957 em 2001 para 0,5304 em 2010. Em um estudo da Fundação Getúlio Vargas, Marcelo Neri apontou que, entre 2001 e 2009, a renda per capita dos 10% mais pobres cresceu 69%, enquanto o aumento para os 10% mais ricos foi de 12,58%. "É como se os pobres vivessem em um país que cresce como a China e os mais ricos em um país estagnado", afirmou Neri em entrevista à Revista Veja (RITTO, 2011).

A nítida melhora no mercado de trabalho brasileiro nos anos 2000, com formalização recorde, suscitou um debate no final da década sobre o surgimento de uma “nova classe média” na intelectualidade brasileira. O proponente do termo, Marcelo Neri, assume a presidência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e em 2013 é nomeado, pelo governo de Dilma Rousseff, ministro interino da Secretaria de Assuntos Estratégicos SAE/Governo Federal. Após a conturbada eleição de 2014 e em meio ao início da crise econômica, que viria a solapar as bases da tese da nova classe média, Neri deixa o cargo. No ano seguinte, assumiria a presidência do Ipea um dos maiores críticos desta tese, o sociólogo Jessé de Souza, o que coincidiria com a decadência da nova classe média, seja como conceito ou como estrato social.

De um lado, análises como a de Marcelo Neri (2011) focaram em critérios de renda para definir uma "Classe C" em plena expansão de seu poder de consumo. Em uma perspectiva distinta, Marcio Pochmann (2012) questionava o próprio conceito, argumentando que se tratava, na verdade, de uma ampliação da classe trabalhadora, inserida em ocupações de baixa remuneração e sem alterar a estrutura de classes fundamental do país. De outro lado, Jessé de Souza (2018) rechaçou a noção de uma nova classe média como uma falácia economicista, que ignora a ausência de “capital cultural e social” como verdadeiros definidores da classe média tradicional.

Para Souza, essa camada, composta por "batalhadores", representa não uma transição de classe, mas a consolidação de uma nova classe de trabalhadores precarizados. Nesse sentido, uma análise crítica que transcende a aparência do fenômeno, como sugerido, aponta que o debate ocultou a reconfiguração desse contingente populacional como uma nova morfologia do exército de reserva. Essa camada, embora com maior acesso ao consumo, permaneceu em uma condição de vulnerabilidade estrutural, com vínculos de trabalho frágeis e servindo como mão de obra disponível e disciplinada para as novas configurações do

capitalismo flexível, longe de constituir uma classe média genuinamente estabelecida, assunto da seção seguinte.

De todo modo, diferentes segmentos sociais nacionais e internacionais proclamavam a plenos pulmões seu otimismo com a trajetória brasileira no período. Em novembro de 2009, a revista *The Economist* publicou a icônica capa intitulada "*Brazil takes off*", ilustrada com a imagem do Cristo Redentor decolando como um foguete. Os elogios à economia brasileira não se limitaram à imprensa internacional, sendo também amplamente expressos por diversos setores do empresariado nacional.

O que mais se destaca nesse momento de euforia do neodesenvolvimentismo é a adesão de intelectuais com longa trajetória política e participação ativa nos movimentos de esquerda, além da expressiva presença de quadros desse espectro no governo do PT. Em setembro de 2010, Maria da Conceição Tavares defendia com veemência essa nova fase da economia brasileira em entrevista à *Folha de S.Paulo*: “Não tem mais centro e periferia como antes. Há países de desenvolvimento intermediário, entre os quais estamos. [...] Desta vez, acho que a maldição de Furtado, que era desenvolvimento junto com subdesenvolvimento, pode terminar” (ANTUNES, 2010).

No entanto, os períodos de crescimento econômico e de ampliação do consumo das classes trabalhadoras, assim como os momentos de intensificação da exploração por meio de políticas de austeridade e precarização do trabalho, não são interpretados pelas teorias desenvolvimentistas como expressões do antagonismo de classe na relação capital-trabalho. De fato, tanto o crescimento econômico quanto a expansão do consumo devem ser entendidos como fases da reprodução das relações sociais capitalistas, representando novas formas de ampliação da acumulação de mais-valor e de manutenção da estrutura social baseada na separação essencial entre o ser humano e seus meios de vida (COLOMBINI, 2018).

A relação entre expropriação e extrativismo, por um lado, e políticas sociais e aumento do consumo das classes trabalhadoras, por outro, não deve ser interpretada como uma oposição e tampouco reduzida a explicações simplistas de populismo ou manipulação das massas. É fundamental reconhecer que o consumo dos trabalhadores também integra o processo de acumulação e reprodução das relações capitalistas. Os dois movimentos – expropriação/extração e consumo/ganhos sociais – coexistem de maneira contraditória e complementar, com um reforçando e, ao mesmo tempo, reprimindo o outro, até o momento em que essa suposta harmonia se despedaça em uma crise cíclica e os antagonismos de classe se exacerbam e manifestam-se sob a forma de desemprego, perdas sociais, privatizações e políticas de austeridade e demais formas de reprodução da sociabilidade capitalista.

Além disso, a inserção da classe trabalhadora no mercado de trabalho à época não ocorreu necessariamente por meio de empregos formais, mas sim dentro de uma nova configuração da reserva de força de trabalho, na qual a chamada massa marginal de Nun (1969) se mescla a formas mais flexíveis e precárias da reserva neoliberal, às quais a próxima seção deste trabalho se dedica.

4.3 O passo para o lado: formalização limitada e continuidade no padrão de acumulação brasileiro nos governos do Partido dos Trabalhadores

Esta seção analisa como as melhorias no mercado de trabalho durante a primeira década do século XXI foram limitadas, uma vez que, se de fato houve ganhos com a formalização do trabalho de baixa qualificação, os empregos formais criados eram de baixa qualidade. Em particular, os setores que mais aumentaram o emprego foram os de serviços de baixa remuneração e baixa produtividade, especialmente vendas e construção, levando a uma crescente concentração de postos de trabalho com salários entre um e três salários mínimos. Embora isso tenha sido uma melhoria em relação ao período anterior, não representa uma transformação da estrutura produtiva e social capaz de desafiar as desigualdades enraizadas na economia brasileira ou impulsionar um processo de desenvolvimento. Ou seja, não foi capaz de romper com o neoliberalismo, mas apenas manobrar dentro dele.

Os dados das Contas Nacionais mostram que, entre 2003 e 2013, apenas os setores de construção e vendas foram responsáveis por um terço dos empregos líquidos criados (IBGE). Ao adicionar transporte e armazenamento, hospedagem e serviços pessoais, além de saúde e educação com fins lucrativos, esse valor chega a cerca de 60%. Esses setores compartilham três características que os tornam incapazes de serem os motores de um processo de desenvolvimento inclusivo e com altos salários: todos são mal remunerados, com salários médios cerca de 30% abaixo da média nacional; têm baixa produtividade, com a produtividade do trabalho (valor agregado por trabalhador) também cerca de 30% abaixo da média; e são serviços para consumo pessoal, o que implica em baixas conexões com o restante da estrutura produtiva e poucas oportunidades para ganhos dinâmicos de produtividade. A geração de empregos pode ter melhorado as condições de vida dos trabalhadores, mas esses setores são incapazes de impulsionar um padrão diferente de acumulação, com perspectivas de longo prazo para crescimento rápido e inclusão social (LOUREIRO, 2019).

Um efeito dessa mudança no emprego para setores de baixo dinamismo foi o aumento do número de ocupações mal remuneradas. Entre 2003 e 2013, a participação dos empregados com carteira assinada – excluindo, portanto, os autônomos e empregadores – que recebiam entre um e três salários-mínimos aumentou em dez pontos percentuais (PNAD). Na faixa inferior, isso é explicado pela formalização do trabalho, com a qual a participação dos trabalhadores que recebiam menos de um salário-mínimo caiu cerca de quatro pontos percentuais. No entanto, houve uma redução na outra extremidade, já que o número de empregos que pagavam mais de três salários-mínimos diminuiu em seis pontos percentuais, ou cerca de um milhão de postos (PNAD). Nesse contexto, é importante notar que três setores chave, cujas participações no emprego cresceram em cinco pontos percentuais – construção, comércio atacadista e varejista, e alimentação e hospedagem – tinham muito poucos empregos bem remunerados (13% dos empregos nesses setores pagavam mais de 3 salários-mínimos, contra 20% para a economia como um todo em 2003, segundo a PNAD). Em outras palavras, com o crescimento dos setores de baixo salário e baixa produtividade, foram criados menos empregos de boa qualidade.

Dois processos adicionais impactaram negativamente a qualidade dos empregos criados durante os governos do PT: a terceirização e as altas taxas de rotatividade. O Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos (DIEESE) estima que aproximadamente 26% dos trabalhadores formais estavam terceirizados em 2014, um aumento em relação aos 24% registrados em 2007 (DIEESE, 2017). Trabalhadores terceirizados têm salários mais baixos, menos benefícios, empregos menos estáveis e enfrentam maiores dificuldades para se organizar em sindicatos, mesmo quando são empregados formais (ANTUNES & DRUCK, 2013).

Por exemplo, em 2013 os empregados formais em setores com alta terceirização tinham salários médios 25% abaixo daqueles em outros setores (excluindo a agricultura) e metade do tempo médio de permanência no emprego (DIEESE & CUT, 2014). Da mesma forma, a taxa de rotatividade no mercado de trabalho para empregados formais no setor privado não só foi extremamente alta em 2013, com 44 demissões para cada 100 postos de trabalho, mas foi também superior à de 2003, quando havia 41 demissões para cada 100 postos ativos (DIEESE, 2016). Embora empregos formais tenham sido criados, eles prescindem de estabilidade, borrando ainda mais a distinção entre empregos formais e informais.

Apesar de reconhecer positivamente os aumentos reais sequenciais do salário-mínimo na década de 2000, Lavinas (2017) ressalta que essa valorização não foi acompanhada pelo

incremento da produtividade do trabalho. Para a autora, a financeirização e a focalização das políticas sociais dos governos Lula e Dilma foram problemáticas, pois, na prática, suprimiram o caráter universal dos serviços públicos em alcance ou qualidade. Isso configurou o "mundo social do neoliberalismo", onde grandes conglomerados privados avançaram sobre esses serviços, interligando-os com o crescente endividamento de famílias e indivíduos, impulsionado pela expansão do sistema bancário e pela "democratização do crédito" preconizada pelo Banco Mundial.

A expansão do mercado interno encontrou limites nessas dinâmicas, somada à proliferação de empregos de baixa qualidade e remuneração. A crise econômica mundial agravou esse cenário, e as medidas adotadas para enfrentá-la, incluindo as isenções fiscais massivas, impactaram severamente o financiamento das políticas sociais, especialmente a previdência. A guinada para um ajuste fiscal abrupto no segundo mandato da Presidenta Dilma, por fim, representou um "estelionato eleitoral" que minou sua base de apoio, esse foi um importante “passo para trás” na valsa brasileira no século XXI que mudou toda a trajetória política da nação (CARVALHO, 2018). De fato, a autora expõe como a estratégia do governo mudou significativamente durante a presidência de Dilma Rousseff.

Diante dos sinais de esgotamento do modelo “social desenvolvimentista”, do tripé macroeconômico e da necessidade de estimular a indústria, o governo promoveu uma flexibilização do tripé no que ficou conhecido como a "Nova Matriz Econômica". Para Laura Carvalho (2018), essa guinada, que ela apelida criticamente de "Agenda FIESP", foi o ponto de inflexão que iniciou a queda do Partido dos Trabalhadores e da trajetória de crescimento brasileira.

Mais especificamente, a política de superávits fiscais foi afrouxada para dar lugar a amplas desonerações tributárias e subsídios a setores empresariais específicos, na expectativa de que isso alavancasse o investimento privado. Simultaneamente, houve uma intervenção mais direta na política de juros e na taxa de câmbio. Na visão da autora, essa aposta se revelou equivocada, pois as desonerações não se converteram em ganhos de produtividade ou em investimentos significativos, ao mesmo tempo em que a perda do compromisso fiscal minou a confiança e deteriorou rapidamente as contas públicas. A tentativa de segurar artificialmente alguns preços, como os da energia, apenas reprimiu uma inflação que ressurgiria com mais força, completando um cenário de desequilíbrio. Dessa forma, Carvalho conclui que a crise subsequente não foi um mero produto de fatores externos ou políticos, mas o resultado direto da decisão de abandonar um modelo que, embora imperfeito, havia

sustentado a estabilidade, em troca de uma estratégia de desenvolvimento que se provou ineficaz e custosa.

Assim, após um período de alto emprego, com constantes aumentos no salário mínimo e nos níveis de emprego formal, o Brasil sofreu um golpe de Estado em 2016. Alguns meses depois, o mesmo governo interino implementou uma extensa reforma trabalhista que legalizou uma série de formas intermitentes de trabalho, o que resultou em maior instabilidade trabalhista, ofereceu menos direitos e restringiu a sindicalização¹⁶. Com a consolidação da nova inserção produtiva reprimarizada, a desregulamentação do Estado e das empresas estatais, e a subjetivação do novo indivíduo capitalista, tornou-se possível dismantelar as antigas leis trabalhistas e até o Ministério do Trabalho. Em suma, um governo voltado para aliviar ao máximo as restrições à exploração do trabalho e vincular a economia nacional aos imperativos do mercado financeiro foi eleito (COLOMBINI, 2019).

Dito isso, de 2004 a 2014, as taxas de desemprego ficaram em torno de 6%, com um crescimento recorde de empregos formais. De 2016 a 2018, o desemprego ficou em cerca de 12%, com uma aceleração impressionante de empregos informais. Segundo estimativas do IBGE, de 2015 a 2017, houve uma diminuição de 2,3 milhões de postos de trabalho formais e um aumento de 1,2 milhão de empregos informais. Em 2012, segundo a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios)/IBGE (IBGE 2019), a taxa estimada de emprego informal era de 32,5%; no segundo trimestre de 2018, essa taxa já era de 43%. Além disso, de acordo com a pesquisa PNAD/IBGE (IBGE 2019), a remuneração do trabalhador informal é 40% menor do que a do trabalhador formal em média.

Esse dismantelamento de leis trabalhistas, sindicatos, movimentos sociais, sistema previdenciário e oferta de serviços e bens públicos, gratuitos e de qualidade, criou um ambiente favorável para a ascensão do individualismo e de uma ideologia empreendedora¹⁷, que transforma subjetivamente o trabalhador informal e precarizado em um “empreendedor de si mesmo”. Assim, se o trabalhador pode ser seu próprio “patrão” e “investir” em si mesmo, não apenas tornam-se invisíveis os laços que ligam o capital ao trabalho, como “a precariedade passa a ser literalmente vendida como liberdade” (MEDEIROS & LIMA, 2023, p. 10). São esses elementos, fundamentais à análise das transformações neoliberais no mercado de trabalho brasileiro, que investigaremos na seção seguinte.

¹⁶ Em particular no caso brasileiro, temos a reentrada do neoliberalismo no país e a posterior reforma trabalhista de 2017 como marcos da construção desse ambiente regulatório permissivo. Sobre a flexibilização normativa no Brasil e seus impactos sobre o mercado de trabalho, conferir Campos (2022).

¹⁷ Para uma análise crítica dos fundamentos teóricos, gênese histórica e difusão da ideologia empreendedora, ver Medeiros & Lima (2023).

4.4 A nova roupagem do trabalho subordinado: o infoproletariado e o debate do precariado

Pari passu à introdução de novas políticas de proteção social no Brasil houve transformações no mundo do trabalho que expandiram as modalidades de trabalho informal, terceirizado, precarizado, uberizado, pejotizado, intermitente e flexível que representam uma ampliação dos mecanismos de funcionamento da lei do valor de Marx, através dos quais o capital incorpora “novas formas de geração de trabalho excedente” (ANTUNES, 2018 p. 32).

É inegável que o avanço da internet, a ampliação do acesso a aparelhos como smartphones e o surgimento de aplicativos de conversa online (como whatsapp, telegram etc.) reduziram a distância entre as pessoas, facilitando a comunicação em tempo real. Também a expansão de empresas especializadas em entrega (e o número crescente de trabalhadores “entregadores”, agora acionados através de aparelhos eletrônicos e aplicativos), diminuiu significativamente o tempo que a mercadoria leva para chegar até o consumidor final¹⁸. Mas também podemos afirmar que esse barateamento dos meios de comunicação e de transporte foi uma tendência notada por Marx e que contribui para a diminuição do tempo de circulação do capital (e, conseqüentemente, do tempo de rotação). No que diz respeito à produção de mais-valor, o impacto é direto. O capital que “roda” em menos tempo produz uma massa de mais- valor maior do que o capital que possui um tempo de rotação maior (MARX, 2011, p. 427).

Essas transformações no trabalho estão caracterizadas também pela profunda individualização dos trabalhadores. Tomando os trabalhadores como prestadores autônomos, evitando formalizar jornadas definidas de trabalho e implementando uma remuneração dependente da produtividade individual, surge no trabalhador a percepção de que ele trabalha apenas para si. Adicionam-se a isso o gerenciamento algorítmico e a clara competitividade que é da essência do sistema Uber – ou seja, cada motorista disputa com o outro as corridas e, conseqüentemente, os ganhos (MODA, 2020).

Complementarmente, Van Doorn (2017) conceitua a “imunidade” legal dessas empresas, construída via estratégias deliberadas que as plataformas adotam para se protegerem, e também aos compradores dos serviços, das obrigações e dos custos associados a uma relação de emprego formal. A principal tática para alcançar essa imunidade é a classificação jurídica dos seus trabalhadores como “contratantes independentes” e não como

¹⁸ Para uma análise das relações entre as categorias marxianas e o trabalho por plataformas digitais ver Bonente et.al (2025).

empregados. Essa manobra legal permite que as empresas se isentem de responsabilidades trabalhistas, como salário mínimo, seguridade social e outros direitos, transferindo os riscos e alguns custos da atividade diretamente para os trabalhadores. Assim, esses trabalhadores estão isolados subjetivamente mas também legalmente.

Aqui seguimos o argumento de Srnicek (2017) que situa a ascensão das plataformas no contexto mais amplo de crises e reestruturações do sistema capitalista. Ele argumenta que períodos de instabilidade econômica impulsionam a inovação em busca de novas formas de recompor lucratividade, argumento que ecoamos no primeiro capítulo. Conforme o autor, “o capitalismo, quando atingido por uma crise, tende a ser reestruturado. Novas tecnologias, novas formas de organização, novos modos de exploração, novos tipos de trabalho e novos mercados, todos surgem para criar uma nova maneira de acumular capital” (SRNICEK, 2017, p. 39, tradução nossa).

Nesse cenário, após as crises econômicas subsequentes do período neoliberal¹⁹, o capitalismo adentrou uma fase informacional-digital-financeira, na qual a intensificação do uso de plataformas digitais tornou-se um pilar para a sua manutenção e expansão. A dependência mútua entre o capital e estas tecnologias permitiu que corporações do setor de tecnologia ascendessem ao topo da valorização de mercado global, suplantando as empresas que dominavam a economia no período anterior. Os trabalhadores urbanos que fornecem serviços mediados por essas plataformas digitais participam portanto de um contexto em que predomina a “deslocalização” do trabalho, sem os antigos pátios de fábrica e demais espaços de socialização entre trabalhadores, o que amplia seu isolamento e portanto fomenta o individualismo.

Nos anos recentes houve muitas tentativas de caracterizar esse trabalhador dito precarizado, uberizado, pejetizado, intermitente e flexível. Por exemplo, há a definição de “precariado” apresentada por Ruy Braga, que nos dá pistas dos processos e possibilidades de resistência coletiva contra um sistema que prega a individualização e a competição. Em questionamento direto a Standing (2011) – que classificou o precariado como nova classe e como sendo “composto por pessoas que têm relações de confiança mínimas com o capital ou com o Estado [...] e não têm nenhuma das relações de contrato social do proletariado” –, Braga (2012) entende que o precariado é aquela parte especialmente precarizada da classe trabalhadora, distante do acesso aos regimes de *welfare* e de segurança trabalhista.

¹⁹ Alguns exemplos são os choques do petróleo na década de 1970, a “década perdida” na América Latina nos anos 1980, caracterizada por dívida externa e hiperinflação, e a crise financeira de 2008, deflagrada pelo colapso do mercado de hipotecas subprime nos Estados Unidos.

Dialogando com o que foi dito sobre o trabalho uberizado até o momento, o precariado representa, para Braga, uma parcela da classe trabalhadora que está em constante oscilação entre o aumento da exploração e a ameaça do desemprego.

Para Braga (2012), o precariado não emerge como uma classe autônoma, mas representa a forma contemporânea que o exército industrial de reserva latente assume no contexto do capitalismo dependente. Trata-se de uma vasta massa de trabalhadores que, embora funcionalmente integrada à dinâmica de acumulação, vive sob o signo da instabilidade, da informalidade e da superexploração.

Como vimos no primeiro capítulo, enquanto nos países centrais a precarização é frequentemente vista como a ruptura de um pacto social baseado no emprego formal e no Estado de bem-estar, no Brasil e em outras nações periféricas, a informalidade é um dado estrutural e histórico. O trabalho desprotegido não é a exceção, mas a regra que por décadas moldou o mercado de trabalho. O neoliberalismo, portanto, não "cria" a precariedade do zero; ele a radicaliza, moderniza e lhe confere novas roupagens, como a do trabalho mediado por plataformas digitais.

Por exemplo, no Brasil, o conceito de uberização cunhado por Ludmila Costhek Abílio (2019; 2020) é amplamente usado para descrever o trabalho precário realizado por meio de plataformas digitais que surgiu com a expansão global da Uber, em um fenômeno que se popularizou rapidamente com a enorme adesão de motoristas, redefinindo a mobilidade urbana. Esse fenômeno se coaduna com o movimento de expansão da terceirização que predominou nas últimas décadas, especialmente em países periféricos. O trabalho uberizado é a manifestação brasileira da proliferação global de formas precárias de trabalho – via informalidade e terceirização – que são características estruturais da periferia no desenvolvimento capitalista. Seguimos Abílio (2021) ao afirmarmos que:

"Nesse sentido, o que a uberização mostra é outra possibilidade para compreender o que é a própria periferia, a partir de uma tendência generalizante de características que são estruturais da periferia e ganham visibilidade também nos países do Norte. Acho que temos sempre de ter muito cuidado com termos como *gig economy* ou economia dos bicos, como se fossem uma exceção, uma forma transitória de sobrevivência." (ABÍLIO, 2021, p.87)

Adicionalmente, a aparência desse trabalho uberizado periférico é indissociável dos marcadores sociais de raça e gênero que explicitamos no segundo capítulo. A sobreposição de vulnerabilidades faz com que a linha de classe seja atravessada e reforçada pelas linhas de cor e de gênero. A figura emblemática do trabalhador precarizado na periferia não é abstrata: ela se materializa, predominantemente, no corpo do jovem negro, da mulher negra e do morador

de territórios estigmatizados, cuja relação com o Estado oscila entre a ausência de políticas sociais e a presença ostensiva de seu braço punitivo.

Essa condição material engendra, por fim, uma consciência de classe fragmentada e contraditória. Se por um lado emergem formas moleculares e inovadoras de resistência, como as greves e paralisações de entregadores de aplicativos, por outro, a ideologia do "empreendedorismo de si" ganha força como discurso de sobrevivência e autojustificação. A experiência cotidiana da exploração, do racismo e da violência urbana molda uma "consciência do possível", que pode tanto alimentar explosões de revolta coletiva quanto reforçar o individualismo competitivo, impondo desafios significativos à construção de uma solidariedade de classe ampla e duradoura. Compreender o precariado na periferia é, portanto, decifrar essas tensões que definem sua existência e suas lutas.

Nesse contexto, através das plataformas de trabalho, a classe trabalhadora em seu sentido mais amplo, tanto como classe trabalhadora ativa quanto como exército industrial de reserva, é constituída de forma muito mais fluida, onde as próprias diferenciações aparentes entre ativo e reserva se misturam. A pressão intrínseca para a exploração exercida pela massa segregada do mercado de trabalho se torna ainda mais intensa, contendo, à sua maneira de funcionar, a "reserva de trabalho" da sociedade capitalista (COLOMBINI, 2023).

A pressão exercida pela superpopulação relativa para a extensão e intensificação do trabalho por meio das plataformas digitais não se encontra mais apenas no risco competitivo de se tornar um exército de reserva; a própria forma de realizar o trabalho internaliza a formação desse excedente. Mesmo os trabalhadores mais ativos, envolvidos por meio das plataformas digitais, enfrentam a constante pressão de serem uma reserva, já que sempre se juntam ao grande contingente de superpopulação relativa após realizar uma atividade laboral e dessa forma são parte da reserva flutuante, que regula a continuidade da intensificação e extensão da exploração do trabalho nos diferentes períodos cíclicos de acumulação. Através de mecanismos de contratação individualizados e variantes das plataformas digitais, o grau de intensidade da competição imposto pelo exército de reserva aumenta exponencialmente, uma vez que os próprios trabalhadores ativos são simultaneamente substituídos na busca por uma nova atividade (Ibid., 2023).

Essa especificidade da constituição do exército de reserva por meio das plataformas digitais se emaranha, como uma forma concreta, ao recente processo histórico de aumento da superpopulação relativa devido aos chamados processos neoliberais de globalização e formação de cadeias globais de valor (FOSTER et.al, 2011; BASU, 2013). Como vimos na primeira seção deste capítulo, a constituição das cadeias globais de valor dentro do contexto

da globalização, juntamente com a incorporação de novas tecnologias, promoveu uma grande expansão da superpopulação relativa no mundo, tanto pela enorme elevação da produtividade do trabalho quanto pela reestruturação da produção a partir de uma perspectiva geográfica, incorporando grandes populações ao exército de reserva capitalista (FOSTER et.al, 2011). Por outro lado, o exército de reserva das plataformas digitais, embora também relacionado ao processo de globalização, permite, além do crescimento da superpopulação relativa devido ao aumento da produtividade, uma nova forma concreta de geração dessa reserva flutuante e latente, uma vez que se constitui de maneira imbricada com os trabalhadores ativos.

Nesse contexto, a precarização neoliberal na periferia reelabora e radicaliza o conceito de "massa marginal" desenvolvido por José Nun (1969) e empregado por Clóvis Moura (1984), transportando-o para as condições do capitalismo globalizado do século XXI. Enquanto Nun analisou a massa marginal como setor estruturalmente excluído do mercado formal de trabalho nos anos 1960, e Moura destacou seu caráter racializado na formação social brasileira, a contemporaneidade apresenta uma transformação qualitativa: essa massa não está mais confinada às margens do sistema, mas foi incorporada de forma precária como elemento constitutivo central da acumulação periférica. Se para Nun essa massa era "sobrante" em relação às necessidades imediatas da acumulação, hoje ela se tornou funcional ao capital como reserva flexível permanente, não mais à espera de incorporação, mas sim engajada em atividades laborais que reproduzem sua própria marginalidade. Como demonstrou Moura em suas análises sobre o racismo estrutural, essa condição assume contornos racialmente marcados: a maioria esmagadora dos trabalhadores informais nas periferias brasileiras é negra²⁰, revelando a continuidade de desigualdades históricas no mercado de trabalho.

A precarização do trabalho torna cada vez mais tênues as distinções qualitativas entre formal e informal, urbano e rural, ou mesmo entre setor industrial e de serviços. Essa tendência revela uma interdependência profunda entre as diversas formas de trabalho subordinado, por mais velada que seja. A crescente massa de trabalhadores informais, "pejotizados" e "uberizados" — presente em todas as atividades, com distintos níveis de qualificação e cruzando barreiras raciais e geográficas — demonstra que o que é relegado às margens da sociedade inevitavelmente se prolifera.

²⁰ Enquanto a taxa de informalidade do país no quarto trimestre de 2024 alcançou 38,6%, a dos pretos era 41,9%; e a dos pardos, 43,5%. O índice entre as pessoas brancas ficou abaixo da média: 32,6%. Fonte: PNAD Contínua.

Isso ocorre porque a exploração bem-sucedida de um grupo social, destituído de direitos e proteções, estabelece um precedente e uma norma que o capital busca estender a outros espaços, impondo-lhes as mesmas violências e privações. Dessa forma, a precarização não deve ser encarada como um desafio exclusivo de grupos marginalizados. Ela é, na verdade, a vanguarda de um processo com o potencial de afetar todos que vivem do trabalho.

Esse movimento inexorável de ampliação do exército de reserva mantém duas características essenciais destacadas por ambos os pensadores supracitados: primeiro, o que Nun chamou de "dupla alienação" - agora amplificada pela mediação algorítmica que aliena o trabalhador tanto do produto quanto do controle sobre seu próprio processo de trabalho; segundo, o que Moura identificou como "superexploração racializada", hoje renovada através de mecanismos digitais que mascaram relações de exploração sob o véu do empreendedorismo. A massa marginal neoliberal se difere, contudo, por sua inserção ativa (ainda que precária) no circuito produtivo - não é mais exército de reserva no sentido clássico, mas sim força de trabalho ativa em condições permanentes de reserva. De fato,

“se o “Terceiro Setor” vem incorporando trabalhadores(as) que foram expulsos do mercado de trabalho formal e passam a desenvolver atividades não-lucrativas, não-mercantis, reintegrando-os, este pode ser considerado seu traço positivo. Ao incorporar – ainda que de modo também precário – aqueles que foram expulsos do mercado formal de trabalho, estes seres sociais se veem não mais como desempregados, plenamente excluídos, mas realizando atividades efetivas, dotadas de algum sentido social e útil. Mas devemos reiterar que essas atividades são funcionais ao sistema, que hoje se mostra completamente incapaz de absorver os desempregados e precarizados.” (ANTUNES & ALVES, 2004, p. 340)

Para compreendermos a profunda funcionalidade dessa massa marginal no circuito produtivo capitalista e a significação ontológica do envolvimento do trabalho nesse processo, é crucial apreender o conceito de *subsunção*, utilizado por Marx no “Capítulo VI Inédito” de O Capital, e seu desdobramento em formal e real. O termo “subsunção” expressa a relação que surge quando o trabalhador vende sua força de trabalho ao capital, a ele se submetendo. No entanto, a subsunção expressa que a força de trabalho vem a ser, ela mesma, incluída e como que transformada em capital: o trabalho constitui o capital. Constitui-o negativamente, pois é nele integrado no ato de venda da força de trabalho, pelo qual o capital adquire, com essa força, o uso dela; uso que constitui o próprio processo capitalista de produção. Na verdade, nas relações trabalho/capital, além e apesar de o trabalho “subordinar-se” ao capital, ele é um elemento vivo, em permanente medição de forças, gerando conflitos e oposições ao outro polo formador da unidade que é a relação e o processo social capitalista (MARX, 2022).

O que torna essa dinâmica peculiar é que a força de trabalho, embora seja parte fundamental da relação social que a prende e "submete", também age como um elemento de negação dessa mesma relação. Por essa razão, sua "subordinação" precisa ser constantemente reafirmada. Nesse contexto, o capital busca ir além de uma subsunção meramente formal — onde o trabalhador se subordina sem que o processo de trabalho em si seja alterado profundamente — para transformá-la em subsunção real, resultando na consolidação social da força de trabalho como capital.

Além disso, o surgimento de uma nova base técnica do sistema sociometabólico do capital, que propicia um novo salto da subsunção real do trabalho ao capital, exige, como pressuposto formal ineliminável a captura da subjetividade proletária como precondição do próprio desenvolvimento da nova materialidade do capital (ANTUNES & ALVES, 2004). As novas tecnologias microeletrônicas na produção, capazes de promover um novo salto na produtividade do trabalho, exigem, como pressuposto formal, o novo envolvimento do trabalho vivo na produção capitalista. Em suma, a reprodução do “velho nexos psicofísico do trabalho profissional qualificado – a participação ativa da inteligência, da fantasia, da iniciativa do trabalho” (GRAMSCI, 1985).

É crucial perceber, no entanto, que o cotidiano não é apenas um espaço de alienação. Pelo contrário, ele se manifesta como um campo de disputa constante entre a alienação e a desalienação. Assim como vimos na subsunção do trabalho ao capital, o trabalho — mesmo subordinado ao capital — é um elemento vivo, em permanente embate. Essa dinâmica conflituosa, toma contornos concretos com o tempo, por exemplo nas revoltas recentes de entregadores e demais trabalhadores de aplicativos. Elas representam justamente a politização dessa nova massa marginal funcionalizada. Seu caráter inovador reside em que, diferentemente dos movimentos analisados por Nun nos anos 1960, não reivindicam simplesmente inclusão no mercado formal, mas contestam as próprias bases do neoliberalismo periférico. Ao fazê-lo, atualizam a percepção de Moura sobre o potencial revolucionário dos marginalizados, agora confrontando não apenas a exploração de classe, mas também o racismo algorítmico embutido nas plataformas digitais. Nesse sentido, a massa marginal neoliberal mantém seu duplo caráter histórico: por um lado, vítima privilegiada da acumulação periférica; por outro, sujeito potencial de sua superação.

A classe trabalhadora periférica, imersa nesse cenário, vê-se cada vez mais no pântano da precarização, com a difusão crescente de regulações e modalidades contratuais descaracterizando os vínculos empregatícios e ampliando o trabalho "uberizado". Acima de

tudo, a individualização nos separa uns dos outros e de nós mesmos, aprofundando a alienação e a subsunção do trabalho vivo aos desígnios do capital.

Apesar dessas condições de trabalho cada vez mais precárias e inseguras, o precariado busca ativamente construir e difundir sua identidade enquanto "classe-que-vive-do-trabalho", dando origem a novas formas de representação. Os primeiros sindicatos e associações começam a surgir, e inúmeras manifestações vêm sendo organizadas em diferentes regiões, evidenciando os limites do controle do trabalho mediado por plataformas digitais e colocando em xeque o discurso de empreendedorismo proposto pelas empresas-aplicativo (GONSALES, 2020). As tentativas recentes de regulamentação e organização desses trabalhadores podem, de fato, apontar para um futuro em que esse grupo social angarie melhores condições de trabalho e remuneração, sinalizando que a luta pela desalienação e pela superação da subsunção real do capital é um processo contínuo e em construção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação buscou demonstrar como a precariedade laboral, longe de ser um fenômeno contingente ou uma exceção ao capitalismo, constitui-se como elemento estrutural e permanente nas economias periféricas, particularmente na América Latina e no Brasil. Ao articular a teoria marxista do exército industrial de reserva com as contribuições fundamentais do pensamento crítico latino-americano, foi possível evidenciar que a informalidade, marginalidade e precariedade laboral não são meros resquícios de um passado pré-capitalista, mas sim mecanismos funcionais à acumulação em contextos de desenvolvimento desigual. A análise desenvolvida ao longo dos três capítulos revelou que as transformações recentes no mundo do trabalho - marcadas pela financeirização, pela reestruturação produtiva global e pelo avanço das plataformas digitais - não suprimiram, mas antes reconfiguraram e intensificaram essas dinâmicas históricas de precarização, destacando as formas como a "Indústria 4.0" e demais tecnologias recentes foram postas a serviço da exploração do homem pelo homem, em recusa do seu potencial emancipador.

O exame crítico das teorias tradicionais sobre o trabalho precário permitiu desconstruir a falsa dicotomia entre emprego "padrão" e "não-padrão", demonstrando como essa distinção parte de uma perspectiva eurocêntrica que toma o breve período fordista-keynesiano como paradigma universal. Como mostraram Wilson (2019) e Bremen e van der Linden (2014), o que se convencionou chamar de "trabalho padrão" constitui antes uma exceção histórica e geograficamente localizada do que a regra do desenvolvimento capitalista. Na periferia do sistema a precariedade sempre foi a norma, não a exceção. Essa

constatação exige uma reavaliação radical das categorias analíticas com que abordamos as transformações contemporâneas do mundo do trabalho, que devem levar em conta as especificidades históricas da inserção subordinada dessas economias no sistema-mundo capitalista.

Uma das contribuições originais desta pesquisa reside precisamente em ter articulado a teoria marxista clássica com as reflexões desenvolvidas pelo pensamento crítico latino-americano sobre o subdesenvolvimento. Ao retomar as contribuições de Furtado (1995), Pinto (1976) e Oliveira (2003), foi possível demonstrar como a chamada "heterogeneidade estrutural" das economias periféricas - em que há coexistência de setores ditos "modernos" e "atrasados" - não representa um estágio transitório no caminho para um desenvolvimento pleno, mas sim uma forma particular e permanente de integração subordinada ao capitalismo global. Nesse contexto, o exército industrial de reserva assume características específicas, funcionando não apenas como regulador dos salários e da disciplina laboral, mas como elemento constitutivo do próprio padrão de acumulação.

A análise da chamada "maré rosa" latino-americana revelou os limites profundos de qualquer projeto reformista que não enfrente essa estrutura de dependência. Como demonstrado no terceiro capítulo, mesmo governos comprometidos com a redistribuição de renda e a ampliação de direitos sociais viram-se enredados na armadilha do neoextrativismo²¹ (GUDYNAS, 2009), dependendo da exportação de commodities para financiar políticas sociais sem alterar a matriz produtiva que herdaram no período neoliberal. O resultado foi uma combinação paradoxal de redução da pobreza absoluta com persistência - e em alguns casos aprofundamento - da precarização laboral, evidenciando que a inclusão social nos marcos do capitalismo periférico tende a ser, ela própria, precária e instável.

As reformas trabalhistas implementadas a partir de 2016 no Brasil, com a expansão da terceirização, do trabalho intermitente e da uberização, representaram a consolidação desse modelo de precarização estrutural. Como argumentaram Medeiros e Lima (2023), a ideologia do empreendedorismo serviu para mascarar relações de exploração cada vez mais intensas sob a aparência de autonomia e liberdade individuais. Contudo, como também foi possível demonstrar, essa mesma precarização gerou novas formas de resistência e organização coletiva, como evidenciado pelas greves e mobilizações dos trabalhadores de aplicativos (GONSALES, 2020). Esses movimentos emergentes sugerem que, mesmo nas condições

²¹ A análise de Gudynas (2009) sobre este fenômeno foca no contexto boliviano, o que impede uma generalização direta para toda a região, ainda que a predominância de atividades extrativistas na matriz econômica seja um claro paralelo entre os países. Para uma revisão crítica do conceito de neoextrativismo, ver: Colombini (2018).

mais adversas, a capacidade de luta e organização da classe trabalhadora persiste, apontando para possibilidades de construção de alternativas que ultrapassem os limites estreitos do capitalismo periférico.

Finalmente, buscamos evidenciar a interdependência entre as diversas formas de trabalho subordinado é um fator crucial para a compreensão da precarização contemporânea. Ao revisitar e rearticular os conceitos de "massa marginal" (NUN, 1969; MOURA, 1984) e "subsunção formal e real" (MARX, 2022), elucidamos como a incorporação precária da força de trabalho não é um fenômeno periférico ou isolado, mas sim um elemento constitutivo e funcional da acumulação capitalista no século XXI. Portanto, a superação da precariedade estrutural exige muito mais que reformas setoriais ou políticas compensatórias. Ela demanda uma transformação radical do próprio padrão de desenvolvimento dependente, que só poderá ser alcançada através da articulação entre lutas trabalhistas, movimentos antirracistas e projetos de soberania nacional e popular. O desafio teórico e político que se coloca é o de construir alternativas que, aprendendo com os limites da "maré rosa", sejam capazes de enfrentar simultaneamente a exploração da classe trabalhadora, o racismo estrutural e a dominação imperialista - as três dimensões fundamentais que sustentam e reproduzem a precariedade como norma no capitalismo periférico.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, L. C. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. *Revista Psicoperspectivas*, v. 18, n. 3, p. 123-135, 2019.

ABÍLIO, L. C. “Uberização: gerenciamento e controle do trabalhador just-in-time”. In: NOGUEIRA, Arnaldo Mazzei et al. *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0; organização* Ricardo Antunes ; [tradução Murillo van der Laan, Marco Gonsales] - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2020, pp.111-124.

ABÍLIO, L. C. Uberização como apropriação do modo de vida periférico. In: Grohmann, R. *Os laboratórios do trabalho digital: Entrevistas*. São Paulo: Boitempo, p. 86-91, 2021.

ALMEIDA, S.; PAULANI, L. O Silêncio Eloquent: Porque as teorias do desenvolvimento calam sobre o racismo? *Revista De Economia Política*. São Paulo, v. 45, no 1, 2025.

AMIN, S. World Poverty, Pauperization and Capital Accumulation. *Monthly Review* 55, no. 5, p. 1-9, 2003.

AMSDEN, A. The rise of ‘the rest’ – challenges to the west from late- industrializing economies. New York: Oxford University Press, 2004.

ANTUNES, Claudia. “Não tem mais centro e periferia”, afirma Maria da Conceição. *Folha de São Paulo*, 12 de setembro de 2010.

In:<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2010/09/797136-nao-tem-mais-centro-e-periferia-a-firma-maria-da-conceicao.shtml>. Acessado em: 24/03/2025.

ANTUNES, R.; ALVES, G. As mudanças no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago, 2004.

ANTUNES, R.; DRUCK G. A terceirização como regra? Revista do TST 79 (4): 214-231, 2013.

ANTUNES, R. O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

AKYÜZ, Y. The staggering rise of the south? South Centre Research Paper, n. 44, mar. 2012.

ARAÚJO, V. L. de. MATTOS, F. A Economia Brasileira de Getúlio a Dilma – novas interpretações. São Paulo, Editora HUICITEC, 2021.

ARMSTRONG, P.; GLYN, A.; HARRISON, J. Capitalism since World War I. London: Fontana, 1984.

BARRIENTOS, A. The rise of social assistance in Brazil. Development and Change, 44, p. 887-910, 2013.

BARRIENTOS, A. Social protection in Latin America: one region two systems. In G. Cruz-Martínez (Ed.), Welfare and social protection in contemporary Latin America (pp. 59-71). Routledge, 2019.

BASTOS, Pedro Paulo. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, n. 4, p. 779-810, dez. 2012.

BASU, D. The reserve army of labor in the Postwar U.S. Economy. Science & Society, v. 2, p. 179-201, 2013.

BERNARDS, N.; SOEDERBERG, S. Relative surplus populations and the crises of contemporary capitalism: reviving, revisiting and recasting. Geoforum, v. 126, p. 412-419, 2021.

BHADURI, A.; MARGLIN, S. Unemployment and the Real Wage: The Economic Basis for Contesting Political Ideologies. Cambridge Journal of Economics, v. 14, n. 4, p. 375-393, 1990. DOI: 10.1093/oxfordjournals.cje.a035141.

BHATTACHARYA, S.; KESAR, S. Precarity and Development: production and labor processes in the informal economy in India. Review of Radical Political Economics, v. 52, n. 3, p. 397-408, 2020.

BIANCONI, R. COUTINHO, M. O desenvolvimento como processo de mudança cultural: as conexões entre excedente e estruturas sociais na visão de Celso Furtado. In: Nova Economia, v.29 n. especial, p.1141-1169, 2019.

BIELSCHOWSKY, R. Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. 3. ed., Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BRAGA, R. A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo, 2012.

BOITO JR., Armando. A nova burguesia nacional no poder. In: BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andréia (eds.). Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000. São Paulo: Alameda Editorial, 2012. p. 69-106.

BONEFELD, Werner. The Permanence of Primitive Accumulation: A Discussion. *Capital & Class*, v. 25, n. 3, p. 1-14, 2001.

BONEFELD, Werner. Critical Theory and the Critique of Political Economy: On Subversion and Revolution. London: Bloomsbury Academic, 2014.

BONENTE, B.; CAMPOS, B.; CARVALHO, T. Flexibilização, precarização e trabalho mediado por plataformas digitais: uma análise a partir de Marx. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, n.71, 2025.

BRASIL. Consolidação das Leis do Trabalho: aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.

BREMEN, J.; VAN DER LINDEN, M. Informalizing the economy: The return of the social question at a global level. *Development and Change*, v. 45, n. 5, p. 920-940, 2014.

BRESSER-PEREIRA, L.; MARCONI, N. Doença Holandesa e Desindustrialização. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

BRESSER-PEREIRA, L. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento no Brasil. Botelho, A. & Schwarcz, L.(orgs.) Agenda Brasileira: temas de uma sociedade em mudança. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

CAMPOS, B. S. Relações entre a acumulação flexível e as medidas normativas de trabalho no Brasil contemporâneo. Trabalho de Conclusão de Curso - Ciências Econômicas. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022

CARCANHOLO, M.; AMARAL, M. Acumulação capitalista e exército industrial de reserva: conteúdo da superexploração do trabalho nas economias dependentes. *Revista de Economia*, v. 34, p. 163-181, 2008.

CARVALHO, I. Breque dos entregadores completa um ano: “depois da greve, nada mudou”, avalia Galo. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/01/greve-dos-entregadores-completa-um-ano-demanda-tempo-para-organizar-essa-categoria>. Acesso em: 22 nov. 2024.

CARVALHO, L. Valsa brasileira: do boom ao caos econômico. São Paulo: Todavia, 2018.

CASTEL, R. “As armadilhas da exclusão”. In: CASTEL, R; WANDERLEY, L. E. W.; BELFIORE-WANDERLEY, M. Desigualdade e a questão social. São Paulo: EDUC. 2004.

CASTEL, R. A discriminação negativa: cidadãos ou autóctones? Petrópolis: Editora Vozes. 2008.

CHOONARA, J. The Precarious Concept of Precarity. *Review of Radical Political Economics*, v. 52, n. 3, p. 427-446, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0486613420920427>. Acesso em: 11 jan. 2024.

CHANG, H. J. *Globalization, economic development and the role of the State*. Londres: Zed Books, 2003.

CICCONI, R. Accumulation and capacity utilization: some critical considerations on Joan Robinson's theory of distribution. *Political Economy: Studies in the Surplus Approach*, v. 2, n. 1, p. 17-36, 1986.

COLOMBINI I. Enigma Brasil elevado e anulado para uma teoria crítica da economia política brasileira: formas da constituição de classe no Brasil nos anos 2000. Tese (doutorado) apresentada no Programa de Pós-Graduação em Economia da Indústria e Tecnologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

COLOMBINI, I. Form and Essence of Precarization by Work: From Alienation to the Industrial Reserve Army at the Turn of the Twenty-First Century. *Review of Radical Political Economics*, p. 1-18, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0486613419882124>. Acesso em: 02 fev. 2024.

COLOMBINI, I. The New in the Old: Subsumption and Reserve Army on Digital Platforms, *International Critical Thought*, 13:3, 311-329, 2023. DOI: 10.1080/21598282.2023.2253051

COLOMBINI, I. Relative surplus population and social constitution: concrete forms of neoliberal capitalist work. *Economia*, v. ahead-of-print, n. ahead-of-print, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1108/ECON-02-2025-0039>. Acesso em: 14 jun. 2025.

COLOMBINI, I.; NOGUEIRA, I. Do Semi-Proletariado à Nova Classe Trabalhadora na China. São Paulo: *Economia e Sociedade*, Volume: 33, Número: 3, 2024.

CROMPTON, R.; GALLIE, D.; PURCELL, K. *Changing Forms of Employment: Organizations, Skills, and Gender*. Londres: Routledge, 1996.

DALLA COSTA, M.; JAMES, S. *The Power of Women and the Subversion of the Community*. Bristol: Falling Wall Press, 1972.

DE ANGELIS, Massimo. Marx and Primitive Accumulation: The Continuous Character of Capital's 'Enclosures'. *The Commoner*, n. 2, p. 1-22, 2001. Disponível em: <https://www.thecommoner.org/>. Acesso em: 7 jun. 2025.

DE ANGELIS, Massimo. *The Beginning of History: Value Struggles and Global Capital*. London: Pluto Press, 2007.

DE STEFANO, V. The rise of the 'just-in-time workforce': on-demand work, crowd work and labour protection in the 'gig-economy'. 2016. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2682602&download=yes. Acesso em: 21 fev. 2023.

DIEESE. *Rotatividade no mercado de trabalho brasileiro: 2002 a 2014*. São Paulo: DIEESE, 2016.

DIEESE. Terceirização e precarização das condições de trabalho: condições de trabalho e remuneração em atividades tipicamente terceirizadas e contratantes." Nota Técnica do DIEESE 172: 1-25, 2017.

DIEESE; CUT. Terceirização e desenvolvimento: uma conta que não fecha. Dossiê acerca do impacto da terceirização sobre os trabalhadores e propostas para garantir a igualdade de direitos. São Paulo: CUT, 2014

DUTT, A. K. Growth, Distribution and Uneven Development. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

DUTT, A. K. The role of aggregate demand in classical–Marxian models of economic growth. Cambridge Journal of Economics, v. 35, n. 2, p. 357-382, 2011.

FARIAS, M. Clóvis Moura e o Brasil. São Paulo: Editora Dandara, 2019.

FEDERICI, S. Wages Against Housework. In: MALOS, E. (org.) The Politics of Housework. London: Allison and Busby, 1982.

FELIX, G. “Uber, superexploração do trabalho e o capitalismo de plataforma em contexto de pandemia: novas e velhas formas de controle e resistência”. Revista Ciências do Trabalho, n. 21, 2022.

FONTES, Virginia. O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história. Rio de Janeiro: Editora EPSJV/UFRJ, 2010.

FOSTER, J.B.; McCHESNEY, R.; JONNA, J. The global reserve army of labor and the new imperialism. Monthly Review, v. 63, n. 6, p. 1-31, 2011.

FURTADO, C. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

FURTADO, C. A pré-revolução brasileira. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

FURTADO, C. Um projeto para o Brasil. Rio de Janeiro: Saga, 1968.

FURTADO, C. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

FURTADO, C. Brasil, a construção interrompida. São Paulo; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1995.

FURTADO, C. Introdução ao desenvolvimento. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FURTADO, C. Em busca de um novo modelo. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GAREGNANI, P.; PALUMBO, A. Accumulation of Capital. Departmental Working Papers of Economics - University 'Roma Tre' 0002, Department of Economics - University Roma Tre. Roma, Itália, 1997.

GONSALES, M. Indústria 4.0: Empresas Plataformas, Consentimento e Resistência. Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0, 14, 2020. 46, 2020.

GRAMSCI, A. *Concepção materialista da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.

GUDYNAS, Eduardo. “Diez tesis urgentes sobre el nuevo extractivismo: contextos y demandas bajo el progresismo sudamericano actual”. In: SCHULDT, J., et al. eds. *Extractivismo, política y sociedad*. Quito: Centro Andino de Acción Popular – CAAP & Centro Latinoamericano de Ecología Social – CLAES, 187-225, 2009.

GUDYNAS, Eduardo. Estado compensador y nuevos extractivismos: las ambivalencias del progressismo sudamericano. *Nueva Sociedad*, 237, 128-146, 2012.

GUIMARÃES, A. S. A. A questão racial na política brasileira (os últimos quinze anos). *Revista Tempo Social*, São Paulo: USP, nov. 2001.

GHANI, E.; KANBUR, R. Urbanization and (In)Formalization. Policy Research Working Paper n. 6374. The World Bank Poverty Reduction and Economic Management Network, fevereiro 2013.

GHOSE, A.; NOMANN M.; ERNST, C. *The Global Employment Challenge*. Geneva: International Labour Organisation, 2008, p. 9–10.

HARVEY, David. *The New Imperialism*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

HARVEY, David. *A Brief History of Neoliberalism*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

HARVEY, D. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 15. ed. Rio de Janeiro: Edições Loyola, 2006.

HEERY, E.; SALMON, J. *The Insecurity Workforce*. Londres: Routledge, 1996.

HUSSAIN, M. Contesting, (Re)producing or Surviving Precarity? *Debates on Precarious Work and Informal Labor Reexamined*. *International Critical Thought*, v. 8, n. 1, p. 105-126, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0002764212466239>. Acesso em: 10 jan. 2024.

HOLLOWAY, J. The abyss opens: The rise and fall of Keynesianism. In: BONEFELD, W.;

HOLLOWAY, J. (orgs.) *Global Capital, National State and the Politics of Money*. London: Macmillan, 1996. p. 7-34.

HYMER, S. H. *The International Operations of National Firms: A Study of Direct Investment*. Cambridge, MA: MIT Press, 1976.

HYMER, S. H. *The Multinational Corporation: A Radical Approach*. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

IBGE. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD)*, 2019. Acessado por: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?t=downloads>.

ILO (International Labor Organization). *From Precarious to Decent Work: Outcome Document to the Workers’ Symposium on Policies and Regulations to Combat Precarious Employment*. Genebra: International Labor Organization, 2012.

ILO (International Labor Organization). Women and Men in the Informal Economy: A Statistical Picture. Geneva: International Labor Organization, 2013.

ILO (International Labor Organization). World of Work Report 2014: Developing Without Jobs. Geneva: International Labor Organization, 2014.

INTERNATIONAL MONETARY FUND – IMF. World economic outlook. Washington, DC.: 2012.

KALECKI, M. Selected Essays on the Dynamics of Capitalist Economy 1933–1970. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

KALLEBERG, A. Precarious Work, Insecure Workers: Employment Relations in Transition. American Sociological Review, v. 74, n. 1, p. 1-22, 2009.

KEYNES, J. M. A Teoria Geral do Emprego, dos Juros e da Moeda. São Paulo: Abril Cultural, 1983 [1936].

LAKNER, C.; MILANOVIC, B. Global Income Distribution: From the Fall of the Berlin Wall to the Great Recession. Washington, DC: World Bank, 2013. (Policy Research Working Paper; No. 6719). Disponível em: <http://hdl.handle.net/10986/16935>. Acesso em: 29 jun. 2025.

LAPAVITSAS, C.; SOYDAN, A. Financialization in developing countries: approaches, concepts and metrics. International Review of Applied Economics, vol. 36, no. 3, 424–447, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1080/02692171.2022.2052714>

LAVINAS L. The takeover of social policy by financialization: the brazilian paradox. New York: Palgrave Macmillan; 2017.

LAVOIE, M. Post Keynesian Economics: new foundations. Cheltenham: Edward Elgar, 2014.

LEWIS, W. A. Economic Development with Unlimited Supplies of Labour. Manchester School of Economic and Social Studies, v. 22, n. 2, p. 139-191, 1954.

LEWIS, A. The Slowing down of the engine of growth, The American Economic Review, Sep. 1980.

LOUREIRO, P. M. Social Structure and Distributive Policies under the PT Governments: A Poverty-Reducing Variety of Neoliberalism. Latin American Perspectives, 47(2), 65-83, 2019. <https://doi.org/10.1177/0094582X19881986>

MARX, Karl. Grundrisse - manuscritos Econômicos de 1857- 1858: esboços para a crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011

MARX, K. O capital: crítica da economia política: Livro I: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K. Capítulo VI (inédito). Manuscritos de 1863-1867, O capital, Livro I e Enquete operária. Tradução: Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo, Boitempo, 2022

MARINI, R. M. Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes, 2000.

MEDEIROS, C. A. de. A influência do salário mínimo sobre a taxa de salários no Brasil na última década. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 2 (54), p. 263-292, ago. 2015.

MEDEIROS, C. A. de; SERRANO, F.; FREITAS, F. Regimes de política econômica e o descolamento da tendência de crescimento dos países em desenvolvimento nos anos 2000. In: *Dimensões estratégicas do desenvolvimento brasileiro. Continuidade e mudança no cenário global: desafios à inserção do Brasil*. v.5. – Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2016.

MEDEIROS, J. L.; LIMA, R. A ideologia empreendedora e a internacional capitalista: para uma crítica marxista. In: *Anais do Encontro Nacional de Economia Política*, Maceió, 2023

MERCADANTE, A. *Brasil: a construção retomada*. São Paulo: Terceiro Nome, 2010.

MILBERG, W.; WINKLER, D. *Outsourcing economics: global value chains in capitalist development*. Cambridge University Press, 2013.

MODA, F. *Trabalho por aplicativo: As práticas gerenciais e as condições de trabalho dos motoristas da Uber*. Guarulhos, 2020

MOURA, C. *Dialética Radical do Brasil Negro*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 2014.

MOURA, C. Escravismo, Colonialismo, Imperialismo e Racismo. *Revista Afro Ásia*, Salvador, n. 14, 1984. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/issue/view/1448/showToc>. Acesso em: 10 jun. 2021.

MOURA, C. O Racismo como arma ideológica de dominação. *Revista Princípios*, São Paulo, n. 34, 1994.

MOURA, C. *Sociologia do Negro Brasileiro*. São Paulo: Ática, 1988.

MUNCK, R. The Precariat: A View from the South. *Third World Quarterly*, v. 34, n. 5, p. 747-762, 2013.

NERI, M. C. *A nova classe média: o lado brilhante da base da pirâmide*. São Paulo: Saraiva, 2011.

NUN, J. Marginalidad y otras cuestiones. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*, n.4, p.366-398, 1972.

NUN, J. Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal. *Revista Latinoamericana de Sociología*, Santiago, v. 5, n. 2, p.180-225, 1969.

OLIVEIRA, F. de. *Crítica à razão dualista / O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

OREIRO, José Luís da Costa. Novo-Desenvolvimentismo, crescimento econômico e regimes de política macroeconômica. *Estudos Avançados (USP. Impresso)*, v. 26, p. 29-40, 2012.

PALMER, B. D. Reconsiderations of class: Precariousness as proletarianization. *Socialist Register*, v. 50, p. 40-62, 2014.

PATNAIK, P. *The Value of Money*, Columbia University Press, 2009.

PATNAIK, P. *The Myths of Capitalism*, MRzine, 2011.

PATNAIK, P. Contemporary Capitalism and the World of Work. *Agrarian South: Journal of Political Economy*, v. 8, n. 1-2, p. 303-316, 2019.

PINTO, A. Heterogeneidad estructural y modelo de desarrollo reciente de la América Latina. In: *Inflación: raíces estructurales*. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1976.

PINTO, A. El modelo de desarrollo reciente de la América Latina. *El trimestre económico*, v. 38, n. 150, p. 123-145, abr.-jun. 1971.

PINTO, A. Naturaleza e implicaciones de la 'heterogeneidad estructural' de la América Latina. *El trimestre económico*, v. 37, n. 145, p. 89-102, jan.-mar. 1970.

POCHMANN, Marcio. Nova Classe Média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

POCHMANN, M. Terceirização, competitividade e uberização do trabalho no Brasil. In: *Precarização e terceirização: faces da mesma realidade*, edited by M. O. Teixeira, H. R. Andrade and E. Coelho 59–69. São Paulo: Sindicato dos Químicos, 2016.

PREBISCH, R. *La interpretación del proceso de desarrollo latinoamericano en 1949*. Santiago de Chile: Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), 1973. (Série comemorativa do XXV aniversário da CEPAL, 2. ed.).

PREBISCH, R. *El desarrollo económico de la América Latina y algunos de sus principales problemas*. In: GURRIERI, A. (org.) *La obra de Prebisch en la Cepal*. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

PUN, N. *Made in China: Factory Women Workers in a Global Workplace*. Durham, NC: Duke University Press, 2005.

QI, H. Semi-Proletarianization in a Dual Economy: The Case of China. *Review of Radical Political Economy*, v. 51, n.4, p. 553-561, 2019.

QUIJANO, A. Notas sobre o conceito de marginalidade. In: PEREIRA, L. (Org.). *Populações Marginais*. São Paulo: Duas Cidades, 1978. p.11-72.

REICH, M.; GORDON, D.; EDWARDS, R. Dual labor markets: A theory of labor market segmentation. *Economic Department Faculty Publications*, n. 3, 1973.

RODGERS, G.; RODGERS, J. Precarious jobs in labour market regulation: the growth of atypical employment in Western Europe. Genebra: International Labour Organization, 1989.

RODRÍGUEZ, O. Heterogeneidad estructural y empleo. Santiago de Chile: Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), *Revista da CEPAL*, 1998.

RODRIK, D. Premature deindustrialization. *Journal of Economic Growth*, Springer, vol. 21(1), p. 1-33, 2016.

ROWTHORN, R. Demand, Real Wages and Economic Growth. *Thames Papers in Political Economy*, 1981.

SALVADORI, N. (orgs.) *The Elgar Companion to Classical Economics (A-K)*. Cheltenham: Edward Elgar, 1998.

SEEKINGS, J. The continuing salience of race: Discrimination and diversity in South Africa. *Journal of contemporary African studies* 26 (1), 1-25, 2008.

SERRANO, F. Relações de Poder e a Política Macroeconômica Americana, de Bretton Woods ao Padrão Dólar Flexível. In: *O poder americano*. Petrópolis: Vozes, 179-222, 2004.

SILVA, S.; FAGUNDES, G. Clóvis Moura e a questão social no Brasil. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v.25, n. 2, p. 222-231, maio-ago, 2022

SOUZA, J. *A classe média no espelho: sua história, seus sonhos e ilusões, sua realidade*. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2018.

SRNICEK, N. *Platform Capitalism*. Cambridge: Polity Press, 2017.

SVAMPA, Maristella. “Extractivismo neodesarrollista y movimientos sociales: ¿Un giro ecoterritorial hacia nuevas alternativas?” En: Grupo Permanente de Trabajo sobre Alternativas al Desarrollo (eds.): *Más allá del desarrollo*. Quito: Abya Yala/Fundación Rosa Luxemburg, 185-218, 2011.

UNCTAD (United Nations Conference on Trade and Development). *Trade and Development Report 2018: Power, Platforms and the Free Trade Delusion*. Genebra: Nações Unidas, 2018.

VALENZUELA, A. Non-regular employment—issues and challenges common to the major developed countries. Japanese Institute for Labor Policy and Training, Report No. 10, p. 87-113, 2011.

VAN DOORN, N. Platform labor: on the gendered and racialized exploitation of low-income service work in the ‘on-demand’ economy. *Information, Communication & Society*, v. 20, n. 16, p. 898-914, 2017.

VASAPOLLO, L. O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista. In: ANTUNES, R. (org.) *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2006.

VELTMEYER, Henry. The political economy of natural resource extraction: a new model or extractive imperialism? *Canadian Journal of Development Studies/Revue canadienne d'études du développement*, 34(1), 79-95, 2013.

VOGEL, L. *Marxism and the Oppression of Women*. Chicago: Haymarket, 2013.

RITTO, Cecília. Brasil atingiu, em 2010, menor patamar histórico de desigualdade de renda. *Revista Veja*, 3 de maio, 2011. In: <https://veja.abril.com.br/politica/brasil-atingiu-em-2010-menor-patamar-historico-de-desigualdade-de-renda/>. Acessado em: 24/03/2025.

ROSTOW, W. *Stages of economic growth*. Cambridge: Cambridge University Press, 1960.

SAAD-FILHO, A. Chapter 12: From Washington to Post-Washington Consensus: Neoliberal Agendas for Economic Development. In: *Neoliberalism: A Critical Reader*. Ed.: SAAD-FILHO, A.; JOHNSTON, D. Pluto Press, London, 2005.

SAES, F. A. M. Subdesenvolvimento e desenvolvimento na obra de Celso Furtado. In: CORSI, F. L.; CAMARGO, J. M. (org.) *Celso Furtado: os desafios do desenvolvimento*. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. p. 81-102. DOI: <https://doi.org/10.36311/2010.978-85-7983-064-8.p81-102>

SENNETT, R. A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SERRANO, Franklin; SUMMA, Ricardo. Macroeconomic Policy, Growth and Income Distribution in the Brazilian in the 2000s. *Investigación Económica* - Facultad de Economía de la Universidad Nacional Autónoma de México, v. 71, p. 55, 2012.

SOUZA, C. L. S. de. Racismo e Luta de Classes na América Latina: as veias abertas do capitalismo dependente. São Paulo: Hucitec, 2020.

STANDING, G. The Precariat: The New Dangerous Class. Londres: Bloomsbury Academic, 2011.

WILSON, T. Precarization, Informalization, and Marx. *Review of Radical Political Economics*, v. 52, n. 3, p. 1-17, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0486613419843199>. Acesso em: 14 jan. 2024.

WORLD BANK. World development report 1987: trade and industrialization. Washington, DC: World Bank, 1987. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/458211468158384680>. Acesso em: 15 de Abril, 2025.